

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais



João Luiz da Silva Lopes

No Verão, Açaí; no Inverno, Camarão:
tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém-Pa)

Belém
2006

João Luiz da Silva Lopes

No Verão, Açaí; no Inverno, Camarão:
tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém-Pa)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria José da Silva Aquino.

Belém
2005

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA - Brasil)

Lopes, João Luiz da Silva

No verão, açaí; no inverno, camarão: tempo e práticas econômicas na Ilha de Paquetá (Belém-PA) / João Luiz da Silva Lopes; orientadora, Maria José da Silva Aquino. - 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

1. Economia de subsistência - Paquetá, Ilha de (PA). 2. Paquetá, Ilha de (PA) - Condições econômicas. 3. Açaí - Paquetá, Ilha de (PA). 4. Pesca - Paquetá, Ilha de (PA). 5. Meio ambiente - Paquetá, Ilha de (PA). I. Título.

CDD - 20. ed. 330.98115

João Luiz da Silva Lopes

No Verão, Açaí; no Inverno, Camarão:
tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém-Pa)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Sociologia
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José da Silva Aquino.

Data de aprovação: 26/06/2006

Banca Examinadora

_____ - Orientadora
Prof^a. Maria José da Silva Aquino
Dr^a. em Sociologia
Universidade Federal do Pará

_____ - Examinadora
Prof. Edna Maria Ramos de Castro
Dr^a. em Sociologia
Universidade Federal do Pará

_____ - Examinadora
Prof. Lourdes Gonçalves Furtado
Dr^a. em Antropologia
Museu Paraense Emílio Goeldi

À minha mãe, *In memoriam*
E para *Cauê*,
pela alegria contagiante.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe pelo incansável incentivo e apoio no processo de formação educacional em seu sentido mais amplo.

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém, pela concessão e prorrogação da licença para a realização do curso.

À orientadora professora Dra. Maria José da Silva Aquino pela co-produção deste trabalho, pela compreensão, tolerância e dedicação.

À companheira Lana Macedo pelo incentivo e auxílio nos vários momentos desse processo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial às professoras Dra. Fátima Conceição e Dra. Diana Antonaz pelas críticas durante o exame de qualificação, que contribuíram muito para o aprofundamento deste estudo.

Às professoras Dra. Lourdes Furtado e Dra. Denise Adrião pela dedicação e empenho na realização do curso sobre Antropologia das Sociedades Haliêuticas.

Às minhas irmãs, Ana Débora, pela pesquisa de nomes científicos de espécies animais e vegetais existentes no local de estudo; e Raquel, pelo auxílio na elaboração da nota de rodapé sobre a linguagem oral dos moradores, na impressão e revisão final do texto.

Ao professor Jefferson Siade pelo precioso auxílio na parte de informática.

A todos os jamacienses - homens e mulheres/crianças, jovens, adultos e idosos, pela colaboração e negociação na prestação das informações, sem as quais não seria possível a realização desse trabalho, por isso podem ser considerados co-autores.

Quero agradecer em especial ao Sr. Ronaldo e à Dona Luzia pelo acolhimento e hospedagem durante o trabalho de campo, e ao Francinaldo (mais conhecido por Chico) pela elaboração dos desenhos que ilustram essa dissertação.

O tempo tem tempo de tempo ser
O tempo tem tempo de tempo dar
Ao tempo da noite que vai correr
Ao tempo do dia que vai chegar

Paulo André Barata/Rui Barata

RESUMO

LOPES, João Luiz da Silva. No Verão, Açáí; no Inverno, Camarão: tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém-Pa). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

O presente estudo trata da vida de um segmento social da Amazônia, historicamente chamado de ribeirinho, algumas vezes interpretado como isolado, atrasado e fadado ao desaparecimento. A abordagem da pesquisa privilegia a experiência sócio-ambiental concreta de um pequeno agrupamento social, na área insular do Município de Belém. A análise da relação entre a consciência temporal e a realização das práticas produtivas, na perspectiva das Ciências Sociais, a partir de um trabalho de campo de natureza qualitativa, norteou o percurso desse estudo. Os resultados da pesquisa dimensionam a necessidade de superação das análises simplistas, homogeneizantes e dicotômicas, e a construção de uma abordagem complexa que permita a percepção da coexistência, da tensão, do antagonismo, do conflito e da complementaridade, simultaneamente entre os vários tempos. Este segmento social garante sua reprodução nas franjas dos processos econômicos dominantes, a partir de uma estratégia que combina a vivência no cruzamento do tempo ecológico com o tempo mecânico, do tempo “tradicional” com o tempo “moderno”, da produção destinada ao auto-consumo com a produção destinada à comercialização, contrariando as teorias que prevêm seu desaparecimento.

Palavras-chave: Ribeirinho. Tempos. Práticas econômicas. Meio ambiente. Complexidade.

ABSTRACT

LOPES, João Luiz da Silva. In the summer, açáí; in the winter, shrimp: time and economical practices in the island Paquetá (Belém-Pa). Thesis (Master's degree in Social Science) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

This thesis studies the life of a social segment living by the Amazon, historically called *ribeirinho* ('the ones from the river'), and sometimes interpreted as isolated and destined to disappear. The approach of this research considers on the concrete socio-environmental experience of a small social group on the insular area of the Town Belém. The analysis of the relation between the temporal consciousness and the realization of the productive practices, in the perspective of the social sciences through a fieldwork of qualitative nature, guided this study. The results of this research suggested the necessity of the abandon of the simplistic, homogenizing and dichotomist analyses, and the building of a complex framework that permits the perception of the co-existence, the tension, the antagonism, the conflict and the complementarities, simultaneously among several periods. This social segment guarantees its reproduction, despite the dominant economical processes, through a strategy that combines the ecological time and the mechanical time, the "traditional" time and the "modern" time, the production destined to self-consume and the production destined to commercialization, contradicting the theories that predict its disappearance.

Keywords: "Ribeirinho". Time. Economical practices. Environment. Complexity.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 –	Ilha de Paquetá Igarapé e Furo do Jamaci	16
Imagem 2 –	Área Insular de Belém e Barcarena	30
Desenho 1 --	Croqui do local de estudo (Jamaci).....	41
Esquema 1 –	Relações de interações entre vários aspectos na construção da organização social	47
Esquema 2 –	Mapa Genealógico dos moradores do Jamaci.	49
Gráfico 1 –	Distribuição por gênero dos moradores do Jamaci.	57
Gráfico 2 –	Faixa etária dos moradores do Jamaci.	59
Quadro 1 –	Algumas espécies e recursos da flora jamaciense	77
Quadro 2 –	Algumas espécies da fauna jamaciense.	78
Quadro 3 –	Informações sobre a pesca de camarão no Jamaci.....	107
Desenho 2 –	Representação da pesca no meio do mangal	110
Quadro 3 –	Perfil da pesca do igarapé e da beira no Jamaci.	112
Quadro 5 –	Perfil da pesca “de fora” no Jamaci, 2005.....	115
Desenho 3 -	Representação da pesca “de fora” utilizando espinhel	117
Imagem 3 –	Área de pesca freqüentada pelos pescadores “de fora”	125
Desenho 4 -	Representação da pesca “de fora” utilizando a rede.....	128
Quadro 6 -	Resultado de uma boa pescaria jamaciense realizada em 2006.	132
Esquema 3 –	Representação da Relação entre os tempos “tradicional” e “moderno”	161

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Sr ^a . Luzia Baía batendo açaí, em máquina elétrica, para o consumo doméstico.	58
Fotografia 2 - Sr ^a . Paula preparando peixe para o consumo doméstico.....	58
Fotografia 3 - Aldair J. da Costa, 14 anos, coletando açaí.	60
Fotografia 4 - A adolescente Maroca, 13 anos, desbulhando açaí para o consumo doméstico.	60
Fotografia 5 - Estilo de casa bastante comum no Jamaci.....	63
Fotografia 6 - Sr. Ronaldo da Costa “enchendo água” na Ilha de Cotijuba.....	64
Fotografia 7 Barracão onde funcionava o anexo da Escola Bosque.	66
Fotografia 8 - Características da proa do bote.....	68
Fotografia 9 - Características da proa da canoa.....	68
Fotografia 10 - Bote do Sr. Joventino Ferreira em reforma.	79
Fotografia 11 - Proteção de borracha para os pés, demonstração feita por Adamor.....	89
Fotografia 12 - Marcio Baía da Costa, embalando açaí para a comercialização..	90
Fotografia 13 - Comercialização do açaí na feira de Icoaraci.....	91
Fotografia 14 - Pescador jogando tarrafa no igarapé Jamaci.....	96
Fotografia 15 - Jupati, palmeira utilizada para fazer matapis e viveiros.	97
Fotografia 16 - O Sr. Cosme da Costa trançando as talas de jupati com o cipó graxama	98
Fotografia 17 - Pescador preparando poquecas para iscar matapis	100
Fotografia 18 - Pescador Marcio acompanhado de seu filho Otávio, colocando camarão no viveiro	101
Fotografia 19 - Comercialização do camarão em Icoaraci	105
Fotografia 20 - Pescador arrumando os bacús e os camarões para a comercialização.....	111
Fotografia 21 - Parte do interior da casa do Sr. Ronaldo da Costa	148
Fotografia 22 - Parte do interior da casa do Sr. Cosme da Costa	149
Fotografia 23 - Moradores selecionando o açaí taira para a embalagem da comercialização.....	150

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	18
2.1	O INTERESSE PELO TEMA	18
2.2	PROCEDIMENTO DE PESQUISA (MÉTODO)	21
2.2.1	PROBLEMATIZAÇÃO	21
2.3	ESCOLHA DO LUGAR	29
2.4	EXPERIÊNCIA EM CAMPO	32
3	PROCESSO DE OCUPAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS	40
3.1	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	45
3.1.1	ALIANÇAS MATRIMONIAIS	48
3.1.2	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	54
3.1.3	DEMOGRAFIA E DIVISÃO DE TAREFAS	57
3.1.4	PADRÃO DE OCUPAÇÃO E HABITAÇÃO	61
3.1.5	SANEAMENTO E SAÚDE	63
3.1.6	LAZER E EDUCAÇÃO	65
3.1.7	ENERGIA E MEIO DE LOCOMOÇÃO	67
3.1.8	AS FESTAS DE SANTOS	70
3.1.9	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	71
3.1.10	O IMATERIAL	71
3.1.11	TÉCNICAS	74
3.2	MEIO ECOLÓGICO: VÁRZEAS E MARÉS	75
4	TEMPO ECOLÓGICO E PRÁTICAS PRODUTIVAS ANTIGAS E ATUAIS ..	81
4.1	PRODUÇÃO DE AÇAÍ	83
4.1.1	CONSUMO DOMÉSTICO	87
4.1.2	COMERCIALIZAÇÃO	88
4.2	PESCAS: DA ORGANIZAÇÃO, DOS INSTRUMENTOS E DOS LUGARES	93
4.2.1	A PESCA NO IGARAPÉ	94
4.2.1.1	TÉCNICAS ANTIGAS	94
4.2.1.2	TÉCNICAS ATUAIS	95

4.2.1.3 MATAPI.....	96
4.2.2 A PESCA DA BEIRA.....	108
4.2.2.1 CURRAL.....	108
4.2.2.2 PESCA DE REDE E ESPINHEL.....	108
4.2.2.3 PESCA DE ESPINHEL NO MEIO DO MANGAL.....	109
4.2.3 A PESCA DE FORA.....	113
4.2.3.1 A PESCA DE ESPINHEL “TENDA”.....	116
4.2.3.2 A PESCA DE ESPINHEL.....	116
4.2.3.3 TERRITÓRIO, PONTOS DE PESCA E SAZONALIDADE.....	122
4.2.3.4 PESCA DE REDE.....	127
4.2.3.5 ACONDICIONAMENTO DA PESCA DE FORA.....	129
4.2.3.6 COMERCIALIZAÇÃO DA PESCA DE FORA.....	129
4.2.3.7 CONHECIMENTO E HIERARQUIA.....	132
4.2.3.8 REPARTIÇÃO ENTRE OS PESCADORES “DE FORA”.....	134
4.3 CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS.....	137
4.3.1 GALINHAS.....	137
4.3.2 PATOS.....	137
4.3.3 PORCOS.....	139
4.4 A CAÇA.....	141
5 DANÇA NOS TEMPOS: REPRODUÇÃO SOCIAL ENTRE REFERÊNCIAS ESPAÇO-TEMPORAIS DIFERENTES.....	143
5.1 COMPLEXIDADE E SUSTENTABILIDADE.....	162
5.2 POR UMA NOVA RACIONALIDADE SOCIAL.....	164
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS.....	168
APÊNDICES.....	175

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuro problematizar as análises evolucionistas, que concebem os diferentes grupos sociais em etapas rumo a um estado de civilização e desenvolvimento; assim como as análises funcionalistas, que abordaram as sociedades (ou grupos sociais) como um sistema de relações bem articuladas, como os sistemas orgânicos, e recusaram ou omitiram a história e as incidências do tempo; e as análises estruturalistas que, de certo modo, também rejeitaram a história, priorizando as relações no interior das estruturas, como se estas fossem fixas e auto-suficientes.

As reflexões contidas neste trabalho, de acordo com a perspectiva que sigo que considera essas relações dinâmicas e, portanto, não redutíveis às estruturas formais de explicação, procuram contribuir com o debate sobre o futuro do modo de vida ribeirinho, a partir de uma experiência concreta e recorrente que tem possibilitado a interação da bio-socio-diversidade nos contextos temporais e espaciais amazônicos. Procurando, também, avançar na superação das dicotomias entre cultura x natureza; atrasado x avançado; tradicional x moderno; tempo ecológico x tempo do relógio; produção para o mercado x produção para subsistência, etc.

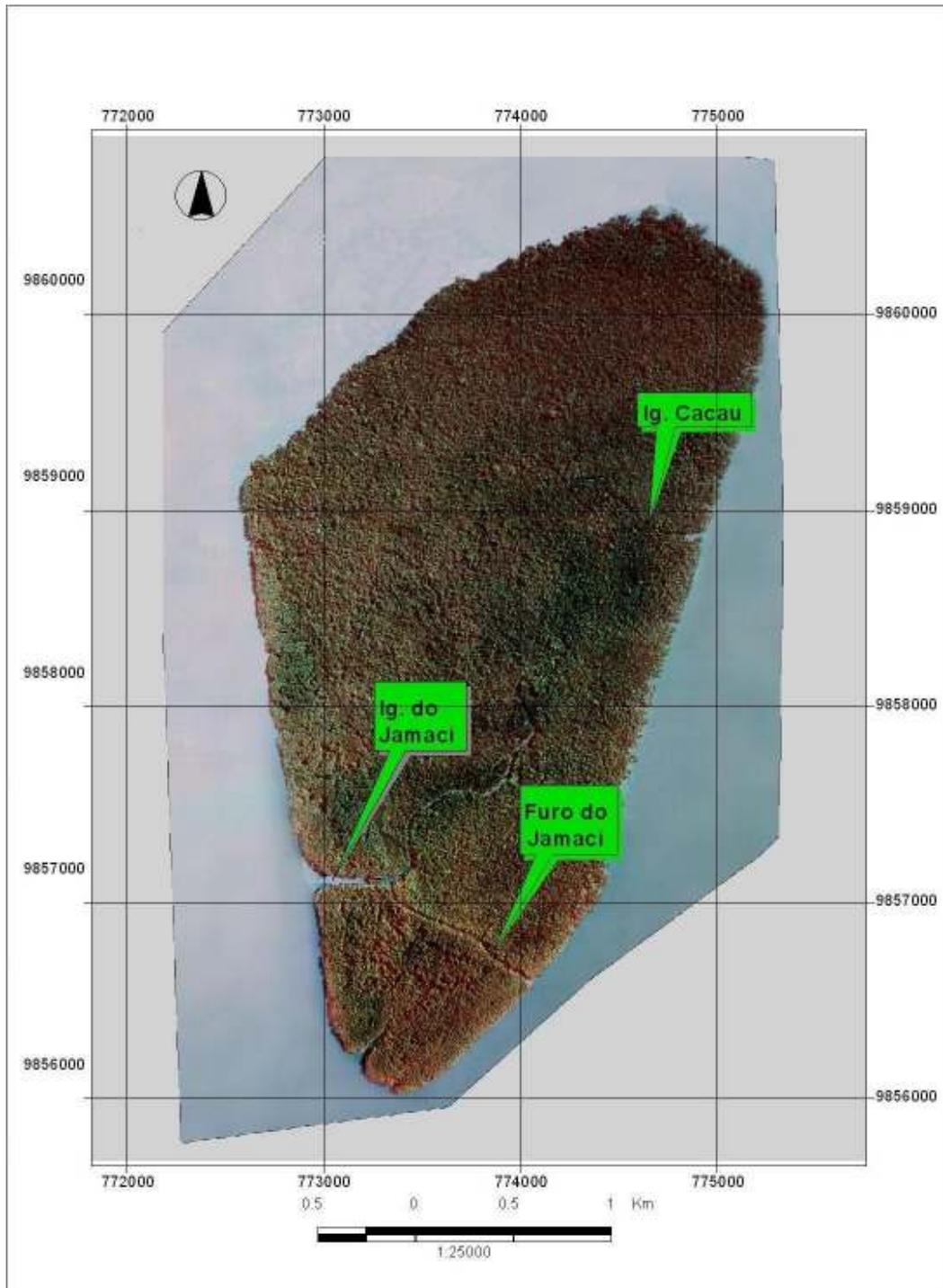
Desse modo, o estudo em questão enfatiza a questão temporal relacionada às práticas econômicas. Entendendo-se que a análise sobre o tempo traz as marcas da história, das tensões, das incompatibilidades, das contradições e dos conflitos inerentes a todo grupo social. Assim, a categoria tempo analisada na perspectiva das ciências sociais possibilita a apreensão das complexidades da realidade sociocultural jamaciense.

É, então, nessa perspectiva que tratarei de um estilo de vida ribeirinho, a partir de uma experiência sócio-ambiental complexa. Numa situação em que as relações sociais encontram-se imbricadas com os ritmos ecológicos, devido à intensa relação cotidiana com o meio ambiente físico, a que chamarei de *tempo ecológico*. A influência do tempo ecológico imprime uma certa especificidade na lógica temporal desse segmento social, em relação à lógica econômica capitalista, que é baseada no tempo do relógio e não considera os limites dos recursos naturais nem as conseqüências ecológicas.

É neste sentido que se problematiza a possibilidade de essa categoria *tempo ecológico* contribuir para a constituição de um saber ambiental, proporcionando a regulação da produção e orientando um comportamento tecnológico compatível com a sustentabilidade. Porém, é preciso deixar claro que não se pode conceber a relação entre a lógica temporal “moderna” da economia capitalista e a lógica temporal “tradicional” da pequena produção ribeirinha, apenas como excludente e sim numa perspectiva complexa, que permita a explicitação das relações sócio-ambientais entre os jamacienses, entre eles e o meio ecológico e entre eles e a sociedade regional, numa visão de processo, considerando as relações históricas de conflitos. A fusão dessas duas lógicas vivida pelos jamacienses, numa relação de tensão, conflito e complementaridade, sugere a postulação de uma nova racionalidade ambiental e social.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, conforme apresento a seguir. O primeiro capítulo traz a abordagem teórico-metodológica adotada a partir de uma realidade concreta, procurando apreendê-la na perspectiva da complexidade, descrevendo um pouco a história da pesquisa: o interesse pelo tema, a formulação do problema, a escolha do local e dos métodos para a realização do trabalho de campo, que foi realizado em uma comunidade ribeirinha localizada na área insular do município de Belém, conforme se pode visualizar na Imagem 1.

No segundo capítulo, trato dos processos sociais que ocorrem no interior da comunidade desde a chegada dos atuais moradores, passando pela interação parental (relação de parentesco) através das alianças matrimoniais, pela organização sociopolítica, até o jogo interno pela disputa dos recursos naturais e pelos projetos ligados a incentivos de políticas públicas; tento, ainda, analisar minimamente a tecnologia utilizada pelos jamacienses e suas representações sociais sobre o meio ambiente físico, e tento caracterizar as condições ecológicas mais amplas e os recursos naturais disponíveis.



Fonte: Cena do LANDSAT TM. Elaborado por Ramos C. R.

Imagem 1 – Ilha de Paquetá Igarapé e Furo do Jamaci

No terceiro capítulo, busco explicitar a problemática da economia, com ênfase na influência do tempo ecológico na realização das práticas produtivas (materiais e imateriais/simbólicas) e nos saberes ou conhecimentos (técnicos) que proporcionam um melhor aproveitamento dos recursos naturais locais e extra-locais; para isso exploro entre os jamacienses a coleta do açaí, principalmente durante o verão, a pesca de camarão e as pescarias de peixe no igarapé, na beira e fora, a criação de pequenos animais, enfim, a sua base de reprodução biológica e cultural, numa lógica estratégica em que combinam a produção para o auto-consumo e para a comercialização. Ainda neste capítulo procuro analisar também um pouco da territorialidade jamaciense, cuja compreensão e reconhecimento contribuem para implementação de um possível projeto de zoneamento econômico-ecológico.

No quarto capítulo, analiso a experiência/vivência jamaciense na encruzilhada dos tempos *ecológico* (relacionado ao tradicionalismo, à repetição, à produção para subsistência, à tecnologia 'simples/atrasada') e *mecânico* (relacionado à modernidade, à continuidade/linearidade, à produção para o mercado, à tecnologia 'sofisticada/avançada'), procurando superar as várias dicotomias e apreender essas relações numa perspectiva complexa, em que se torne possível perceber a coexistência, a tensão, a contradição, o antagonismo e a complementaridade entre as mesmas.

Chamo a atenção do leitor para o fato de que, nesta dissertação, termos, expressões e trechos (inferiores a três linhas) dos moradores locais apresentam-se em itálico e entre aspas. Os trechos com mais de três linhas são reproduzidos em forma de citações com a referência de seus autores.

2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 O INTERESSE PELO TEMA

A construção de um problema de pesquisa não resulta apenas de uma especulação teórica, mas está relacionada a uma série de fatores objetivos e subjetivos, concretos e abstratos, ou seja, a situações vivenciadas e a outras sonhadas enquanto possíveis como, por exemplo, o respeito às diferenças. Depende, também, da formação e da sensibilidade do investigador.

A história de vida do sujeito investigador desempenha importante papel no processo de construção de conhecimento. De acordo com Tavares dos Santos:

Deparamo-nos com a evidência de que a percepção sociológica da realidade social está influenciada pela personalidade do investigador, pelo modo como ela se reflete em sua psique, mediante mecanismos em grande parte inconscientes, produzindo, possivelmente, resultados diferentes, segundo as diferentes experiências, do ambiente social geral e do grupo familiar, presentes na formação da personalidade do investigador (TAVARES DOS SANTOS, 1995, p.78).

Isso nos leva à evidência de um paradoxo: o de sermos observadores e participantes, simultaneamente.

Minha trajetória, por exemplo, é marcada pelo contato direto com o rural - ribeirinho, por ter passado a infância e parte da adolescência entre águas e florestas, por ter experimentado os prazeres, as dificuldades e os preconceitos deste modo de vida. Acredito que tais referências determinam, de certo modo, a minha aproximação com a temática rural-ribeirinha na perspectiva das ciências sociais.

Em 1998, tive a oportunidade de participar do Curso de Especialização em Produção Familiar Rural e Ciências Sociais, promovido pelo Centro Agroambiental de Tocantins (CAT) e pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com o Departamento de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). O Curso tinha como proposta abranger profissionais de distintas áreas do conhecimento científico para a realização de pesquisas voltadas para a temática rural, considerando a especificidade da produção e organização social dos camponeses em suas diversas formas de relações. Dessa maneira, iniciei os estudos com o tema *Estratégias de Reprodução das Unidades*

de Produção Familiares, que constitui a base de meus estudos na área da Sociologia Rural.

No ano de 2000 ingressei na Escola Bosque¹ como professor de ensino fundamental no Anexo da Faveira, na Ilha de Cotijuba. Participei de alguns eventos políticos e culturais como: Orçamento Participativo, organização do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, de Festivais de Camarão e do Açaí, entre outros, todos de caráter reivindicatório de melhorias da qualidade de vida e da integração dessas populações insulares com os moradores continentais. Isso é uma demonstração do entendimento que o olhar sociológico não pode viver alheio à dinâmica dos processos sociais, sem esquecer que essa necessária e incontornável inserção social e política precisa ser vivenciada na sua condição de paradoxo no processo de conhecimento: relação de envolvimento e distanciamento.

Durante esse período de contato com as ilhas de Belém percebi várias inadequações na orientação de políticas públicas, uma demonstração patente do desconhecimento e da incompreensão quase total dessa realidade por parte dos órgãos públicos. Citarei apenas dois exemplos para ilustrar esse fato.

O primeiro é referente à questão educacional; sem minimizar a preocupação do poder público municipal em implantar escolas/anexos em várias ilhas - onde não havia nenhuma iniciativa nesse sentido, e como consequência da histórica exclusão ou invisibilidade, boa parte dessa população tinha/e ainda tem baixa ou nenhuma escolaridade - é preciso reconhecer a inadequação da política de formação visando o contato insular, que levava muitos jovens/adolescentes que ingressavam na escola a faltar muito às aulas ou a abandonar o ano letivo, retornando algumas vezes no ano seguinte, demonstrando assim o interesse em continuar os estudos na escola formal.

Nas reuniões de planejamento com os demais professores que trabalhavam em outros Anexos, percebemos que não era possível fazer uma transferência do

¹ A Escola Bosque, Professor Eidorfe Moreira, faz parte de um projeto maior criado pela Prefeitura Municipal de Belém, chamado Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental, que foi inaugurado em 1996, no final da administração do prefeito Hélio Gueiros. Na primeira gestão do prefeito Edmilson Rodrigues foram instalados vários anexos na própria ilha de Caratateua, onde se encontra a sede, e nas ilhas de Combú, Cotijuba, Jutuba e Paquetá; na segunda gestão a instituição perde, na prática, o status de Fundação e a escola é vinculada à SEMEC - Secretaria Municipal de Educação.

modelo urbano de educação/escola com o qual convivíamos, por tratar-se de uma realidade distinta/específica (LOPES et al, 2000).

A partir de então passei a observar as causas dessas faltas e evasões, e conversando com pessoas moradoras locais, relacionei o fato ao calendário das atividades econômicas, principalmente do açaí e da pesca. Ou seja, o calendário letivo não era compatível com o calendário nativo das atividades econômicas. Por isso, muitos pescadores até o momento não estudam. Mas não por falta de interesse, como ressalta o morador Adamor, de 24 anos: *“eu estudava, mas era de tarde e não dava pra ir todo dia, porque tinha as coisas pra fazê, as vez tinha que sai pra pescá e passá semana, mas se fosse agora no verão e de noite aí dava²”*.

Uma compreensão mais adequada das particularidades locais permitiria perceber que, o *verão* é o período do açaí e os pescadores não saem pra pescar longe de casa, pois esse tipo de pesca é realizado no inverno. E a noite seria o melhor turno, porque dificilmente realizam atividades nesse horário.

O outro exemplo está relacionado à esfera da participação política; embora houvesse a tentativa de inclusão dos comunitários na tomada de decisão através de ações como o Orçamento Participativo³, havia uma incoerência na utilização da quantidade enquanto critério de participação. Embora a área insular seja a maior parte da extensão territorial do município, sua densidade demográfica é bastante inferior à área continental. Então, se as demandas de cada localidade seriam atendidas de acordo com o número de delegados eleitos nas Assembléias Distritais, isso significa dizer que a comunidade do Jamaci, com aproximadamente 80 moradores, incluindo as crianças menores de 12 anos, que não votavam

² Tentei, na medida do possível, reproduzir no texto as características da oralidade dos informantes, tomando o cuidado de não ‘apagá-los’ respeitando as marcas de sua fala e, embora reconheça a importância deste procedimento, devo assumir que nem sempre consegui manter uma regularidade nas transcrições, como se pode perceber nas citações em que apresento o discurso dos entrevistados, nas quais se alternam traços da escrita ortográfica e elementos de uma escrita fonética. Mas quero ressaltar que meu foco não é a linguagem, embora, como cientista social, não possa ignorar o fato de que as diferentes formas de linguagem revelam diferenças de outra ordem inscritas no seio de relações sociais mais amplas.

³ O Orçamento Participativo constituiu uma política de gestão na administração do prefeito Edmilson Rodrigues do PT (Partido dos Trabalhadores) e consistia na realização de reuniões locais, chamadas de Assembléias Distritais, para discutir as demandas e eleger os representantes (delegados, um a cada dez participantes) para defenderem as referidas demandas em Assembléia Geral, onde se definia a distribuição dos recursos financeiros destinados a execução das obras.

nesses eventos, jamais teria qualquer demanda atendida, como escola, por exemplo.

Esses dois exemplos ilustram a falta de conhecimento das realidades locais que levou a uma tentativa de homogeneização das ações e programas, por parte do poder público, através de seus planejadores e administradores. Mas a idéia aqui não é de estabelecermos uma dicotomia entre a área insular e a área continental, tampouco uniformizar a realidade insular, como se todas as ilhas do município de Belém estivessem na mesma situação.

Fatos como estes despertaram em mim a curiosidade sociológica e o interesse em estudar o modo de vida e a lógica específica de um desses grupos humanos insulares.

Pretendo com este trabalho contribuir para o conhecimento do modo de vida das populações ribeirinhas que habitam as ilha do município de Belém, destacando como o tempo ecológico/natural interfere nas atividades produtivas desses ribeirinhos e na relação dos ribeirinhos com outras lógicas temporais.

2.2 PROCEDIMENTO DE PESQUISA (MÉTODO)

Da mesma forma que Tavares dos Santos (1995), entendo que a prática de investigação sociológica deve ser concebida como um ato de criação/construção de conhecimento sobre a realidade social, orientada por uma fecunda relação entre a teoria, a observação e a interpretação. Por isso, optei pela realização de trabalho campo, e não apenas bibliográfico, no qual os ribeirinhos não podem ser abordados como uma realidade dada ou estanque, mas sim a partir de uma orientação epistemológica que tenta apreendê-los em seu movimento histórico.

2.2.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A partir de observações diretas e através de estudos sobre as populações ribeirinhas como Castro (1999); Conceição (2001); Hiraoka (1993); Leitão (1997); Maybury-Lewis (1997); Moreira (2002) e Simonian (2004), dirigi a atenção à lógica de organização social dessas populações relacionada ao tempo ecológico/natural, a qual apresenta especificidades em relação à lógica econômica capitalista baseada no tempo mecânico/cronometrado, visando à produtividade, ao lucro e à acumulação.

A experiência vivida pelos ribeirinhos se caracteriza a partir de uma situação sócio-ambiental, na qual as relações sociais estão imbricadas com relações cotidianas com o ambiente natural, tanto num sentido material para a obtenção de bens básicos para a sobrevivência, quanto no sentido simbólico relacionado à concepção e representações do meio em que vivem.

A relação destas populações com o meio natural em que vivem nos remete a uma preocupação bastante atual: a degradação do planeta. Pois, essas populações dispõem de tecnologias, como demonstra Diegues (2000), que causam impactos ecológicos reduzidos sobre os ecossistemas que utilizam, permitindo a *renovabilidade* dos estoques e a *sustentabilidade* dos processos ecológicos fundamentais.

Além das diferenças técnicas, os ribeirinhos operam com mão-de-obra familiar, com base em relações de parentesco, e não há especialização/compartimentalização na realização das atividades no sentido dos praticantes não terem noção do processo como um todo, tanto na produção de bens destinados ao auto-consumo quanto a comercialização. Esse padrão de organização social da produção exerce influências sobre a lógica do sistema de repartição e/ou distribuição dos produtos e da renda, numa perspectiva distinta da lógica capitalista.

Castro (1999), ao analisar os processos de trabalho na Amazônia, menciona que os ribeirinhos:

[...] apóiam-se nos saberes sobre o tempo, as marés, os estoques e cardumes, as fases da lua e a ação das chuvas, para explicar seus processos de trabalho, a lógica de suas técnicas de captura e a invenção de sua vida social. O rio e o ciclo de águas são incorporados como dimensão fundamental da vida entre os *povos das águas* da Amazônia (CASTRO, 1999, p. 36)

É a partir desta perspectiva que consideramos uma cultura baseada numa racionalidade específica, que tem sobrevivido no espaço e no tempo amazônicos, contrariando certas teorias que previam seu desaparecimento.

Outras vezes, essa realidade é interpretada como atrasada a partir de uma visão etnocêntrica e dicotômica, em relação a uma realidade moderna. Mas vale ressaltar que a idéia aqui não é apresentar o ribeirinho, de modo geral, e o jamaciense, em particular, como um ser idílico e exótico, numa perspectiva

romântica, como geralmente são concebidos pelo senso comum e pelas políticas de cunho desenvolvimentista, as quais tentam transformá-los em produtores inseridos num modelo empresarial baseado na racionalidade econômica da lógica capitalista.

Desse modo, também é inspiradora para este trabalho a obra de Antonio Cândido (1964), *Os Parceiros do Rio Bonito*, na qual o autor analisa uma situação que pode ser considerada de mudança da cultura caipira tradicional, que revela a passagem de uma economia de cunho auto-suficiente para outra no âmbito da economia capitalista, manifestando sintomas de crise social e cultural - crise nos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções do mundo, a qual condiciona a alteração dos padrões tradicionais, o seu desaparecimento ou sua persistência. O interessante desta obra é que o autor não empreende uma análise necessariamente evolucionista, reconhece que a *persistência* ou *permanência* não significa apenas uma demora na transformação, mas também um recurso de ajuste à nova situação, que pode rejeitar as normas e práticas anteriores ou incorporá-las, depois de redefini-las.

O presente estudo propõe-se a compreender e explicitar as especificidades desse segmento social, no que se refere a sua produção social (material e simbólica) relacionada ao *tempo ecológico* e sua interação com outras lógicas temporais, na intenção de poder contribuir com a desconstrução e superação da idéia que concebe os ribeirinhos como população preguiçosa, isolada e em atraso espacial e temporal.

Essa concretude demonstra a necessidade de superação de análises simplistas que consideram essas realidades algo absolutamente regido pelas leis do capital, predestinadas a um futuro comum, e estimula/exige a construção de um referencial alternativo que possibilite apreender e explicitar as peculiaridades sociais e culturais desse segmento social, abordando-o numa perspectiva complexa em que se possa pensar as várias possibilidades, no sentido de incorporação, de modificação, de destruição, de reinvenção e outras.

A importância da desconstrução do modelo de análise simplista está referida também em Durham (1982), quando reflete acerca dos problemas de método e interpretação:

Entretanto, o marxismo, voltado para uma visão macro-estrutural centrada nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas, tendeu a reduzir a dimensão simbólica a reflexos supra-estruturais que não são em si explicativos dos conflitos e contradições que movem a sociedade. Mais ainda, tem-se revelado inadequado para analisar mesmo situações conjunturais, quanto mais peculiaridades sociais e culturais de segmentos específicos da população que constituem o grande campo de investigação dos antropólogos. Nessa tentativa de utilizar o marxismo, a Antropologia tem se revelado não apenas retardatária, mas inábil, contentando-se, muitas vezes, com uma projeção direta das grandes proposições relativas à luta de classes, à dominação ideológica, à exploração capitalista sobre os movimentos ou situações concretas de estudo: nessa projeção, as grandes explicações teóricas não são capazes de recuperar todas as ambigüidades, contradições e nuances reveladas pelo trabalho de campo. A teoria marxista é incapaz de explicar a complexidade, a ambigüidade e a riqueza dos fenômenos simbólicos que a análise antropológica revela. Além do mais, tendo em vista a generalidade e o simplismo da versão da teoria marxista com a qual os antropólogos em geral operam, a particularidade da análise empírica que realizam é irrelevante para as questões teóricas que colocaram de início. Desse modo, os trabalhos freqüentemente se movem em planos paralelos em que análise empírica e postulados teóricos jamais se confrontam. Por outro lado, a crítica da validade desses postulados gerais como elemento de integração da diversidade dos fenômenos estudados não tem produzido alternativas a não ser a fragmentação e dispersão das pesquisas na particularidade irreduzível de cada caso (DURHAM, 1982, p. 166).

Ao invés de uma análise macroestrutural, baseada numa leitura evolucionista da penetração e expansão do capitalismo no meio rural-ribeirinho, que preconiza o desaparecimento desses modos de vida, optei por estudos empíricos sobre essas realidades concretas, as quais recolocam ou reavivam questões aparentemente superadas.

A exploração dos recursos naturais ocorre com base nos avanços econômicos e tecnológicos. Atualmente, a lógica capitalista de acumulação alimenta cada vez mais a “descoberta” ou redescoberta de recursos naturais, na maioria das vezes, sem a preocupação com o esgotamento dos mesmos ou com a vida das pessoas que deles dependem. Mas, vale ressaltar o crescimento de uma mobilização em prol da conservação ambiental (DIEGUES, 2000).

A problemática da ilha de Paquetá relacionada à permanência de uma lógica organizacional distinta da lógica capitalista supera, em termos teóricos, uma realidade puramente local, inserindo-se num debate teórico-político mais amplo, que nos remete ao futuro das comunidades camponesas/ribeirinhas ou Populações Tradicionais e da pequena produção mercantil associada à questão ambiental.

A perspectiva da complexidade, para a qual o conhecimento é concebido como um processo multidimensional, marcado pela multiplicidade, pela diversidade e pela complementaridade, orienta a nossa percepção sobre a realidade sócio-ambiental-cultural que está sendo investigada.

Barel (1974) lembra que a pequena produção mercantil apresenta uma história muito mais longa que a capitalista e, embora sem nunca ter sido independente, sempre existiu, articulando-se a outras formas dominantes como a escravocrata, a feudal e a vigente. Um exemplo no Brasil é a situação analisada por Franco (1983) em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, que mostra nas franjas da ordem escravocrata a organização de uma população livre que garantia a produção e comercialização de alguns bens/gêneros que a monocultura não atendia.

Na Amazônia não podemos abordar esse segmento social [ribeirinhos] como dado ou estático e sim numa visão de processo, em movimento, sem esquecer as relações históricas de conflitos e negação do reconhecimento enquanto categoria social. Isso nos leva a perceber o presente enquanto produção de historicidade. O caboclo/ribeirinho, como lembra Conceição (2001), não é um recém-chegado e sim herdeiro de uma tradição cultural de tempos imemoriais, que vem se reproduzindo nas franjas dos processos econômicos dominantes, chamados de ciclos, mas a quem não se pode chegar sem o reconhecimento e a interpretação de sua historicidade e da lógica de seu modo de vida.

O grande desafio é como dar conta dessa análise. Portanto, a perspectiva mais plausível é considerar a realidade ilhéu-ribeirinha uma *Experiência Socioambiental Complexa*, estabelecendo um diálogo crítico com as interpretações que reduzem o movimento da sociedade ao movimento do capital, assim como, com as teorias homogeneizantes. Essas teorias disseminam uma idéia de homogeneidade, de unidade, de uniformidade e de futuro comum entre os diversos grupos humanos. Além disso, serão de grande valor as reflexões que tentam desconstruir e superar as perspectivas evolucionista, economicista e dicotômica, como o fizeram Lima e Pozzobon (2001) e Forline e Furtado (2002).

É neste sentido que pretendo conduzir este trabalho, analisando se o tempo ecológico ou natural pode contribuir para a constituição de um saber ambiental, proporcionando a regulação da produção e orientando um

comportamento tecnológico compatível com a sustentabilidade; e verificando que tipo de relação pode ocorrer entre os tempos, ecológico e o mecânico, considerando que os jamacienses convivem com ambos.

Reconhecer que a relação com a natureza resulta em comportamento fortemente marcado pelas forças naturais e seus ritmos não implicam submeter-se às imposições da mesma, pois não se trata de qualquer forma de determinismo, como supõe Meggers (1977), para quem a cultura é vista como uma contribuição para se garantir a manutenção dos ecossistemas, isto é, analisando-se as relações entre as populações amazônicas e o meio natural a partir do conceito de adaptação.

Neste trabalho, a noção de *tempo ecológico natural ou cíclico* está relacionada à interpretação de Evans-Pritchard (1978), segundo o qual essa noção é derivada das relações com o meio ambiente. Isto é, trata-se da influência e não de determinação do meio natural sobre os ribeirinhos. Segundo Cunha (2000), que estudou a relação entre tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal, este tempo (ecológico ou natural) se expressa na relação estabelecida com a natureza. Ou seja, no modo como a natureza se impõe e concomitantemente é apropriada pelo pescador/ribeirinho, munido de tecnologia artesanal e conhecimento sobre o ambiente. Portanto, a aceitação de categorias como *tempo ecológico/natural* não significa, de forma alguma, a naturalização dos aspectos sociais e culturais. E sim a possibilidade de se pensar outras formas de relacionamento com o meio ambiente físico.

Desse modo, o saber ambiental, mesmo encontrando-se em fase de construção, adquire um sentido crítico e prospectivo sobre os processos complexos da realidade sócio-ambiental, como concebe Enrique Leff:

O saber ambiental coloca o problema das espacialidades e temporalidades de diferentes processos naturais e sociais: a harmonização e conflito entre os ciclos econômicos e ecológicos, entre a valorização econômica e os valores culturais; entre a maximização dos ganhos, dos tempos de regeneração dos recursos naturais e dos processos de inovação e assimilação tecnológica; entre os diferentes espaços ecológicos, geográficos, culturais, políticos e econômicos onde se concretizam as ações da gestão ambiental (LEFF, 2004, p. 152).

Diferentemente da noção de *tempo mecânico ou tempo do relógio* que, segundo Thompsom (1984), refere-se a uma consciência temporal que não utiliza

como referência os fenômenos ecológicos ou naturais para a realização de atividades, está mais diretamente relacionada às atividades industriais.

Assim abordaremos as noções de *tempo* e *sustentabilidade* como meios que possibilitarão a realização de uma análise mais esclarecedora sobre o tempo vivenciado pela população enfocada. Num sentido mais amplo, o *tempo* é uma construção social com significado variado nas diversas sociedades e no seio de cada uma delas, de acordo com os diferentes grupos e contextos. Como sugere Elias (1993), o tempo deve ser compreendido no contexto social onde é produzido e em interação com outros elementos da vida social. Essa concepção é reiterada pelo geógrafo Milton Santos:

O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo. (SANTOS, 1996:83).

Para a noção de *sustentabilidade* (ecológica) tomo como referência Lima e Pozzobon (2001), que a tratam como a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais, sem ameaçar a integridade do meio ambiente ao longo do tempo.

A relação entre estas categorias é analisada por Rojas (2001), explicitando que a lógica de relação com a natureza corresponde à percepção do tempo e projeta-se no comportamento tecnológico.

Na reflexão sobre as práticas econômicas, tomarei como base as análises de Bourdieu (1979) que, ao estudar o processo de integração de camponeses da sociedade (tradicional) argelina à economia capitalista, procurou explicitar as relações existentes entre as disposições econômicas e as consciências temporais.

E trazendo essas reflexões para os contextos amazônicos atuais, podemos avançar no sentido de uma interpretação que inverte o processo, como sugerem Lima e Pozzobon (2001), ao estudarem a sustentabilidade ecológica e a diversidade social nessa região:

Se o critério de racionalidade econômica capitalista ordenava os segmentos sociais segundo seu grau de desenvolvimento e integração ao mercado, o emprego de critérios de sustentabilidade ecológica atribui a segmentos sociais antes inferiorizados uma valoração ecológica positiva. Esses mesmos segmentos sociais, como as populações

indígenas, os seringueiros e ribeirinhos, recentemente denominados “populações tradicionais”, incorporaram a marca ecológica às suas identidades políticas como estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais. Dito de outra forma, o critério de valorização ecológica confere novas bases para uma valorização política dos segmentos sociais e engendra um novo quadro ordenatório da diversidade social da Amazônia (LIMA & POZZOBON, 2001, p. 196-197).

Embora não haja a incorporação da marca ecológica como identidade política por parte dos jamacienses, mas que pode vir a ocorrer na medida em que esse segmento social se torna importante referência para as políticas ambientais. É nesse sentido que podemos talvez, pensar a construção de uma outra racionalidade, de acordo com a proposição de Maybury-Lewis (1997), que estudou os ribeirinhos do Rio Solimões no Amazonas, e para quem este segmento social:

[...] nos oferecem um exemplo de estilo de vida que, a nível do discurso, pode ser chamado de pós-moderna. Criando uma ponte entre o tradicional e o moderno, os ribeirinhos indicam o sonho ecológico de uma sociedade pós-moderna (MAYBURY-LEWIS, 1997, p. 57).

A exploração dos recursos naturais, fundada na ideia de crescimento econômico, gerou processos de degradação ambiental denominada *crise ambiental*. Essa crise de um mundo globalizado, segundo Leff (2001), se torna evidente nos anos 60, com o risco de colapso ecológico e com o avanço da pobreza (miséria). Tal crise produziu um processo reflexivo que veio questionar os paradigmas teóricos de uma racionalidade mecanicista, unidimensional, simplificadora e fragmentadora que impulsionaram e legitimaram o processo de modernização e de crescimento econômico negando a natureza.

A questão ambiental problematiza a racionalidade instrumental; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros baseados nos limites da natureza, nos potenciais ecológicos e na capacidade humana de (re)criar.

É nesse contexto que surge o tão divulgado conceito de *desenvolvimento sustentável*, formulado como crítica à lógica ou modelo de desenvolvimento capitalista e posteriormente criticado por suas abstrações, ao que respondeu mais recentemente recusando essa noção vaga e se voltando para experiências concretas. E ironicamente, ou talvez cinicamente, grupos amazônicos, que foram considerados por muitos e durante muito tempo (de certa forma ainda continuam

sendo), como atrasados, antimodernos, primitivos e outros preconceitos, tornam-se modelos dessa política ambiental.

Ao estudar esse processo, Marcionila Fernandes (2003) enfatiza as relações de poder nessa trama e adverte que as ações internacionais podem estar mais relacionadas ao interesse em controlar os recursos naturais renováveis e não-renováveis, de que nas questões propriamente ambientais.

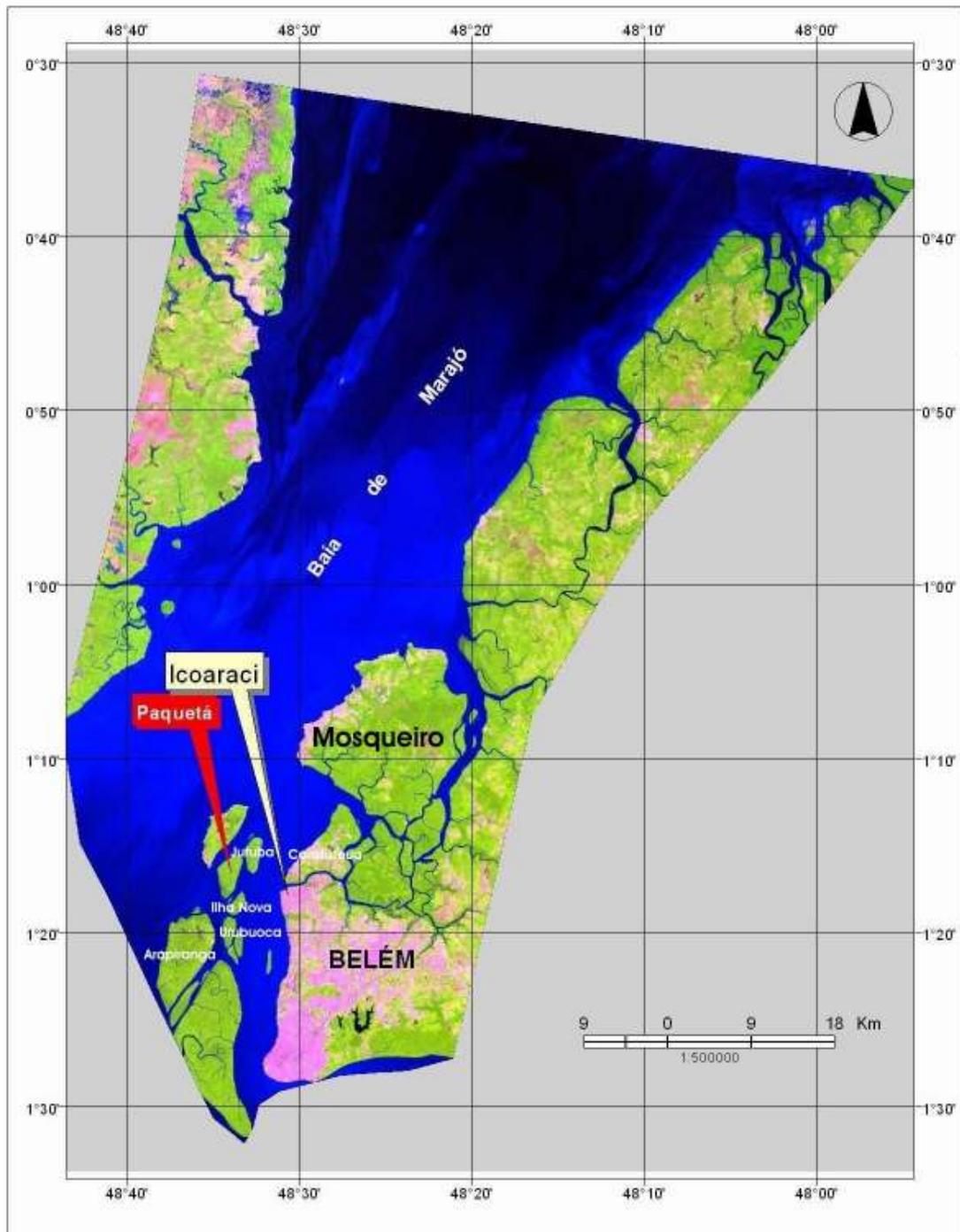
Com a chamada crise ambiental emerge, também, a complexidade diante da instrumentalização do conhecimento e da fragmentação do real. A complexidade reabre a reflexão sobre o tempo (LEFF, 2004) e permite conceber a realidade de maneira complexa, onde o presente se transforma na existência de tempos heterogêneos, no entrelaçamento de diferentes lógicas e racionalidades.

Assim, o desaparecimento ou permanência do modo de viver ribeirinho, de seu estilo de vida, depende de um conjunto de relações e de correlações de forças entre diversos atores em nível local, regional, nacional e global.

2.3 ESCOLHA DO LUGAR

O município de Belém é formado por 69,42% de área insular, constituída de 42 ilhas. Desse conjunto, a Ilha de Paquetá é a sétima maior com 715,83 hectares (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1999). A seguir, podemos visualiza-la em parte desse contexto, a partir da Imagem 2.

O acesso à Paquetá ocorre por meio de pequenas embarcações motorizadas. Comuns na Região Amazônica, essas embarcações são popularmente chamadas de “pô-pô-pô”, em referência ao som emitido pelos motores das mesmas. Não há embarcações comerciais que façam o trajeto entre Jamaci e a área continental. Os moradores se deslocam para o continente e para outras ilhas em suas próprias embarcações ou nas de parentes, vizinhos, conhecidos.



Fonte: Cena do LANDSAT TM. Elaborado por Ramos C. R.

Imagem 2 – Área Insular de Belém e Barcarena.

Dada a necessidade de compreensão dessas populações e a história na qual se encontram inseridas, faz-se imperioso avançar e ultrapassar as categorias de nomeação como: ribeirinhos, varzeiros, pescadores, extrativistas, coletores, caçadores, entre outras, como constata Castro:

[...] São categorias de nomeação, nas quais se cruzam olhares sobre o *outro* e que pouco explicitam das especificidades do trabalho, de sua natureza e de suas formas. Pouco dizem sobre a complexidade dos processos identitários, as representações que os unem e as orientações de suas ações políticas [...] (CASTRO 1999, p. 38).

Já foram realizadas pesquisas junto às populações ribeirinhas, mas não abordando a questão temporal como temática principal. O conhecimento sobre essas populações é importante pelo fato de que elas contribuem diretamente para o abastecimento da cidade, com produtos como: açaí, peixe, camarão... Elas também são responsáveis pela conservação do meio em que vivem, com características raras no município de Belém.

A realidade jamaciense se distingue de outras por se tratar de uma área insular e de várzea, não sendo possível a alternância ou mobilidade entre os ambientes de várzea e terra-firme. A literatura encontrada/pesquisada geralmente refere-se a uma complementaridade entre esses dois ambientes, ou seja, ora essas populações estão na várzea (na pescaria, no extrativismo...), ora estão na terra-firme (na agricultura...); Conceição (2001); Moreira, (2001); Santos, (1982); Simonian (2004).

A escolha da comunidade do Jamaci na ilha de Paquetá, localizada no município de Belém, ocorreu por razões que considero relevantes do ponto de vista teórico e prático.

Outro fator diferenciador é que o lugar a ser estudado/observado é bastante próximo da capital. Leva-se, de barco, da área continental de Belém até Jamaci 40 minutos, aproximadamente. Essa relativa proximidade deve possibilitar maior interação com outras lógicas temporais, influenciando em seu modo de vida. Nesse sentido, a escolha do Jamaci também se deve à facilidade de acesso – o que minimizou o custo do trabalho de campo.

É próximo da cidade de Belém e ao mesmo tempo é relativamente distante, por não ser um lugar com atrativos turísticos, com monumentos históricos, praias e outros atrativos como a ilha de Cotijuba, estudada por Lana Silva (2003); ou

como a ilha Trambioca, estudada por Ligia Simonian (2004). Esses estudos demonstram que em boa parte as mudanças são ocasionadas ou aceleradas, em certos aspectos, pela criação/construção de infra-estrutura, para atender as demandas dos visitantes/turistas.

2.4 EXPERIÊNCIA EM CAMPO

Por meio da Escola Bosque, estabeleci os primeiros contatos com a comunidade do Jamaci, participando de reuniões, festivais e de eventos de datas comemorativas, como Dia das Mães, Dia Internacional da Mulher, Festa Junina, Dia das Crianças e Natal, entre outras, realizadas com a participação dos estudantes dos Anexos das Ilhas.

Em 2003, visitei três vezes o Jamaci com o objetivo de coletar dados (pesquisa exploratória) para a elaboração da proposta de trabalho da dissertação, que deveria ser apresentada ao processo seletivo do Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais. Conversei e expliquei para a liderança local, o Sr. Ronaldo da Costa, quais eram as minhas pretensões. Disse que se tratava de um projeto de pesquisa, isto é, não teria nenhum retorno material, para não criar expectativas. E só iria realizar a pesquisa, se fosse aprovado no processo seletivo.

Tendo sido aprovado, fiquei muito atarefado com as disciplinas do curso e não pude visitar o local no primeiro semestre de 2004. Retornei somente em julho para informar que havia sido aprovado no curso e para coletar mais informações para incorporar ao projeto de pesquisa. Lá fiquei hospedado durante uma semana. Com cautela, tentei construir estratégias de pesquisa mais adequadas. O comentário comum era de que todos ali eram parentes, mas eu já sabia da existência de alguns conflitos entre moradores, então não podia me tornar refém dessa situação.

Durante o 2º semestre letivo, não realizei visita ao local, novamente por causa das disciplinas do curso. Entretanto, estava tranquilo porque havia explicado para a liderança os objetivos da pesquisa. Porém, ao retornar em novembro (2004), fui surpreendido com um questionamento da referida liderança: *“Mas sim João, como é a história do teu projeto?”* Respirei fundo e expliquei novamente que se tratava de um *projeto de pesquisa*, que a contribuição seria no

sentido de esclarecer como viviam, as atividades que realizavam e de que necessitavam. Não teria o poder de mudar ou atender as reivindicações da comunidade, desiludida com promessas feitas por candidatos em períodos eleitorais. Em novembro e dezembro de 2004 visitei novamente a comunidade, coletando informações durante cinco dias a partir do contato que a escola proporcionava.

Como estratégia de aproximação, já em janeiro de 2005, substituí a professora durante a última semana de aula. Ela havia saído para estudar e eu pude naquele momento me aproximar um pouco mais das pessoas do Jamaci. Foi realizada uma reunião com pais e responsáveis, para informar a substituição. Então aproveitei a ocasião para falar do projeto de pesquisa que estava elaborando sobre a comunidade, os objetivos do estudo e assim por diante. Enfatizei que não teria nenhum benefício concreto ou direto. Mas, a partir dessa conversa as coisas ficaram mais fáceis.

Nestas primeiras visitas à comunidade não realizei a aplicação de questionário nem fiz entrevistas, apenas conversas informais e observações direcionadas, na medida do possível, para a lógica de organização das atividades econômicas e relações entre os moradores e entre estes e o meio natural. As anotações eram feitas num caderno de campo, algumas vezes no momento da conversa, outras vezes posteriormente. Durante esse período a pesquisa foi mais restrita e limitada pela ausência de canoa ou casco para o deslocamento de uma casa à outra. Visitava, portanto, com mais recorrência algumas casas próximas, cujo acesso prescindia de canoa/casco. Além disso, estava iludido com a idéia de que me encontrava num ponto estratégico, o centro das relações, onde funcionava a escola, num “*barracão*” construído para a realização da Festa de Nossa Senhora da Conceição, onde ocorriam as reuniões e missas/celebrações. Ao lado uma casa com um comércio, bilhar e venda de bebida alcoólica. Mais à frente, no mesmo terreno, estava a casa do líder comunitário, prestador de serviços à escola, como barqueiro, transportando professora, merendeira e alunos. Na condição de barqueiro e liderança, estabelecia relações com praticamente todos os moradores, levando e trazendo informações sobre a escola e outros assuntos. A filha dele, exercendo a função de agente de saúde do Programa Família Saudável (Prefeitura Municipal de Belém), também era muito

requisitada pelos moradores, principalmente para marcar consultas na Unidade Básica de Saúde em Cotijuba.

Foi a partir dessas referências que realizei a primeira fase da pesquisa de campo, conversando, principalmente com os alunos, com as pessoas que iam à escola participar de reunião, levar ou apanhar as crianças menores, com as que iam ao comércio comprar algo ou jogar bilhar, com as pessoas que iam falar com a professora sobre a situação escolar dos alunos. Conversei bastante também com a professora Raimunda Damasceno, sobre vários assuntos referentes ao local, como o comportamento dos moradores em relação ao meio natural, hábitos alimentares, escolaridade e outros. Mas sempre procurando distinguir a visão da professora da visão dos moradores, pois a mesma não era do local e nem morava lá. Era uma agente externa, residia em Icoaraci.

Essas primeiras visitas foram realizadas com o objetivo de coletar dados e informações a serem incorporados ao trabalho (projeto) submetido ao de exame de qualificação em abril de 2005. Naquele momento, embora estivesse relativamente satisfeito com as informações obtidas, estranhava a idéia de uma comunidade homogênea, com mesma origem familiar, sincronia na realização das atividades, período de chegada das pessoas ao Jamaci, locais de origem, etc... Entretanto, não havia mais tempo para aprofundar o estudo.

Nessa primeira fase (antes da qualificação), durante o período letivo da rede municipal, eu ia no barco que prestava serviço à Escola Bosque. Todos os dias às 7 horas, o barco saía do trapiche de Icoaraci com destino à Ilha de Cotijuba, lá apanhava um barquinho que ia buscar a professora, a merendeira e apanhava os alunos que residiam no igarapé antes da escola. Quando ficava hospedado no local, geralmente ia e retornava com os próprios moradores durante as viagens que faziam para comercializar os produtos em Icoaraci.

Na segunda fase da pesquisa de campo, como já conhecia quase todos os moradores da comunidade, fiquei mais à vontade para visitá-los sem a intermediação da liderança. Procurei estabelecer contato com os moradores da foz da igarapé e percebi que havia outras versões do processo de ocupação e das relações de parentesco. Soube que de uma das casas haviam saído os moradores para viver na ilha de Cotijuba; a partir daí procurei afinar a investigação e fui entrevistar cinco famílias (nucleares) de ex-moradores das

quais quatro permaneciam com o terreno e a casa no Jamaci. De posse dessas informações, completei o mapa genealógico e estabeleci relações com um croqui da área, que um morador havia feito, a meu pedido.

Durante os meses de abril, maio e junho de 2005, realizei visitas ao local, totalizando 23 dias de trabalho de campo. Ia de manhã e voltava à tardinha para Cotijuba, no barquinho que levava a professora e a merendeira. Em Cotijuba, apanhava outro barco para Icoaraci. Nesse momento já comecei a realizar entrevistas mais direcionadas às práticas econômicas, observando como eram realizadas, quando, onde e quem realizava e observando também os hábitos cotidianos com mais atenção para comparar com o que diziam. A partir daí, procurei entrevistar os moradores de acordo com as atividades que realizavam, por exemplo, sobre a criação de porco, com quem criava porco, sobre a pesca de fora com quem pescava fora.

Em julho de 2005 fiquei hospedado na comunidade por mais 15 dias, quando acompanhei e participei de momentos do cotidiano como: apanhar açaí, pescar no igarapé, jogar bolar e bilhar, tomar banho no igarapé, viajar para Icoaraci de madrugada para a comercialização de açaí, buscar água em Cotijuba, entre outros. Durante esses dias, visitei todas as 17 casas e procurava conversar com todos: homens, mulheres, jovens e crianças. Esse processo de participação e observação permitiu melhor compreensão e descrição das atividades. Nas entrevistas as informações eram superficiais, como se eu fosse capaz de deduzir o que estava implícito. Por exemplo, quando falavam dos procedimentos de pesca para eles óbvios: a pesca de bacú no *mangal* é só à noite e na maré lançante, porque esse peixe não entra no mangal de dia e a maré lançante é maior e inunda a área possibilitando a entrada de casco/canoa.

No mês de agosto realizei apenas cinco visitas, indo e voltando no mesmo dia. A partir desse mês o anexo que funcionava no local passaria a funcionar na ilha de Cotijuba. Assim, o barquinho que ia buscar a professora e a merendeira, agora iria buscar os alunos e depois retornava para o Jamaci, nesse momento eu ia realizar as entrevistas com os jamacienses. Aproximadamente meio dia o barquinho ia novamente a Cotijuba para levar os alunos que estudavam à tarde e retornava para o Jamaci com os que estudavam de manhã. À tardinha, voltava finalmente a Cotijuba para apanhar os alunos que estudavam à tarde e eu

aproveitava essa última viagem do dia para sair do Jamaci e chegar a Cotijuba. De lá apanhava outro barco para Icoaraci.

Em setembro de 2005 realizei três visitas e uma dessas foi para participar de uma reunião que havia articulado com a coordenação do MMIB (Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém), o agente administrativo da ilha de Cotijuba e Adjacências e a comunidade local para discutir alguns problemas e buscar possíveis soluções. Uma espécie de contraprestação do trabalho que realizava na área. Já que eu não podia fazer, procurei auxiliá-los na organização e reivindicação.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro, procurei acompanhar a comercialização do açaí e do pato (em outubro, para o círio⁴) através de visitas ao trapiche de Icoaraci. Ia pra lá por volta das seis da manhã e ficava conversando com os jamacienses até umas sete e meia, oito horas, momento em que os comércios e supermercados abriam e eles iam fazer suas compras.

Tentei desenvolver uma análise sem entrar no mundo da pesca. Mas, no segundo semestre de 2005, tive a oportunidade de cursar a disciplina *Antropologia e Sociedades Haliêuticas*. As leituras e discussões nessa disciplina auxiliaram no sentido de evitar o equívoco de pretender estudar uma comunidade ribeirinha sem considerar as atividades pesqueiras. Por esse motivo retornei a campo nos meses de dezembro de 2005, janeiro e fevereiro de 2006 para obter algumas informações específicas sobre as práticas de pesca e checar outros dados.

Nessa terceira fase fiquei hospedado na comunidade durante três dias consecutivos, nos outros sete dias, ia pela manhã e voltava à tardinha. Dessa vez, apliquei um pequeno formulário, tipo questionário que segue como apêndice. As entrevistas foram gravadas e as informações complementares foram anotadas em cadernos de campo.

Durante os sessenta e seis dias de pesquisa de campo, sem contar as nove visitas realizadas ao trapiche de Icoaraci, utilizei várias estratégias para a coleta de informações/dados. Inicialmente, a conversa informal e observação; depois

⁴ O Círio é uma festa religiosa em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre em Belém no segundo domingo do mês de outubro, momento em que se consome o pato no tucupi, um dos tradicionais pratos da culinária paraense.

aplicação de questionário e entrevistas abertas (ver apêndices); busquei o auxílio de alguns moradores, como os alunos, que representaram, por meio de desenhos e pinturas suas percepções espaciais-temporais. Destaco nesse aspecto, principalmente, a contribuição de Francinaldo, de 37 anos (mais conhecido por Chico) habilidoso desenhista que me presenteou com os desenhos dos instrumentos de pesca e com o croqui da área, onde é possível identificar aspectos físicos do lugar de estudo. Recorri também as estratégias de observação e aplicação de questionário. Com as pessoas mais idosas utilizei a técnica histórias de vida com o objetivo de obter informações sobre a trajetória das famílias.

No início perdi várias informações por achar que não eram importantes, depois procurei ser mais disciplinado e anotar com mais frequência. Algumas vezes registrava no momento da conversa ou entrevista, mas percebi que isso incomodava e quebrava o ritmo, por não prestar atenção enquanto estavam falando, por isso, outras vezes deixava para anotar depois do almoço na escola ou na casa em que ficava, durante a volta para Icoaraci, ou ainda em minha própria casa à noite. Também registrava palavras-chaves e depois procurava recuperar o contexto e as informações dali suscitadas.

Sempre procurando seguir as orientações de Malinowski (1978), no sentido de distinguir o que era dito pelos jamacienses (nativos), o que era observado e o que era interpretação fruto da minha atividade de observador/pesquisador, assim como o que era dito ou praticado por pessoas de fora da comunidade. Como por exemplo, o ato de um visitante de matar uma garça que andava nas canoas e cascos dos pescadores de matapi para comer os camarões que ficavam nas embarcações. Ato que foi criticado pelos moradores locais.

Tentei marcar dia e hora com alguns informantes, mas percebi que não dava certo, porque quase sempre não se encontravam. Então resolvi visitá-los sem avisar e a recepção pareceu-me melhor. Nunca gostei de realizar pesquisas como formalidade/obrigação, ou seja, como uma atividade em si, de fazer perguntas e obter respostas e ir embora o mais rápido possível. Por isso às vezes ficava o dia todo apenas numa casa, levava a comida para preparar, almoçava e procurava me integrar/participar no que estava sendo realizado, sempre perguntando uma coisa ou outra, “como quem não quer nada”. Procurava, assim, realizar a

pesquisa de acordo com Galvão, para quem, *a melhor forma de fazer trabalho de campo era ficar junto das pessoas, ficar bestando, escutando, perguntando e olhando/observando tudo ao redor* (SÁ, Samuel e SÁ, Elisa apud GONÇALVES, 1996).

Mas sempre procurava esclarecer ou lembrar para os que estiveram na reunião da escola, que o motivo da visita estava relacionado a um trabalho de pesquisa da Universidade Federal do Pará, sobre como viviam, sobre as atividades que realizavam, como realizavam, quando e onde. Geralmente, quando lá chegava uns diziam, “*tá passeando?*” ou então de outra forma: “*veio dá uma volta?*”

Desse modo, pode-se considerar que a pesquisa foi realizada com base em trabalho de campo de natureza antropológica, ou, a partir de uma metodologia qualitativa. Sem ignorar os dados quantificáveis.

A pesquisa também se estendeu a setores da administração pública municipal como a Secom (Secretaria Municipal de Economia) e Semma (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).

Essa distribuição da pesquisa de campo em vários períodos foi proposital, com o objetivo de comparar as informações obtidas com a observação das práticas ao longo do ano ou dos ciclos/estações. Esta distribuição e intensidade permitiram, também, identificar o que Leach (1974) denominou de *níveis de padrão de comportamento*: Ideal - descrição que o nativo faz de sua sociedade e de si mesmo; Real - o real comportamento dos indivíduos; e Média - média dos padrões de comportamento (norma).

Procurei também considerar as orientações de James Clifford, (1998), ao analisar a autoridade etnográfica, principalmente sobre o novo estilo de pesquisa em que há uma tendência a elaborar de modo mais articulado os componentes “empíricos” e “teóricos” da pesquisa antropológica. Este autor elabora críticas a cada uma das autoridades analisadas: experiencial; interpretativa; dialógica e polifônica. E conclui enfatizando que todos os estilos contêm pressupostos políticos e epistemológicos, os quais não podem ser ignorados pelo escritor etnográfico, pois estão disponíveis a todos. Nenhum é obsoleto, nem puro, mas há lugar para invenção/criatividade dentro de cada um desses paradigmas.

Na realização deste trabalho usei também a fotografia, cujo método é explicitado por Collier (1975). Segundo este autor, o uso da fotografia não deve ser apenas para *mostrar* a imagem dada ou o que já encontramos através de outros meios, mas também para ampliar realmente os nossos processos visuais e ajudar-nos a desvendar *mais* acerca da natureza do homem e suas culturas multifacetadas. Essas orientações serviram de estímulo para a tentativa de irmos além da imagem em si.

Foram utilizadas imagens de satélite, para mostrar a Ilha de Paquetá e o Igarapé Jamaci no contexto insular e em relação à área continental do Município de Belém e, também para se ter uma idéia da área de pesca freqüentada por alguns pescadores jamacienses, na chamada *pesca de fora*.

Recorri também à elaboração de esquemas de representação das relações de parentesco, comumente chamado de *mapa genealógico*, para demonstrar ou apresentar, principalmente, as trocas matrimoniais entre as famílias locais.

3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS

O processo de ocupação da ilha de Paquetá e do igarapé Jamaci é bem antigo, mas vamos nos deter na ocupação mais recente, nos atuais residentes locais e naqueles que possuem terreno no local, mas residem fora da comunidade. E, para facilitar a compreensão, vamos tentar relacionar, no decorrer da análise, o mapa genealógico dos moradores e um croqui do espaço local.

Esse total de moradores foi dividido, para efeito de análise, em 5 partes que chamaremos de Família⁵ A; B; C; D; E, o que corresponde à cronologia de chegada ao local, com a inversão das duas últimas, ou seja, a família E chegou antes da D.

A **família A** é originária do município de Cametá, cujo patriarca abandonou sua gente, segundo um de seus descendentes, por ter se aborrecido com o pai que havia lhe dado uma surra. Assim, refugiou-se na ilha de Arapiranga no município de Barcarena, onde trabalhou em uma olaria (fábrica de cerâmicas). Depois de casado mudou-se para o igarapé Jamaci na ilha de Paquetá (Belém) e se instalou na área entre o furo Jupati e a foz do igarapé ou margem da ilha, como se vê no Desenho 1, onde permanecem até hoje alguns de seus remanescentes. Nesta área há apenas um lote que não é da família, que foi cedido para um conhecido, o qual, depois de algum tempo, “vendeu-o” para um terceiro que, depois de morar lá por alguns meses, viajou deixando a atual viúva da família “D” encarregada de tomar conta. Esta por sua vez, percebendo que os próprios moradores estavam levando tudo que havia na casa, chamou um sobrinho que morava na ilha de Jutuba (Belém) para morar na mesma, que fica em frente a sua casa.

A **família B** é descendente do Sr. José Ferreira Baía que, por volta de 1945, teria vindo da Ilha do Capim localizada no município de Abaetetuba para “tirar madeira” na ilha de Paquetá. Tendo gostado do lugar resolveu buscar a família e instalou-se em definitivo no local. Isso é o que informa a moradora Luzia Bahia.

⁵ Nesse primeiro momento estou utilizando o termo família para designar e diferenciar os cinco grupos de parentes que vieram para o local.

A **família C** é natural da Ilha das Onças, tendo mudado-se para a ilha de Arapiranga, ambas do município de Barcarena. Depois se mudou para a ilha de Jutuba, onde morava uma irmã da mulher e, finalmente, chegou ao igarapé do Jamaci (instalou-se no local a partir do furo Mamorana) na ilha de Paquetá (as duas últimas no município de Belém), por intermédio de uma sobrinha da mulher do casal e com a permissão do integrante mais velho da família “A”, que era responsável pela organização das terras.

A **família E** morava na Ilha das Onças, município de Barcarena, seus integrantes trabalhavam na agricultura de várzea com culturas temporárias como: arroz, banana, quiabo, jerimum, maxixe etc. Depois da colheita plantavam cacau e açaí. Tudo isso até o momento em que entraram em conflito com um industrial do ramo de palmito, motivo pelo qual o patriarca ficou preso por 16 dias. Depois entrou em contato com um irmão (Enéas) que já morava no Jamaci, o qual forneceu um “pedaço” (parte do terreno). Assim abandonaram as terras e vieram ocupar outro espaço.

Depois de algum tempo o Sr. Enéas “vendeu” a parte que lhe coube para a **família D** e foi morar em Icoaraci. Os pais da viúva moravam na ilha do Combu (Belém), depois se mudaram para Barcarena. Mas por muito tempo a viúva morou em Belém trabalhando como doméstica, depois se casou e passou a trabalhar no “jogo do bicho” e no aluguel de uma “vila de quartos” do próprio casal. O companheiro trabalhava na construção civil (pedreiro, electricista, pintor), mas bebia muito e não se alimentava direito. Talvez por esse motivo sofreu um acidente de trabalho (caiu do andaime) em uma obra no município de Castanhal. Como consequência disso *teve a perda da memória*, mas como sua esposa trabalhava com remédios caseiros, passou a procurar um lugar mais tranquilo para cuidar do marido. Além disso, tentava encontrar dois irmãos e então ficou sabendo que um morava na ilha de Jutuba e a outra na ilha de Paquetá. Assim sendo, comprou o terreno, ou melhor, as benfeitorias, do Sr. Enéas. No início, segundo a mesma, tiveram muita dificuldade em se adaptar ao ambiente e às atividades, pois não sabiam apanhar açaí e pescar, colocavam matapi em terra, isto é, na praia fora d’água. Mas, aos poucos foram aprendendo.

Pode-se considerar que há uma variedade nas datas de chegada ao local e nos locais de origem por onde passaram e o que faziam para sobreviver e se

reproduzir. Mas há pelo menos dois elementos em comum: a migração como forma de buscar melhores condições de vida e a origem ou moradia anterior em área insular. Do local de origem ou passagem e das respectivas atividades que desenvolviam vai depender o grau de dificuldade ou facilidade em se adaptar ao novo meio/ecossistema. A viúva da família D deixa explícita essa dificuldade, pelo menos inicialmente. Um membro da família, em entrevista, declarou essa dificuldade: "nós somos agricultor, nós sabe cuidar da terra, lá no igarapé (Jamaci) eles são pescador". As outras famílias viviam em ambientes naturais parecidos, por isso não apresentaram dificuldades nessas proporções.

Num sentido mais geral, pode-se dizer que os atuais moradores do Jamaci fazem parte ou são resultantes de um processo de miscigenação que teve início com a chegada dos europeus e, posteriormente, de escravos negros africanos, que dão início à gestação de uma população não indígena, uma mistura dessas três etnias (índio, negro e branco), comumente denominada de *cabocla*. Mas este termo, segundo Lima (1999), deve ser entendido como uma categoria social empregada com base no reconhecimento de que a população rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns, mas não é uma categoria homogênea e, sim, uma abstração.

Neste caso, talvez fosse mais apropriado falar-se em populações varzeiras ou ribeirinhas. Como mostra Porro (1995), em fins do século XVIII, as tribos indígenas da várzea haviam praticamente desaparecido e, em seu lugar, constituía-se uma nova população que assimilava uma série de elementos culturais permitindo a adaptação à vida na várzea.

Portanto, é possível ensaiar, apoiando-se em Conceição (2001), uma certa continuidade histórica entre *índios*, *tapuios*, *caboclos/ribeirinhos*, questionando a noção de ocupação e procurando entender as características e lógicas das sociedades locais entendendo-as como herdeiras da adaptação cultural mais tradicional da Amazônia, da qual as categorias mais antigas vão repassando para as mais recentes as formas de conhecimento e adaptação aos recursos. Pois esse segmento social vem se reproduzindo paralelamente à história de ocupação da região, nas franjas dos processos econômicos dominantes, chamados de ciclos.

A Região Amazônica é alvo de crescente preocupação por conta da biodiversidade que abriga, sendo que boa parte da Região é habitada por essas populações que estabelecem uma relação diferenciada com a natureza, isto é, populações que utilizam técnicas que vêm sendo consideradas de baixo impacto ambiental, conforme Cunha e Almeida (2001). Tais populações possuem outras concepções sobre os recursos naturais e formas de relações com a natureza, uma outra lógica, conforme explicitada por Castro:

Essas concepções da natureza, das águas e da floresta são difíceis de serem entendidas a partir dos valores das lógicas de reprodução que presidem a sociedade capitalista, fundados em princípios que negam a territorialidade e a etnicidade desses grupos e, sobretudo suas modalidades de organizar o trabalho. São maneiras diversas de perceber, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais (CASTRO, 1999, p. 39).

Num sentido mais geral, e de certa forma político, essa população é agregada no conceito de *Populações ou Culturas Tradicionais* que:

[...]se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil[...]próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também, percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos[...]Algumas dessas sociedades se reproduzem explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas da reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas (DIEGUES, 2000, p. 82,84).

No entanto, este conceito é muito amplo, e talvez fosse mais interessante trabalharmos com a noção de *insularidade*, que está relacionada à distância e isolamento geográfico e social (Diegues, 1998). Porém não é a mais adequada, por se tratar de uma população que vive numa ilha próxima de outras e da área continental, com as quais estabelece uma relação cotidiana.

Essa população também vem sendo identificada pelo termo *ribeirinho*, por habitarem as margens dos rios, neste caso ilha e igarapé, desenvolvendo atividades aquáticas, florestais e em alguns casos agrícolas (HIRAOKA, 1993).

Essa é a definição que melhor expressa a situação jamaciense. Portanto, *ribeirinho*, neste trabalho, caracteriza um segmento social que interage com as águas (rio/igarapé) e seus recursos cotidianamente, de forma combinada com os recursos da floresta (várzea), dispondo de um conhecimento e representações específicos relacionados ao ambiente em que vivem. Ou seja, não é apenas o fato de morar na beira do rio que caracteriza essas pessoas enquanto *ribeirinho*. É também um jeito de pensar e agir de um determinado segmento social.

A Amazônia não é homogênea, pode-se considerar que existem várias Amazônias, com centros urbanos de médio e grande porte, e essas populações chamadas “tradicionais” não vivem isoladas no meio rural ou ribeirinho, mas estabelecem interações com outras lógicas temporais e organizacionais. Portanto, não são estáticas, a - históricas, mas trata-se de populações que:

Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos. Mas a complexidade dos fenômenos se acha ainda redobrada pelo fato de que tanto os resíduos do modo de produção pré-capitalista como as disposições que lhes são inerentes se mantêm em circunstâncias adversas. Em consequência, tanto ao nível das estruturas econômicas quanto ao das disposições, das representações e dos valores, observa-se a mesma dualidade, como se essas sociedades não fossem contemporâneas de si próprias (BOURDIEU, 1979, p.16).

3.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A compreensão da categoria *organização social* é de fundamental importância para a explicitação de como essa população estabelece suas relações sociais, interna e externamente, com fins de garantir a reprodução bio-sociocultural. E para isso, recorreremos a Florestan Fernandes (1989, p.20), trazendo a definição de organização social como “o conjunto de atividades, de ações e de relações humanas, de caráter adaptativo ou integrativo, ordenadas em uma configuração social de vida”. Vale enfatizar que, nem sempre, esse conjunto de relações é harmônico, algumas vezes envolve tensões e conflitos. E no caso jamaciense, dificilmente esses conflitos assumem uma forma explícita.

Esse conjunto de ações, atividades e relações abrangem os comportamentos grupais de adaptação ao meio natural circundante. E nesta

relação com o meio natural é marcante a presença do que Evans-Pritchard (1978) chamou de *tempo ecológico*, ou seja, o reflexo dos fenômenos da natureza na realização das atividades e na organização social. Configurando uma certa *ordem social*, como explicita Bourdieu:

A ordem social é, antes de mais nada, um ritmo, um tempo. Conformer-se com a ordem social é primordialmente respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora do tempo [...] Mas agir contra o tempo não é somente infringir o imperativo que interdiz de singularizar-se, é transgredir o imperativo que impõe que a gente se conforme a uma ordem social que se confunde com a ordem do mundo (BOURDIEU, 1979, p.47-48).

Mas não se deve conceber as sociedades ditas tradicionais, ou qualquer organização social, de forma estática, ou aprisionada numa moldura, pois conforme nos sugere Balandier (1969), ao se referir à abordagem da Antropologia Política,

Estas já não podem ser vistas como sociedades unanimistas – de consenso obtido mecanicamente – e como sistemas equilibrados, pouco influenciados pelos efeitos da entropia. O estudo dos aspectos políticos leva a apreender cada uma dessas sociedades em sua própria vida, em seus atos e problemas, além das aparências que exhibe e das teorias que induz. As organizações sociais revelam-se aproximativas, a competição sempre atuante, a contestação (direta ou insidiosa) jamais abolida. Por que opera sobre *uma realidade essencialmente dinâmica*, a Antropologia Política requer que se tome em consideração a dinâmica interna das sociedades chamadas tradicionais; impõe que se complete a análise lógica das posições pela análise lógica das oposições – e o que é mais, torna manifesta uma relação necessária entre os dois tentames. Nesse sentido, é notável que termos como “estratégia” e “manipulação” sejam utilizados com freqüência cada vez maior. (BALANDIER, 1969, p. 174)

Nesse sentido, é necessário também avançarmos em relação à concepção de Evans-Pritchard (1978), a respeito do conceito de *tempo estrutural*, relacionado aos reflexos das relações mútuas dentro da *estrutura social*:

O futuro estrutural de um homem está, igualmente, já fixado e ordenado em diversos períodos, de modo que as mudanças totais de *status* por que passará um menino em sua ordenada passagem pelo sistema social – se viver bastante tempo – podem ser previstas. O tempo estrutural parece ser inteiramente progressivo para um indivíduo que passa através do sistema social, mas, como veremos, sob certo sentido, isso é uma ilusão (EVANS-PRITCHARD, 1978, p.108).

Toda organização está submetida à ação do tempo, mas não a um tempo de *ordem*, ou de mudanças que redundem no restabelecimento cíclico no interior de

uma determinada *estrutura*. Na tentativa de avançar nessa direção, pode-se recorrer à orientação de Morin [1977] (2003), que sugere um *diálogo* entre a *ordem* e a *desordem*. Para este autor, o problema da relação entre essas duas categorias é radical e paradigmático, isto é, a definição da relação entre ordem e desordem controla todas as teorias, todos os discursos, toda práxis e toda política.

Assim, enquanto o *evolucionismo biológico* e o *progressismo social* definiam a orientação:

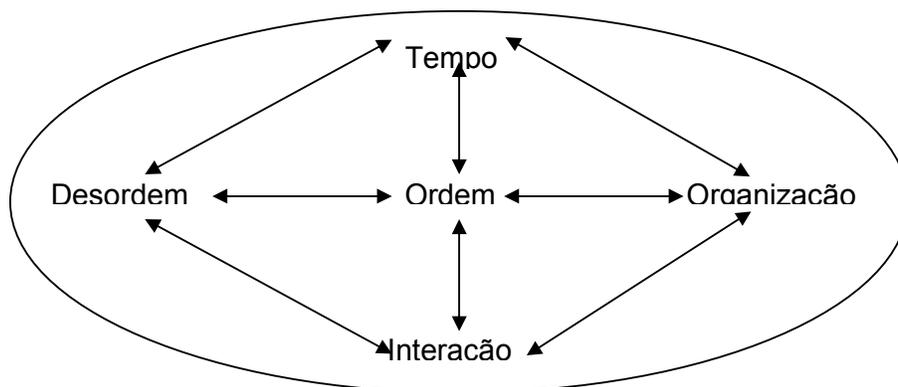
desordem → *ordem (organização)*

a complexidade possibilita ver por outro ângulo:

ordem (organização) → *desordem*

Ao contrário do que se imaginava, a desordem está em ação por toda parte, ela co-organiza e desorganiza, de forma alternada e simultaneamente. Desse modo, a ordem-princípio de invariância supra-temporal e supra-espacial não existe, pois a ordem só existe de forma relativa e relacional.

Nessa perspectiva, a organização, a ordem, e a desordem se co-produzem simultânea e reciprocamente por meio das relações ou interações sociais, num determinado espaço e tempo. Esta noção pode ser representada através do seguinte esquema:



Esquema 1 – Relações de interações entre vários aspectos na construção da organização social

Mas, precisamos considerar um outro aspecto dessas inter-relações, como menciona Morin:

Como vimos, a ordem e a organização são improváveis [...] Mas esta noção de improbabilidade deve ser consideravelmente flexibilizada e relativizada [...] a organização constitui suas próprias imposições, a sua própria estabilidade, que pode ser bastante forte ou bem leve [...] Em outras palavras, a organização e a ordem resultam num *princípio de seleção* que diminui as ocorrências possíveis de desordem, aumentando no espaço e no tempo suas possibilidades de sobrevivência e/ou de desenvolvimento e permite edificar, sob forma de improbabilidade geral difusa e abstrata, uma *probabilidade concentrada local temporária e concreta* (MORIN, 2003, p.107).

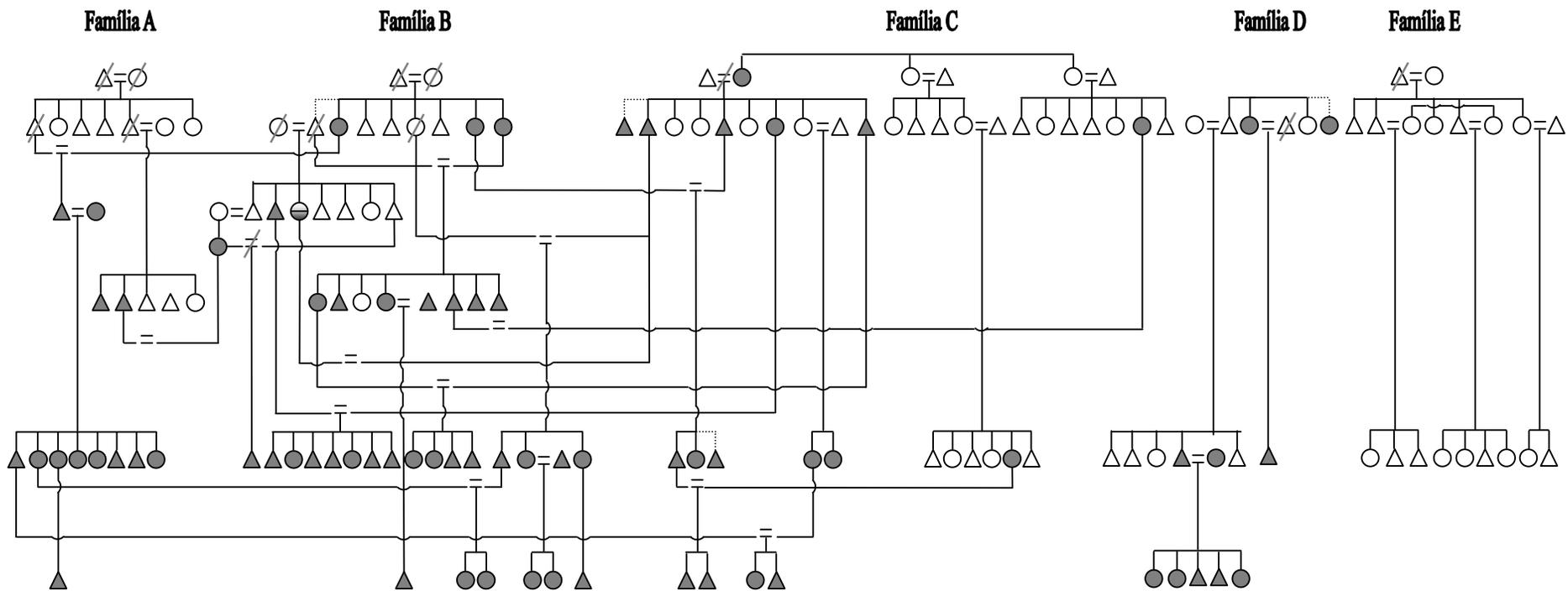
O final dessa citação sintetiza a intenção de mostrar que, por um lado não se trata de uma ordem rígida e imutável, por outro lado, não se trata de uma desordem total que impossibilite a reprodução social.

3.1.1 ALIANÇAS MATRIMONIAIS

A partir de então tentarei explicitar as relações entre as famílias, as trocas matrimoniais como *estratégias* na disputa pelos recursos naturais, pelas políticas públicas, enfim, pela reprodução social, tomando como base a representação gráfica das famílias (mapa genealógico) Esquema 2 e o croqui do local (mapa espacial) Desenho 1. É bem verdade que essas representações não exprimem a complexidade real, mas servem para demonstrar algumas relações entre os moradores, os quais encontram-se destacados no esquema e entre estes e os que possuem terrenos, mas não moram no local.

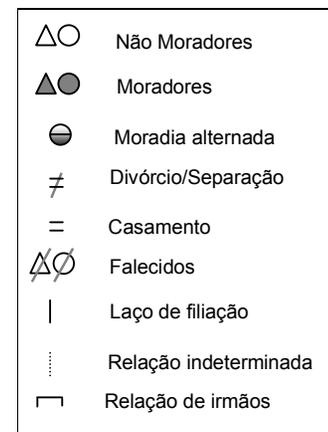
O croqui serve para ilustrar os terrenos e seus ocupantes, como também os *furos* (pequenos igarapés) e as margens do igarapé maior, espaços de fundamental importância para a reprodução das unidades domésticas. O primeiro espaço (terreno) é onde se encontram as árvores de açaí, das quais são retirados os frutos para consumo e comercialização. O segundo espaço (água nos furos e margens), onde são colocados os matapis para pescar camarão, que também é consumido e comercializado. A pescaria de peixe possui um espaço mais amplo e maleável, por isso não será incluída neste contexto.

Observando o croqui da área, no Desenho 1, é possível perceber uma divisão espacial dos parentes, entre as cinco famílias e principalmente entre as famílias que não estabeleceram *trocas matrimoniais* locais, notadamente as



Fonte: João Lopes, pesquisa de campo, 2005.

Esquema 2 – Mapa Genealógico dos moradores do Jamaci.



famílias E e D. A questão do parentesco passa, também, pela proximidade espacial, elemento que favorece a comunicação e a ajuda mútua, cotidianamente e em casos de emergências. Os parentes procuram residir o mais próximo possível uns dos outros, o que facilita a realização de refeições conjuntas em momentos que dispõem de pouco alimento e a circulação rápida de informações sobre o momento de viagens para apanhar água potável ou usar serviços médicos na ilha de Cotijuba, etc.

Analisando a representação gráfica das famílias no Esquema 1, não se observa nenhuma regra geral que oriente as trocas matrimoniais, como casamento preferencial entre primos cruzados ou a proibição entre primos paralelos (LÉVI-STRAUSS, 1982). Embora não haja uma regra clara, no sentido dos sistemas de interdições, de prescrições ou de preferências, é possível observar a existência de um processo destinado a repartir as famílias em grupos aliados ou rivais (LÉVI-STRAUSS, 1983).

O maior número de trocas ocorre entre as famílias B e C ⁶. Inicialmente observa-se uma troca entre as famílias A e B, que tem como resultado apenas um filho. A partir daí iniciam-se as trocas entre as famílias B e C. A segunda mulher da família B, já falecida, casou-se com o primeiro filho do primeiro casal da família C. A terceira mulher da família B casa-se com o segundo filho da família C.

Surge, então, um caso interessante no seio da família B: o integrante identificado pela relação indeterminada era sobrinho do patriarca José Ferreira Baia. Depois que seu pai faleceu, este sobrinho foi integrar a família do tio passando a ser tratado como filho adotivo e veio com o referido tio para o Jamaci. Alguns dizem que foi até “babá” dos primos/irmãos menores. Casou-se e teve sete filhos, depois de algum tempo - não se sabe ao certo se ficou viúvo ou se ele se separou - casou-se novamente, dessa vez com sua prima/irmã mais nova, com a qual teve sete filhos.

O segundo filho do primeiro casamento casou-se com a quarta mulher do primeiro casal da família C. E a primeira filha do segundo casamento casa-se com

⁶ A forma criada para representar as trocas matrimoniais, foi usando traços pela parte inferior dos integrantes, exceto quando um elemento do casal não faz parte de nenhuma das cinco famílias. Neste caso, os pares estão bem próximos, separados apenas pelo sinal de igualdade.

o último filho do primeiro casal da família C, ou seja, com o irmão da esposa de seu meio irmão.

O segundo filho, do segundo casamento, casa-se com uma filha do terceiro casal da família C, residentes na ilha de Arapiranga (ver Imagem 2) e, até o momento, é o único casal que não tem filho(a)s.

Há também um casamento entre *primos cruzados matrilaterais* de segundo grau, ou seja, o neto do primeiro casal casa-se com a neta do segundo casal da família C, sendo que as duas avós são irmãs. Observe que o símbolo do casamento (sinal de igualdade) encontra-se mais próximo do marido, o que significa residência patrilocal - situação em que o casal vai residir na ou próximo da residência dos pais do marido. Inicialmente moraram com os pais do marido, depois construíram sua própria casa ao lado, ver casa 15 no Desenho 1.

Um outro caso interessante é o casamento entre primos paralelos de segundo grau (gerações diferentes). Veja a aliança ABC2, o marido é primo paralelo de primeiro grau do pai de sua mulher, ou seja, a mãe do marido/homem é irmã da avó da esposa/mulher.

A **família D** não estabeleceu troca matrimonial com nenhuma das famílias do local, pois quando chegaram ao Jamaci já eram casados. Possuem apenas um filho, o qual passa a maior parte do tempo em Belém, onde estuda. Além disso, foram os últimos a se instalarem na comunidade. Mas depois que a mulher ficou viúva chamou um sobrinho, que morava na ilha do Jutuba, para lhe “ajudar”, isto é, para realizar as atividades mais “pesadas” ou destinadas ao sexo masculino. Pois a mesma divide a residência com uma amiga, identificada no mapa genealógico como relação indeterminada.

Depois de algum tempo da chegada ao local, a atual viúva conseguiu, por meio de suas relações políticas e dotes culinários, segundo os próprios moradores, o cargo de merendeira (uma espécie de agente de serviços gerais e responsável pelo armazenamento e preparação da merenda escolar) do Anexo da Escola Bosque. Este anexo funcionava nas dependências de sua residência e o cargo de professora era ocupado pela noiva ou esposa de um sobrinho, depois por uma sobrinha, filha da irmã que morava na mesma ilha. Tudo isso motivou vários conflitos no interior da comunidade.

Os conflitos eram motivados pela posição de prestígio como liderança ou referência na relação com o exterior, na negociação de políticas públicas, além da questão econômica. Pois o cargo de merendeira proporcionava um rendimento mensal seguro, dificilmente alcançado pelas outras unidades domésticas. Depois de muita pressão dos outros moradores, notadamente das famílias B e C, a escola passou a funcionar em um “barracão” construído para a realização da festividade de Nossa Senhora da Conceição, resultado de uma promessa de um casal das duas famílias. O cargo de merendeira passou a ser desempenhado por uma mulher da família B e o de professora por uma pessoa externa à comunidade.

A **família E** também não estabeleceu troca matrimonial com as demais famílias do local, preferindo trocar com outra família da ilha de Cotijuba, onde residem atualmente. Essa atitude acarretou uma série de conseqüências relacionadas à *competição social*, como é explicitado por Godelier, (1974):

Efetivamente, podemos supor que em qualquer sociedade, primitiva ou não, existe um determinado campo, aberto à competição social, e que esse campo é estruturado pela dominância de certas relações sociais sobre outras - relações de parentesco, relações político-religiosas, etc.-, cuja origem e fundamento é igualmente preciso explicar. É nesse campo, que abre aos indivíduos uma *certa possibilidade de agir*, que se tornam compreensíveis os seus esforços para maximizar determinadas vantagens sociais (GODELIER, 1974, p. 237).

Em entrevista, a viúva da família D reclamou da dificuldade que enfrenta para conseguir uma consulta, a qual devia ser marcada pela Agente Comunitária de Saúde (ACS) que por sua vez é descendente das famílias B e C. E, quando conseguia, a dificuldade era encontrar alguém que vendesse uma passagem até a ilha de Cotijuba, onde se encontra a Unidade de Saúde. Outra reclamação foi a de que se encontrava sem matapi, *por que haviam levado tudo quando o marido estava doente*.

Da **família E** não mora no Jamaci mais nenhum integrante, pois a maioria mudou-se para a ilha de Cotijuba. O último casal saiu no início de 2005. É bem ilustrativa a fala de um dos membros dessa família que reside em Icoaraci: “*Lá no sítio é só uma panelinha*”. Trata-se do reconhecimento de uma intensa integração entre os parentes e uma certa exclusão dos não parentes.

No geral, as reclamações vão desde o roubo de camarão até a não inclusão em projetos sociais de políticas públicas. Um outro integrante enfatiza que no Jamaci “*tem um problema muito sério, tem pouca gente, mas têm um costume de mexer. O açai do inverno não pegamos nada [...]*”. Então perguntei quem fazia isso, ao que ele respondeu: “*São os vizinhos mesmos. Mas a gente fica sem prova pra denunciar*” (Neldmar Martins, 42 anos).

A esposa do segundo casal, dessa mesma família, disse: “*já fiquei sem tomar café, porque levaram o camarão do viveiro [...]*”. Quem levou? “*Eles mesmos de lá, é porco, criação, levam tudo*” (Rosa Dias, 35 anos). Quando perguntei por que se mudaram para Cotijuba, o marido respondeu: “*O que é cruel lá, é o meio de vida[...]lá todo mundo ganhou bolsa escola, a gente com quatro filhos na escola não ganhou*”. Então perguntei por qual motivo e ele respondeu: “*Não sei o motivo [...]*” (Dnalvo Martins, 38 anos).

Para se ter uma idéia da importância de receber a Bolsa Escola⁷, mencionarei dois exemplos, de duas unidades domésticas resultantes de laços matrimoniais entre as famílias B e C: uma poupou (guardou) o dinheiro e construiu uma casa nova (pagou mão-de-obra e material); a outra poupou (guardou) o dinheiro e comprou um *bote*, barco motorizado.

Por outro lado, este casal é muito criticado pelos moradores do Jamaci, porque derrubou todo o açazal para tirar palmito. Mas durante a entrevista explicou que fez isso porque a produtividade estava muito baixa, e pretendia plantar novos pés de açai.

A liderança da comunidade é integrante da família C, por causa de suas relações políticas com um grupo do PT (Partido dos Trabalhadores), é quem presta serviço à Escola Bosque como barqueiro (transporta alunos, professora e merendeira). A renda desta atividade, juntamente com a da filha, proporciona-lhe um poder aquisitivo que, aos poucos, vai permitindo uma pequena diferenciação social dos demais grupos domésticos.

⁷ O Programa Bolsa escola era uma política pública municipal, implantada na administração do prefeito Edmilson Rodrigues (PT/Partido dos Trabalhadores) em 1996, destinada a auxiliar famílias de baixa renda (selecionadas a partir de uma avaliação socioeconômica) com o valor de um salário mínimo, durante dois anos. Em contrapartida a família se comprometia em garantir a frequência e assiduidade das crianças na escola.

As Políticas Públicas, como os projetos de financiamento para a pesca e o manejo do açaí, até o momento, foram articulados e canalizados para as famílias B e C. Isso ocorre por meio da não socialização de informações detalhadas que, por sua vez, desencoraja os membros das demais famílias, pelo medo de ficarem endividados e não conseguirem pagar, tendo em vista que não possuem uma renda fixa. Trata-se, também, de uma certa aversão ao crédito, ao cálculo racional, como veremos com mais detalhes no quarto capítulo.

Ao chegar na comunidade do Jamaci tem-se a impressão de que todos são parentes, isto é, que se trata de uma grande família, mas um olhar mais criterioso permite perceber que as coisas não são bem assim. Há famílias que não possuem nenhum vínculo de parentesco, segundo os próprios moradores, as quais identifiquei pelas letras E e D. Mesmo entre os parentes há diferenciações que se expressam, por exemplo, no depoimento de um rapaz de 25 anos, ainda solteiro: *“eles são meus parentes por causa do meu sobrinho que se casou, mas parente mesmo é ele e os filhos dele”*. É possível observar que há uma distinção entre parentes consangüíneos e afins. Isso também se manifesta na doação de alimentos em momentos de escassez, uma senhora relatou que no inverno (período de entressafra do açaí) quando tira açaí distribui entre seus filhos e uma irmã. Um pescador ao chegar da pescaria mandou peixe para sua mãe e vendeu para um sobrinho, ou melhor, trocou com óleo.

Finalmente, de maneira complementar à formulação de Bourdieu (1981), segundo a qual os casamentos ocorrem de acordo com os interesses e necessidades do grupo, eu diria que ocorrem também, de acordo com a rede de relações que estabelecem. Isto é, o casamento local é uma consequência do restrito círculo social que se estabelece na comunidade, onde as opções de homens e mulheres disponíveis limitam-se aos cinco grupos familiares aqui abordados.

3.1.2 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Como dizem os moradores, a ilha é *“terra de marinha”*, isto é, terras públicas/patrimônio da união, sob a qual não há propriedade, e sim concessão ou licença de uso.

Embora não houvesse autoridade e documentação legal sobre a posse da terra, como não há até hoje, existiam regras para a ocupação. Segundo um morador e descendente da família A, quando o avô era vivo tinha lei: *“não podia derrubar, tinha que morar, não podia só explorar. Várias vezes deu bronca (confusão) por causa disso. Depois bagunçou, os velhos que entendiam da lei morreram”* (Alexandre, 44 anos).

Ao chegarem ao local, as pessoas eram informadas de que ali era terra de marinha, por isso não podia ser vendida, mas podiam morar e utilizar os recursos naturais disponíveis. Ao sair, poderiam vender as benfeitorias, como a casa, por exemplo, mas jamais o terreno.

Devido a conflitos fundiários e dificuldades, por partes desses moradores insulares e de Várzea, em concorrer a projetos de financiamento por não possuírem documentação de propriedade, foi realizado um Seminário⁸ pelo DPU (Departamento de Patrimônio da União) em parceria com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e com entidades representativas dessa população, com o objetivo de discutir e solucionar esse entrave. Mas foram priorizadas as áreas em conflito e, segundo informações dos moradores locais, isso não se constitui em um problema para a maioria.

Em relação à ocupação da terra, a área (comunidade) pode ser dividida em duas categorias: moradores e não moradores. Os moradores são os residentes do local. Os não moradores geralmente são ex-moradores que se mudaram para Icoaraci, Ilha de Cotijuba e Ilha de Arapiranga ou que compraram a benfeitoria, mas não residiram ou residiram por um breve período, mas exploram o açaí durante a safra. Sendo que as casas (benfeitoria) são mantidas.

Mas comprar a casa daria direito a usufruir o terreno e os recursos existentes nele, é por isso que atualmente há casas nos terrenos sem moradores, o que significa uma garantia da posse, por manter a benfeitoria, procedimento este que é muito criticado pelos moradores. Pois a perda do direito sobre o terreno significaria uma ampliação da área/terreno para os moradores. Veja como se expressa um morador em relação ao assunto:

⁸ Seminário Nossa Várzea, realizado na cidade de Belém, em agosto de 2005, para discutir a regularização da posse das terras de várzea na Amazônia.

Herança assim, porque foi o papai que morou aqui, saiu e a gente ficou, mas não tem herança nenhuma. É aquela coisa, precisou, ocupou é dono; saiu! (perdeu o direito), só que o pessoal daqui são tão parado, que muitos sai e deixam; voltam e mandam derrubá aí nada eles fazem [...] Saiu, tinha que dismanchá a casa e levá. A casa dá uma certa garantia, mas na verdade, não tinha nada haver, porque ele já saiu, já foi. No caso é deixá a casa dele, implantá uma no lado e cultivá o mato. Porque se ele saiu daqui é porque ele achou que não precisa daqui. Então, quem precisasse que fizesse a casa no lado da dele, só não se apossasse da dele né? E se apossasse do mato (Ronaldo, 45 anos).

Nesse depoimento é possível observar uma certa resistência em transformar a terra em mercadoria, em instrumento de especulação imobiliária, como vem ocorrendo, por exemplo, na ilha de Cotijuba, segundo Lana Silva (2003).

Os espaços mais importantes são os *matos* (terrenos, lotes) onde estão localizados os açaiçais dos quais retiram o fruto, que no período do verão (julho - dezembro) é a principal fonte de renda e alimentação. Além do açaí uma ou outra “caça” que pode ser encontrada como: mucura, tatu, jacaré, preguiça. Em 2005, um desses ex-moradores resolveu contratar um morador local, que não possui terreno, para tomar conta da “propriedade” no sistema de “meia”, em relação à produção de açaí.

São doze os *matos* ou lotes com ocupantes moradores, sendo que em dois desses há mais de uma casa, de filho ou filha que se casaram, mas o terreno permanece sem divisão.

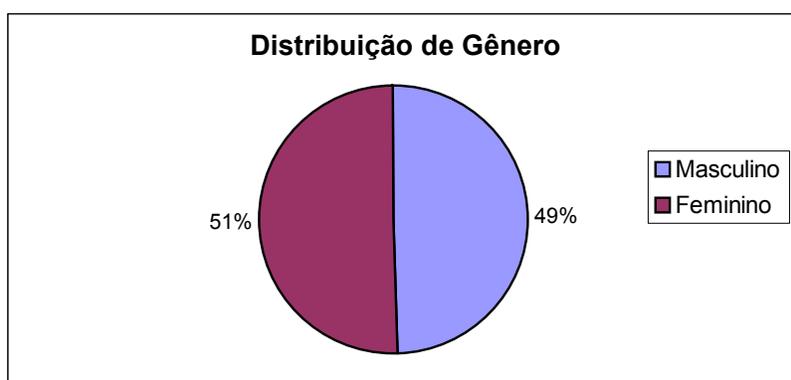
Os lotes são adquiridos de duas formas: 1) herança e 2) aquisição por meio da compra da benfeitoria. Tanto os lotes “herdados” como os “comprados” apresentam uma grande variação no tamanho. Essa variação tem relação direta com a área ocupada inicialmente ou “comprada” e o tamanho da família, ou seja, o número de herdeiros que permaneceram no local. Embora os moradores conheçam bem suas divisas/fronteiras, que geralmente são físicas, (os pequenos igarapés/furos ou caminhos) o tamanho não é representado em termos de medida padrão.

O tempo de ocupação varia de acordo com a família, no sentido da classificação inicial A, B, C, D e E. A família A tem aproximadamente um século no Jamaci. O patriarca foi o responsável pela organização da ocupação humana da ilha de Paquetá e a autoridade local no sentido de solucionar conflitos entre moradores por questão de terra; a família B tem aproximadamente 50 anos na

área; a família C tem uns 35 anos mais ou menos; a família E tem uns 25 anos e a família D tem 20 anos.

3.1.3 DEMOGRAFIA E DIVISÃO DE TAREFAS

Atualmente a população jamaciense é de setenta e cinco moradores, formada por um grupo de dezessete unidades domésticas⁹, distribuídas ao longo das margens do igarapé. Essa população pode ser dividida de acordo com o sexo, da seguinte forma: trinta e sete do sexo masculino e trinta e oito do sexo feminino, de acordo com a Gráfico 1:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Gráfico 1 – Distribuição por gênero dos moradores do Jamaci.

Estes dados demonstram certo equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Esse pode ser um elemento que proporcione a permanência de um padrão de organização fortemente baseada na *divisão sexual das atividades (trabalho)*. Mas isso não significa que a tarefa atribuída a um dos gêneros não possa ser realizada pelo outro. Há mulheres, por exemplo, que pescam de matapi quando o marido está doente ou ausente; assim como há homens que “*enchem água*” quando a mulher não pode, como pude observar no caso de seu Cosme - que “*enchia água*” por que sua companheira, a Sra. Rosilene Baía, havia extraído um dente.

⁹ Por unidade doméstica considero as pessoas que vivem numa determinada residência, tomando por base as trocas matrimoniais entre os cinco grupos familiares e outros que vão se ramificando dos mesmos. A não utilização da noção “grupo doméstico”, se justifica pelo fato de que na situação analisada, boa parte destas, não se constituem em unidades de produção e consumo.

Os adultos do sexo masculino têm suas atenções cotidianas voltadas para as atividades produtivas e de comercialização que garantem a reprodução material da família, como: tirar açai, pescar peixe e camarão, limpar o açaizal, buscar água potável na Ilha de Cotijuba, cuidar da confecção e manutenção de matapis e de outros utensílios de pesca, inclusive das canoas e botes motorizados. As mulheres adultas são responsáveis pelas atividades domésticas, como: lavar a roupa, lavar a louça, limpar a casa, “*encher água*” da maré utilizada para as tarefas de casa, cuidar da criação de pequenos animais e das crianças menores, preparar o alimento e outras, como se vê nas Fotografias 1 e 2.



Foto: João Lopes, 2005.

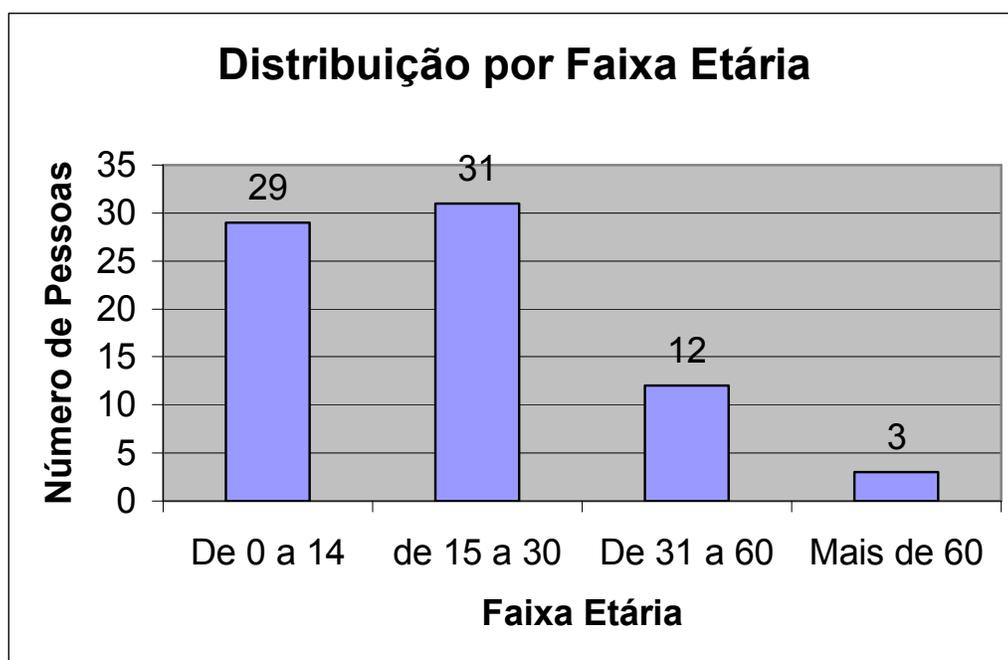
Fotografia 1 - Sr^a. Luzia Baía batendo açai, em máquina elétrica, para o consumo doméstico.



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 2 - Sr^a. Paula preparando peixe para o consumo doméstico.

Em relação à distribuição por faixa-etária, pode-se considerar a predominância de uma população jovem. Os dados referentes a essa variável indicam que a média gira em torno de 15 e 16 anos, como é possível observar no Gráfico 2. Chama a atenção a baixa incidência de pessoas com idade entre 30 e 60 anos, assim como, daquelas com mais de 60, em que aparece apenas três mulheres, sendo que uma delas passa mais tempo em Icoaraci, na casa de um cunhado, onde recebe acompanhamento médico por causa de hipertensão.



FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

Gráfico 2 – Faixa etária dos moradores do Jamaci.

Para as crianças menores de dez anos, dependendo da composição da unidade doméstica, a prioridade é freqüentar a escola, depois ficam brincando no terreiro, de canoa no igarapé, soltando pipa, tomando banho na maré, etc.

Os maiores de dez anos já possuem um outro ritmo, no lugar da brincadeira ajudam os pais a *tirar* o açaí, pescar de matapi, no caso dos meninos. As meninas ajudam nas tarefas mais domésticas como lavar roupa, "*encher água*", desbulhar e/ou "*bater açaí*", preparar a comida, entre outros afazeres designados como típicos da esfera feminina, como se vê nas Fotografias 3 e 4.



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 3 - Aldair J. da Costa, 14 anos, coletando açai.



Foto: João Lopes, 2004.

Fotografia 4 - A adolescente Maroca, 13 anos, desbulhando açai para o consumo doméstico.

As pessoas mais idosas, dependendo da composição da unidade familiar, são poupadas de algumas atividades e, geralmente, estão aposentadas. Por exemplo, uma senhora de 84 anos que sabe tecer rasa ¹⁰ é desestimulada em

¹⁰ Tipo de cesto ou paneiro de cipó ou tala de palmeira trançada, geralmente com capacidade para vinte e quarenta litros, usado para medir e/ou transportar alimentos, como açai em grão, camarão e frutas pequenas típicas da região.

realizar a atividade, pois seus filhos alegam que a mesma não tem necessidade de submeter-se a essa tarefa. Porém, no dia em que fui visitá-la, receando incomodá-la em função do horário, por volta das 13:30min, por pensar se tratar de um momento de descanso, ao chamar por ela, a mesma aparece do meio de seu terreno com um facão, pois se encontrava limpando seu açaizal, justificando que não gosta de pagar porque as pessoas não fazem como ela gosta que o serviço seja realizado. Na casa, além dela, mora uma neta, de 22 anos, que estuda na ilha de Outeiro (Caratateua), elas não pescam, não têm matapi e nem apanham açai. Por isso, segundo essa referida senhora, só comem peixe, camarão e tomam açai quando ganham de seus filhos ou parentes.

É importante observar que, mesmo no interior de uma comunidade ribeirinha, na qual poderia supor certa homogeneidade quanto à questão temporal, há diferenciações em relação às faixas etárias, sexo e tipo de atividade desenvolvida, principalmente no que diz respeito ao tempo cotidiano.

3.1.4 PADRÃO DE OCUPAÇÃO E HABITAÇÃO

Como diz a música/poesia de Paulo André e Rui Barata¹¹, “a rua é o rio/Igarapé”. E os equivalentes à bicicleta e carro, são os cascos/canoas a remo e os botes/canoas a motor; pequenos percursos, como travessia do Igarapé, também são realizados a nado, o que corresponde a andar a pé [pedestre].

Isso não significa dizer que os jamacienses não andam em terra, muito pelo contrário, eles andam no interior da ilha de uma extremidade a outra, para acertar negócios, jogar futebol, participar de festas dançantes, etc. Durante a pesquisa de campo acompanhei um grupo de homens que foram jogar futebol num campo chamado cacau (o nome de um Igarapé e da localidade) na *costa* leste da ilha em frente a Icoaraci. Em outra ocasião, o responsável pelo transporte dos jovens que participavam de uma atividade do programa Meu Primeiro Emprego¹² em Belém deixou o bote na *costa* que faz frente para Ilha Nova, conforme Imagem 2, porque à tardinha na hora da viagem para apanhar os jovens, a maré estaria seca/baixa,

¹¹ Rui Barata e Paulo André são poetas e compositores amazônicos, autores da letra dessa música chamada “Esse rio é minha rua”.

¹² Trata-se de uma política pública federal, que tem como principal objetivo preparar jovens para ingressar no mercado de trabalho.

o percurso pelo caminho evitaria a perda de óleo diesel e de tempo, por causa da volta que teríamos que dar, devido aos baixos/secos.

Não há uma área pública, um espaço físico, pois a própria escola funcionava em um Barracão de propriedade de uma das famílias construído para a realização da Festa de Nossa Senhora da Conceição. O prédio da Igreja Evangélica Assembléia de Deus é construído no terreno/lote de uma das fiéis. O campo de futebol fica na fronteira de dois lotes, metade para um e metade para outro. Mas isso não significa um controle e uso privado, pelo que pude perceber as pessoas têm livre acesso a tais espaços.

Comparando com a situação analisada por Leitão (1997), na Ilha do Capim, onde há um Conselho Comunitário dividido em Coordenações que discutem e organizam a realização de atividades na comunidade, no Jamaci não há para além da família, instituições dessa natureza. Assim, pode-se considerar que este agrupamento é regido por uma ordem familiar em termos de organização social.

A casa de cada unidade doméstica reside em seu próprio lote ou *mato*, para zelar por ele, criar porcos, patos e galinhas, reparar o açaiçal. Além disso, o tamanho do igarapé não é tão grande, o que diminui a distância entre as casas.

As casas são feitas de madeira e cobertas com telhas de cerâmica, outras com telha de amianto (*Brasillit*) e apenas uma com palha. Uma característica comum é que todas são construídas com os pisos ou assoalhos bem altos para que as marés lançantes do *inverno* não inundem as mesmas. Boa parte das casas não possui divisões internas, isto é, são de único cômodo. Outro aspecto interessante é que a maioria das casas não tem portas e janelas para abrir e fechar, apenas os vãos (espaços abertos). Há até mesmo uma sem parede, só com o piso e telhado. Mas, geralmente dispõem de uma *varanda* (parte coberta e com piso sem parede) para que a água da chuva não entre em casa, como é possível observar na Fotografia 5, a seguir:



Foto: João Lopes, 2004.

Fotografia 5 - Estilo de casa bastante comum no Jamaci.

Há uma reclamação muito comum em relação aos esteios, que “sacam” (são corroídos devido o contato com a lama e água, até se desprender uma parte da outra) bem próximo do chão, provocando a diminuição da vida útil das casas. Por isso, alguns já falam em revestir os esteios com cimento próximo da superfície, outros em construir uma base de concreto.

Apenas quatro casas possuem pontes e escadas de madeira serrada, nas demais são utilizados troncos de árvores mais grossas ou de açazeiro para cumprir essa função. Algumas nem têm pontos interligando o igarapé e a casa. Há poucos móveis nas casas, como guarda-roupa e mesa; cadeiras e a cama são mais móveis raros porque a maioria usa a rede para dormir e senta no chão.

3.1.5 SANEAMENTO E SAÚDE

Em relação ao saneamento básico no Jamaci, a situação é bastante problemática. Os sanitários são construídos atrás das casas e interligados a estas por pontes de tronco de açazeiro. Geralmente, cava-se um buraco em cima do qual se ergue uma pequena casinha de madeira, palha ou lona, raramente é coberta. A precariedade desse modelo de instalações se manifesta, sobretudo no *inverno*, período chuvoso, pois com a ocorrência das marés lançantes/altas, a água invade a terra e, conseqüentemente os buracos onde as fezes ficam depositadas, ocorrendo a contaminação da água e causando riscos à saúde dos moradores. Mas, vale ressaltar que, se isso causa estranheza para um visitante

acostumado com instalações sanitárias modernas (fossa séptica, vaso com caixa de descarga...), para os moradores, não constitui um problema, pelo menos de primeira ordem.

No Jamaci, a água para lavar roupa e louça, preparar alimento e, às vezes, para tomar banho é retirada do igarapé e armazenada em recipientes como panelas, latas, baldes, bacias. Depois de encher a água, os moradores esperam “sentar a lama” e só depois a utilizam [a água]. Geralmente retiram no momento da preamar, quando o nível da água está mais alto e facilita o acesso. A água *pra beber* e para bater o açaí, em alguns casos, é buscada no trapiche da ilha de Cotijuba, como é mostrado na Fotografia 6. Onde há um poço artesiano, com sistema de distribuição para atender as pessoas que lá trabalham, vendendo lanches e refeições. Mas alguns moradores utilizam a água do igarapé *pra beber* e bater açaí, até mesmo no período do *verão*, tempo em que a água fica salobra.



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 6 - Sr. Ronaldo da Costa “enchendo água” na Ilha de Cotijuba.

O cuidado com saúde, ou tratamento de doenças no Jamaci, tem sido orientado por uma agente do Programa Família Saudável¹³ da Prefeitura

¹³ Esse programa faz parte da política pública da área de saúde, implantada na administração do prefeito Edmilson Rodrigues do PT (Partido dos Trabalhadores), em 1998 e, consiste na preparação de pessoas, geralmente da própria comunidade, para atuarem como agentes na prevenção de doenças.

Municipal de Belém. Essa agente tem como função visitar as famílias de toda a ilha de Paquetá, prestando orientações no sentido da prevenção de doenças e acompanhamento de gestantes, crianças, hipertensos e diabéticos. Em alguns casos, marca consultas e exames na Unidade Básica de Saúde de Cotijuba, a qual atende também os moradores das ilhas adjacentes.

Em relação a este aspecto, há reclamações quanto à dificuldade enfrentada para conseguir uma consulta, a qual devia ser marcada pela Agente Comunitária de Saúde (ACS), pois quando se conseguia marcar, esbarrava-se no problema de transporte para chegar até a Unidade de Saúde, na ilha de Cotijuba.

Os moradores também recorrem a uma pessoa da comunidade, D. Nazaré, que conhece remédios caseiros e, além disso, desempenha a função de *parteira*, e que é muito requisitada para *puxar barriga*¹⁴ de grávidas. Já realizou vários partos de moradoras do local.

3.1.6 LAZER E EDUCAÇÃO

As oportunidades de lazer são maiores para os homens (jovens e adultos) que jogam bola no local, na ilha de Cotijuba, no Cacau (na mesma ilha), no banco de areia entre a ilha de Paquetá e Icoaraci. É muito comum jogarem bilhar (bilharito), instalado na casa que tem um pequeno comércio, onde também se compra bebida alcoólica. As crianças também jogam bola no local, tomam banho no igarapé, andam de canoa, brincam em jangadas de Jupati, (mesma palmeira da qual se extraem talas para fazer matapi), soltam pipa... Alguns jogam vídeo *game* em Cotijuba antes ou no intervalo da aula. Para as mulheres o lazer restringe-se à televisão e às conversas com as vizinhas e/ou parentes. Diferentemente da situação analisada por Malinowski (1983), ao estudar a vida sexual de uma tribo das ilhas Trombriandesas, onde as mulheres se encontravam/reuniam quando iam buscar água na única fonte, as do Jamaci não dispõem deste artifício, mas sentem falta. Certa vez ouvi comentarem que gostavam quando participavam de uma turma de Alfabetização de jovens e adultos, porque a "*mulherada se reunia e era muito animado*".

A educação formal vem se constituindo em um problema para os moradores do Jamaci, desde o *tempo dos antigos*. Há uma lamentação coletiva sobre a falta

¹⁴ Verificar a posição em que o feto se encontra e dar palpites sobre o sexo.

de oportunidades de estudo, por parte dos mais velhos. Alguns ainda estudaram no Educandário Nogueira de Farias, localizado na ilha de Cotijuba, para onde iam remando, não tinha merenda escolar, nem material ou uniforme. É muito comum entre os moradores se ouvir falar “*hoje tá muito fácil pra estudar, só não estuda quem não qué*”, em referência às dificuldades do passado. No entanto, há um ressentimento muito grande, por parte dos moradores, em relação ao poder público que não construiu uma escola no local.

Em 1998 os próprios moradores realizaram mutirão e construíram um barracão pra funcionar o anexo da Escola Bosque, com as séries iniciais (até a 4ª série). Em 2000, durante uma campanha chamada “Brasil 500 anos”¹⁵, criou-se bastante expectativa sobre a construção de uma escola no local. Os moradores ficaram esperando e o *barracão* se deteriorando, até não ter mais condições de ser utilizado e a escola passou a funcionar na casa da própria merendeira. Com isso, começaram aparecer problemas entre os alunos e o esposo da merendeira, por causa do uso dos espaços da casa/escola. Então reuniram e decidiram reformar um outro *barracão*, que havia sido construído em 1992 para a realização das festividades de Nossa Senhora da Conceição, como se vê na Fotografia 7, a seguir:



Foto: João Lopes, 2004.

Fotografia 7 - Barracão onde funcionava o anexo da Escola Bosque.

¹⁵ Brasil 500 anos foi uma campanha realizada pela Rede Globo em 1999 e 2000, durante a comemoração dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil.

Em 2005, a coordenação dos anexos das ilhas e a direção tentaram extinguir o anexo local, com a justificativa de que havia poucos alunos matriculados (apenas 18), mas, houve resistência por parte dos moradores e o anexo continuou funcionando até junho do mesmo ano, com a promessa de construção em julho, o que não ocorreu. Em agosto a professora, a merendeira e os alunos foram remanejados para o anexo da Faveira, na ilha de Cotijuba. E até o início de 2006 a construção da escola ainda não havia sido iniciada.

Os alunos estudavam até o CBII (ciclo básico, o que corresponde à 4ª série do ensino fundamental) no local e depois iam para o anexo da Faveira na ilha de Cotijuba cursar o restante do Ensino Fundamental, até o CBIV (ou 8ª série). E os poucos que chegam ao Ensino médio cursam em Cotijuba à noite e/ou Outeiro (Ilha de Caratateua).

3.1.7 ENERGIA E MEIO DE LOCOMOÇÃO

No Jamaci não há energia elétrica, apenas uma das residências dispõe de motor gerador, mas em quase todas há televisão, rádio/gravador, que funcionam com bateria de automóvel/carro. Essas baterias são recarregadas em Icoaraci, geralmente uma vez por semana. E o valor da recarga é de R\$ 4,00. As baterias não podem ficar muito tempo sem carga para não se danificarem.

Dentre os bens de maior valor, destaca-se a embarcação motorizada que pode ser o bote ou a canoa, como se pode ver nas Figuras 8 e 9, por sua importância enquanto meio de produção direto e por ser o meio de locomoção essencial ao se tratar de distâncias maiores a serem percorridas, como por exemplo, a viagem até Icoaraci - onde ocorre a comercialização dos produtos e a compra de outros que não são produzidos na comunidade. Ou então a viagem à Cotijuba para tratamento de doença, para buscar água potável...



Foto: João Lopes, 2006.

Fotografia 8 - Características da proa do bote.



Foto: João Lopes, 2006.

Fotografia 9 - Características da proa da canoa.

Nem todos os grupos domésticos possuem bote ou canoa, o que significa uma certa dependência dos que possuem. Mesmo estes últimos algumas vezes ficam impossibilitados de usar, devido aos problemas de manutenção como o “prego” no motor e/ou problemas na parte de madeira devido a acidentes ou à ação de

туру ¹⁶. Nos dois casos necessita-se de dinheiro, o que dificulta bastante, pois não é comum esses moradores terem em reserva, principalmente no inverno, período que não há açai (principal fonte de renda) para comercializar. E na primeira situação, ainda dependem da disponibilidade de mecânico, que não reside no local. Já na segunda situação, geralmente os grupos domésticos dispõem de alguém capaz de resolver ou pelo menos amenizar o problema.

Tanto os moradores que possuem como os que não possuem embarcação motorizada precisam vender seus produtos (açai, camarão e peixe), procurar serviços médicos, fazer compras em Icoaraci; por isso é bastante comum as pessoas procurarem saber no dia anterior qual o barco que vai para Icoaraci e pedir “*uma passagem*”. Até o início de 2006 a passagem custava R\$2,00, ida e volta.

É comum um proprietário de canoa ou bote emprestá-lo para um irmão ou sobrinho, até mesmo para um genro, se este fizer parte do grupo doméstico. É comum, também, o tio levar açai/camarão, vender e fazer as compras do rancho sem cobrar dinheiro. Algumas vezes se este parente vai a Icoaraci, não é necessário pagar a passagem. O que não ocorre na relação com os não parentes.

O bote ou canoa também é muito útil para apanhar água potável na ilha de Cotijuba, principalmente no período do verão (julho a dezembro) que a água do igarapé/maré fica salobra. Neste caso, alguns realizam esta atividade de canoa ou casco¹⁷, “*no remo*” (como dizem os moradores) ou consomem a água do igarapé.

Praticamente todo dia, sai uma embarcação do Jamaci com destino a Icoaraci, principalmente no *verão* durante o auge da safra do açai, período no qual coletam o fruto diariamente. Antes do auge da safra do açai e no *inverno*, período que pescam camarão, há uma divisão para as viagens: uma parte dos moradores vai num dia e a outra parte vai no dia seguinte, uma espécie de rodízio, tempo necessário para armazenar camarões e para o açai “*apretar*”

¹⁶ Vermiforme provido de dentes que cava galerias em madeira submersa, com a qual se alimenta, causando prejuízos às embarcações de madeira.

¹⁷ A principal diferença entre o casco e a canoa é que esta possui a proa e popa inclinadas e mais trabalhadas, o bote tem suas extremidades bem verticais e mais simples.

(amadurecer). E por causa das *leis do mercado*, ou seja, se todos levarem seus produtos no mesmo dia, há baixa no preço devido à quantidade ofertada.

3.1.8 AS FESTAS DE SANTOS

No Jamaci há apenas a lembrança das festas de santos que eram realizadas até há pouco tempo, em homenagem ao Menino Deus, São Miguel e Nossa Senhora da Conceição. Sobre as duas primeiras festas não foi possível coletar mais informações, porque as famílias que organizavam esses eventos deixaram o local há algum tempo. Sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição, que é mais recente e cujos organizadores encontram-se morando no Jamaci, foi possível colher relatos.

Por volta de 1990 (de acordo com os cálculos sobre a idade do filho) o filho do Sr. Ronaldo e D. Luzia contraiu cólera e ao se agravar a situação o garoto (na época com 10 anos) foi levado para Icoaraci. Mesmo sob cuidados médicos a situação só piorava. Então a mãe, que o acompanhava, ouviu barulho de queima de fogos e resolveu sair da enfermaria. Os fogos homenageiam no dia oito de dezembro à Nossa Senhora da Conceição. Nesse momento, segundo a mãe D. Luzia, ela se ajoelhou e fez uma promessa a santa. Pediu para interceder pela cura do filho e o pagamento da promessa seria a realização da festa. Assim sendo, o filho ficou curado e a festa passou a ser organizada.

“Então ganhamos a santa (imagem), daí construímos o barracão e fazia a festa”(Ronaldo, 45 anos). Segundo os organizadores, a festa era realizada em dia diferente do festejado na ilha de Urubuoca (Belém). A festa consistia na celebração de uma missa pelo padre responsável pelas ilhas, em seguida o almoço que era oferecido a todos (como parte da promessa), torneio de futebol e à tardinha a procissão de barcos com saída da Ilha Nova até um barracão no Jamaci, onde se rezava a ladainha. Depois da ladainha ocorria a parte profana, a festa dançante com venda de bebida alcoólica.

Em 2000 a parte profana foi eliminada, por causa de “briga” entre os participantes. A missa também deixou de ser celebrada, por mudanças do padre responsável. Restando apenas a ladainha que, em 2003, deixou de ser realizada por falta de rezador. Essa festa era bem parecida com as realizadas na comunidade de Itá, estudada por Galvão (1955).

Atualmente há no local uma Igreja da Assembléia de Deus, que está sendo reconstruída por uma aposentada e adepta da mesma. São apenas quatro moradoras que participam, mas quando realizam os cultos, geralmente outros moradores freqüentam, principalmente os mais jovens, pela oportunidade de encontrar alguém para namorar/paquerar. Uma vez por mês o pastor da Ilha de Cotijuba vai para celebrar o culto, momento em que outros moradores da ilha de Paquetá participam.

3.1.9 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

As estruturas políticas pensadas e organizadas a partir da lógica da democracia representativa dificultam a participação popular. Esse quadro se agrava, quando se trata de um segmento social com pouca expressão política, por uma série de fatores como: pelo fato de que a representatividade se assenta em bases quantitativas e os pescadores artesanais (em condições parecidas a dos jamacienses) são poucos em relação à população em geral ou outras categorias; por muito tempo, esse segmento social foi, e ainda é, considerado como “segunda classe”, sem direitos, que devem se conformar com o que sobra, com as políticas assistencialistas em vésperas de eleições; padecendo da falta de formação e informação sobre seus direitos, do peso do pré-conceito que os concebem como atrasadas, da não dinamicidade de suas organizações e outros.

Sem uma visão mais ampla da realidade, dificilmente se engajarão na luta por mudanças estruturais. Mas se mobilizam com facilidade, quando se trata de alguma reivindicação local, como, por exemplo, a construção do anexo da Escola Bosque.

As organizações das quais, potencialmente, fazem parte ou são associados, são incipientes e pouco dinâmicas para envolvê-los de forma mais participativa, como é o caso do MMIB (Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém) e a ASPIB (Associação dos Pescadores das Ilhas de Belém).

3.1.10 O IMATERIAL

A análise da situação jamaciense seria mais limitada se deixássemos de tratar, mesmo que superficialmente, de seus aspectos simbólicos ou o *ideal* como concebe Godelier (1981). Segundo este autor, toda sociedade contém dois aspectos intimamente interligados: uma parte *material*, que são os utensílios e o

próprio homem/mulher; e uma parte *ideal*, que são as representações sobre a natureza, regras de fabricação e de uso dos utensílios, etc. Assim, as representações da “realidade” são construções e/ou interpretações que prescrevem as relações dos humanos entre si e com a natureza, no sentido de legitimar ou de invalidar tais relações. Essa parte *ideal* também será encontrada de forma mais relacionada com a parte *material*, no próximo capítulo, mas aqui já introduzi o tema.

Possivelmente por causa da interação mais intensa com o mundo “moderno” e com o *tempo mecânico*, o universo simbólico relacionado às representações da natureza tende a se redefinir ou a se *atualizar*. Pois atualmente já não são tão comuns práticas como as *histórias de visagens* como no *tempo dos antigos* (como se referem os moradores ao tempo de seus pais e avós), embora algumas ainda permaneçam na memória e outras em plena atividade, como veremos a seguir:

A Sra. Luzia Baía, de 60 anos, conta que numa das noites que seu pai, o Sr. José Ferreira Baía, já falecido, saiu para pescar na *cabeceira* (nascente) do igarapé Jamaci, ouviu uma barulheira tão grande no meio do mato, que parecia ser um monte de cavalos correndo e revirando o mato. Então resolveu ir para sua casa o mais rápido possível. No outro dia de manhã retornou ao local para verificar o que havia ocorrido e, para sua surpresa, não havia nenhum mato quebrado.

A mesma senhora conta também que seu primo, Manoel Ferreira Baía, já falecido, saiu para pescar à noite na outra cabeceira do mesmo igarapé que, como se pode ver no Desenho 1, próximo a última casa sofre uma bifurcação, quando de repente começou a ouvir barulho de gente falando e de batidas de remo, como se fosse um enterro (antes os mortos eram transportados em embarcações movidas a remo). Resolveu voltar imediatamente e quanto mais ele remava, mais o barulho se aproximava, como se estivesse seguindo-o. E quando ia chegando próximo da primeira casa, no momento que ia gritar por socorro o barulho desapareceu, cessou.

Outro caso, este mais recente, contado pelo jovem Marcio Baía da Costa, de 26 anos, dá conta de que certa noite o Sr. Joventino, de 54 anos (tio de Márcio) saiu para pescar e viu um “*cara pelado*” (um homem nu) na raiz de um mangueiro, no chamado poço do defunto, também localizado em uma das cabeceiras do

igarapé Jamaci. Segundo a interpretação local, trata-se de um antigo morador, cujos parentes não residem mais no local, que há algum tempo saiu para pescar à noite em um poço (como chamam localmente para as partes mais fundas do igarapé). Este morador tinha o hábito de tirar a roupa (possivelmente para não molhar), não se sabe ao certo o que aconteceu, o fato é que ele não retornou para sua casa; como geralmente ocorre nessas situações, os parentes foram procurá-lo no outro dia e encontraram a roupa dele pendurada num galho de árvore e o corpo já sem vida no fundo do poço. Nesse poço nasceu uma árvore de mangue bem no meio, por isso chamam de “*poço do defunto*”.

Essas histórias têm em comum os locais, as cabeceiras do igarapé, que segundo os moradores é onde ocorre a reprodução de peixe e de camarão. Assim, pode-se interpretar que essas visagens constituíram e constituem uma espécie de *interdição*. E que não há, para os moradores, uma concepção dualista na relação cultura/natureza.

Bem mais recente, a Sra. Nazaré Baía, de 54 anos, conta que seu neto de quatro anos foi assombrado pela *lara*, por que só vivia na beira do igarapé. Segundo a crença local, a lara mora em um poço que fica bem próximo da casa em que mora o garotinho. A criança estava magra e *amarela* (pálida, anêmica), aí resolveram levá-la para uma senhora que mora na ilha de Urubuoca benzer, a qual diagnosticou que o menino havia sido “*malinado*” (sofrido um mal) pela lara e passou uns banhos com ervas para desfazer a ação da entidade.

Um outro caso me foi contado por Aldinei da Costa, de 11 anos. Trata-se de um conhecido, residente na ilha de Arapiranga (Município de Barcarena, conforme Imagem 2, - onde residiram e ainda reside parte de seus parentes paternos), que era acostumado caçar mucura toda noite. Certa vez ele saiu, viu uma mucura e deu-lhe um tiro, ela não morreu e logo em seguida apareceram mais cinco e ficaram “*achando graça*” (rindo) pra ele. Então ficou desesperado e saiu correndo para sua casa, quando lá chegou estava com muita *dor de cabeça*. E a partir desse acontecimento não quis mais saber de caçar mucura.

Segundo o Sr. Alexandre, de 43 anos, que nasceu e continua vivendo no local, atualmente só tem uma *matim* (Matinta-perêra) que fica assobiando de noite, mas não faz mal nenhum. E ainda brincou ou ironizou: “*Se ela aparecer por aqui, a gente agarra ela*”.

A intenção aqui não é estabelecer ou cultivar uma concepção dicotômica entre natureza e cultura, mas sim de tentar compreendê-las como partes de um mesmo processo, seguindo a orientação de Philippe Descola (2000), ao refletir sobre a relação entre ecologia e cosmologia:

Ultrapassar o dualismo, rumo a uma antropologia plenamente monista, implica deixar de tratar a sociedade e a cultura, assim como as faculdades humanas e a natureza física, como substâncias autônomas e instâncias causais, precaução que permitiria assim abrir o caminho para uma verdadeira compreensão ecológica da constituição das entidades individuais e coletivas (DESCOLA, 2000, p. 163).

Ao invés de falarmos em *desencantamento*, podemos falar em redefinição ou como sugere o referido autor, em *processo de atualização*.

3.1.11 TÉCNICAS

O presente estudo ficaria incompleto sem a análise do aspecto tecnológico. Por ser, segundo Clastres [1974] (1990), uma das variáveis a que se recorre para se explicar a incapacidade - desse segmento social - de sair da estagnação de viver o dia-a-dia, devido a seu sub-equipamento técnico, sua inferioridade tecnológica.

Segundo Herskovits (1963), o termo *tecnologia* está relacionado aos meios que os seres humanos utilizam para extrair do ambiente natural sua dieta alimentar, material para abrigos e para construir suas ferramentas, ou seja, os bens necessários à reprodução biológica e social. A esses bens e utensílios se convencionou chamar de *cultura material*.

É nessa mesma perspectiva que Clastres [1974] (1990) define técnica, procurando desconstruir a idéia de superioridade da técnica da sociedade industrial:

Se entendemos por técnica o conjunto dos processos de que se munem os homens, não para assegurarem o domínio absoluto da natureza (isso só vale para o nosso mundo e seu insano projeto cartesiano cujas conseqüências ecológicas mal começamos a medir), mas para garantir um domínio do meio natural *adaptado e relativo às suas necessidades*, então não mais podemos falar em inferioridade técnica [...]. (CLASTRES [1974] 1990, p. 133).

O estudo da tecnologia é fundamental para se compreender uma cultura, mas não deve ser abordada de forma isolada do conjunto das práticas culturais.

Caso contrário, pode levar a falsos juízos, como o que postula que aquela cultura é atrasada ou adiantada, tradicional ou moderna. Pois não se trata de emitir juízos, mas de compreender a lógica, o significado das ações/práticas.

Os processos de globalização e de industrialização provocam uma série de mudanças em relação a todos os aspectos da cultura material (alimento, abrigo, vestimenta, ferramentas) e simbólica. No Jamaci são poucos os instrumentos fabricados pelos próprios moradores. Em relação à caça, realizam a *captura à mão*, de animais como: preguiça, jacaré, tatu e mucura.

Alguns batem açai manualmente com garrafas, outros em máquinas artesanais e apenas uma unidade residencial tem máquina movida à energia elétrica. O contato com a sociedade envolvente possibilita a troca constante e a diversificação quanto à dieta alimentar, embora a base seja açai, peixe, camarão e farinha, sendo que o último elemento não é produzido por eles e nem na ilha.

A descrição das técnicas será realizada no próximo capítulo, associadas a cada uma das atividades produtivas. Entretanto, já podemos adiantar que no caso jamaciense ocorrem várias situações em relação aos instrumentos e técnicas consideradas “modernas”: em alguns casos rejeitam, noutros adaptam às suas necessidades e ritmos ou, ainda, são influenciados pelas ideologias dos padrões urbanos de consumo.

3.2 MEIO ECOLÓGICO: VÁRZEAS E MARÉS

A topografia da área de várzea não é regular ou homogênea. Segundo Hiraoka e Rodrigues (1997), há variações no relevo em relação ao nível do mar, assim como composições diferentes, as quais chamam de *biotopos*, especificados em: *várzea alta*, *várzea baixa*, *baixa da beira* e *baixa do centro*. Estes biotopos são recortados e drenados por uma densa rede de pequenos igarapés e furos.

A ilha de Paquetá é constituída de várzea: terras baixas sujeitas a enchentes durante a época das chuvas, o chamado *inverno amazônico*, que para os jamacienses corresponde ao período que vai, mais ou menos, de janeiro a junho. Durante o *verão*, período que vai, aproximadamente, de julho a dezembro, quando diminuem as chuvas, quando de quinze em quinze dias, ocorrem também inundações parciais durante as *marés lançantes*.

As *marés lançantes* vão aumentando de volume a cada dia, geralmente no terceiro ou quarto dia atinge seu ápice, chamado pelos moradores como “*cabeça*”, marco a partir do qual a maré começa a “*quebrar*”, ou seja, diminuir em volume. Mas além dessa oscilação, há uma outra referência muito importante que é o tempo ou movimento diário da maré, o qual pode ser dividido em quatro fases: *baixamar*, que significa o momento de transição entre a vazante e a enchente; *enchente*, propriamente dita, que dura aproximadamente quatro horas; *preamar*, considerada a transição entre a enchente e a vazante; e a *vazante*, momento em que a maré vai baixando durante um período de aproximadamente seis horas. Há ainda os que consideram a “*meia maré vazante*” (momento em que a maré encontra-se na metade da vazante) e “*meia maré enchente*” (momento em que a maré encontra-se na metade da enchente).

As condições ecológicas da várzea estuarina/insular¹⁸ não são propícias para a agricultura. No caso do Jamaci, os moradores reclamam de que o cultivo de espécies vegetais é dificultado por uma camada de barro amarelo, em que a planta não consegue se desenvolver, como dizem os moradores: “*não vai pra frente*”, quando a raiz chega nessa camada do solo. Desse modo, poucas árvores frutíferas, como: mangueira, cupuaçuzeiro, jambeiro, amexeira e outras conseguem se adaptar a essas condições. Segundo Hiraoka e Rodrigues (1997), o desenvolvimento dos vegetais está sujeito a tensões devido ao baixo nível de oxigênio no solo, lençol freático alto, restrita deposição de limo e argilas estéreis perto da superfície. Por isso a diversidade de plantas nessa área é restrita em relação àquela que ocorre em terra firme, mas apesar disso a várzea comporta algumas espécies que produzem frutas e sementes comestíveis, conforme se vê no Quadro 1.

Devido à interferência humana (exploração) anterior, na extração seletiva de lenha e madeira para construções, na caça, na pesca estes recursos ficaram relativamente limitados, como se vê nos Quadros 1 e 2. A cobertura vegetal da ilha como um todo é bem adensada, como se vê na Imagem 1. Possivelmente

¹⁸ Segundo Furtado (1993), o Pará possui vários ambientes de pesca identificadas como *litoral* (água salgada), rios e lagos ou *águas interiores* (água doce), *estuário* (água salobra). Com a diversidade de aspectos ecológicos varia também, a ocorrência de espécies ictiológicas e as técnicas de captura.

essa situação está relacionada ao fato de que essa área é imprópria para a agricultura.

RECURSOS NATURAIS	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
TALAS	Jupati	<i>Phavea vinifera P.A Beauv.</i>
	Guarumã	<i>Ischnosiphon ovatus</i>
	Marajá	<i>Amylocarpus floccosus</i>
ÓLEOS	Andiroba	<i>Carapa guyanensis Aubl.</i>
	Ocuúba	<i>Virola surinamensis</i>
	Pracaxi	<i>Pentecletra filamentosa Benth</i>
MADEIRAS	Anani	<i>Symphonia globulifera</i>
	Mututi	<i>Swartzia pronacensis Amsh.</i>
	Faveira	<i>Vicia faba L.</i>
	Siriúba	<i>Avicennia of ficinalis L.</i>
	Mangue	<i>Rhizophora mangle</i>
FRUTOS/SEMENTES	Buriti	<i>Mauritia vinifera Mart.</i>
	Urucuri	<i>Attalea excelsa M.</i>
	Açai	<i>Euterpe oleracea</i>
	Murumuru	<i>Eichhornia crassipes</i>
	Seringa	<i>Hevea brasiliensis</i>
	Taperebá	<i>Spondias lutea L.</i>
	Inga	<i>Spondias mombim</i>
	Aninga	<i>Philodendron speciosum Schott.</i>
	Genipapo	<i>Genipa americana.</i>
	Amexeira	<i>Eugenia cumini</i>
	Cupuaçuzeiro	<i>Theobroma grandiflorum</i>
	Bananeira	<i>Musa spp.</i>
	Mangueira	<i>Mangifera indica</i>
CIPÓS	Cipó Titica	<i>Heteropsis jenmani Oliver.</i>
	Graxama	<i>Arrabidal SP</i>

Quadro 1 – Algumas espécies e recursos da flora jamaciense

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
AVES	
Papagaio	<i>Blue-fronted Parrot</i>
Sabiá	<i>Mimuns saturninus</i>
Periquito	<i>Touit purpurata</i>
Pato do Mato	<i>Muscovy Duck</i>
Garça	<i>Casmerodius albus</i>
MAMÍFEROS	
Tatu	<i>Euphractus sexcencus</i>
Mucura	<i>Didelphis marsupialis l.</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>
Preguiça	<i>Bradypus sp</i>
Guaxinim	<i>Procyon cancrivorous</i>
ANIMAIS AQUÁTICOS	
Camarão Canela	<i>Macrobrachiun amazonicum</i>
Arraia	<i>Dasyatis say</i>
Tucunaré	<i>Cichla ocellares</i>
Jacundá	<i>Crenicichla lenticulata</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
Jandiá	<i>Rhamdia sebae</i>
Acará	<i>Geophagos brasiliensis</i>
Aracú	<i>Schizodon vittatus</i>
Bacú	<i>Lithodoras dorsalis Val.</i>
Bagre	<i>Rhamdia hilarii</i>
Dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Piraíba	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Piaba	<i>Leporinus elongatus</i>
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>
Banderado	<i>Rhamdia sp</i>
Pescada	<i>Plagioscion squamosissimus</i>

Quadro 2 – Algumas espécies da fauna jamaciense.

A visão de uma paisagem quase homogênea formada pelas árvores de açaí é o que predomina na área. Mas aproximando-se ou entrando no *mato*, depara-se com uma diversidade de espécies como: miriti, seringueira jupati, e outras, como se observa no Quadro 1. A maior parte do fruto do açaí é destinada a comercialização e ao consumo doméstico, mas boa parte é consumida por pássaros como o papagaio, o sabiá, o periquito, principalmente no início e no final da safra.

Em linhas gerais, os jamacienses estabelecem uma divisão temporal do ano ou do ciclo em dois períodos: inverno e verão. Essa definição do tempo para os jamacienses encontra-se relacionada com a realização das atividades, principalmente com a pesca de peixe e camarão e com a coleta de açaí. Às vezes acontece, por exemplo, de a safra do açaí se estender até o mês de fevereiro, nesse caso o *verão* também se prolonga. A mudança ou passagem de um período a outro é marcada pela preparação dos instrumentos ou utensílios usados na realização das atividades de cada estação. É assim que no final do *inverno* e início do *verão* estão ocupados na limpeza do açailal, na confecção de rasas para a coleta do açaí ou tecendo viveiros para armazenar bacu (peixe que ocorre no manguezal). No final do verão e início do inverno, encontram-se confeccionando matapis e viveiros para a pesca de camarão, montando espinhel e reformando as embarcações como se vê na Fotografia 10, com a renda da comercialização do açaí, para a *pesca de fora*.



Fotografia 10 - Bote do Sr. Joventino Ferreira em reforma.

Neste caso, optei por não representar essa situação por meio de esquema, para não correr o risco de simplificá-la, tendo em vista sua enorme complexidade, passo a tratá-la a partir do próximo capítulo.

4 TEMPO ECOLÓGICO E PRÁTICAS PRODUTIVAS ANTIGAS E ATUAIS

Na ilha de Paquetá e, mais especificamente, no igarapé Jamaci, como na maioria das áreas de várzea na Amazônia, estudadas por outros pesquisadores como: Conceição (2002), Hiraoka (1993), Leitão (1997), Moreira (2001) e Simonian (2004), há informações de que houve o trabalho com o corte da seringa. No Jamaci, além dessa atividade realizava-se também o corte de madeira para as serrarias, tirava-se lenha para panificadoras/padarias em Belém e olarias de Arapiranga (Barcarena), assim como fazia-se a extração de sementes oleaginosas, principalmente a de andiroba, de ocuúba; a de pracaxi era mais para o consumo doméstico.

A Sra. Nazaré Baía, de 54 anos, que nasceu e viveu todo esse tempo no local informa:

Já apanhei muito açaí, já trabalhei com madeira no cipó, nessa época não tinha cabo (corda) nem ilhós (peça de ferro tipo uma argola que fixa na madeira para prender o cabo na construção da jangada), já trabalhei o dia inteiro juntando fruta de andiroba e ocuuba. Já viajei a remo pra Icoaraci, a gente saía duas horas da madrugada (Moradora, 54 anos).

Uma outra senhora que mora no local há mais de 30 anos complementa as informações anteriores dizendo que: *Aqui antes a gente cortava seringa, tirava madeira, apanhava açaí, pescava de matapi, tudo esse serviço a gente fazia* (Dona Ester, 84 anos).

O depoimento seguinte de um morador que nasceu e se criou no local, além de ser descendente da família mais antiga, descreve com mais detalhes a realização de tais atividades:

[...] Juntavo, a vovó juntava aqui, o pessoal do Baía, aí juntavo, tia Luzia, tia Nazaré, eles tudinho juntavo muita andiroba pra vendê. Vendia em caixa, era medido na caixa de sabão de pau (madeira). [...] Tinha um marreteiro que comprava, passava por aqui e levava. [...] Aqui mesmo era o corte da seringa, quando eu mi entendi, assim muleque, era o corte da seringa. Todo mundo cortava, todo, a ilha toda, aí depois fechô né, a compra. Di primero, abriu uma compra de lenha, eles tiravo pra olaria né, vendio pra Belém. Eles tiravo aqui, o papai tirô muita lenha com um tio que morava ali na boca (foz do igarapé Jamaci), que era companhêro dele. Eles tiravo, aí metravo (mediam em metro) tudinho na bêrada (margem) e a canoa vinha buscá” (Alexandre, 43 anos).

Estas citações ilustram, de maneira simplificada, as atividades que eram desenvolvidas anteriormente, depois “*fecharo a compra*” desses produtos. O

problema é precisar cronologicamente esse tempo. Apenas o morador informante da última citação se arriscou em fazer os cálculos, baseando-se na sua própria idade e na do filho. Pelos cálculos desse morador, a coleta de sementes e o corte de lenha, foram interrompidos há mais tempo. Porque ele diz: “*eu tinha uns dez anos e agora tenho 43, então faz uns trinta e poucos anos*”.

Já as atividades com a seringa são mais recentes, informação que advém da referência à idade do filho para chegar à conclusão de que a compra fechou há uns 23 anos, visto isso ter acontecido um pouco antes de se casar/da mulher engravidar do primeiro filho e agora ele (o filho) tem 21 anos.

A divisão sexual do trabalho indica, a partir das citações, que a coleta das sementes era realizada pelas mulheres. Isso fica mais explícito quando o informante da última citação diz: “*a vovó juntava aqui, o pessual do Baía aí juntavo, tia Luzia, tia Nazaré...*”, Quer dizer não era o avô e nem o Sr. Baía que juntavam. Na outra parte ele diz: “*o papai tirô muita lenha com um tio...*” Possivelmente, porque a coleta era uma atividade que exigia menos esforço físico e era realizada de canoa a remo, no igarapé e no mato durante o *inverno*. Embora a informante da primeira citação se pronuncie na primeira pessoa do singular, afirmando que participou ativamente das atividades de antigamente, inclusive da extração de madeira.

Em 2005, um morador ainda tirou 16 árvores de anani e trocou por madeira serrada para fazer uma casa. Nessa ocasião informou que no Jamaci ainda tem muita madeira: mututi, anani, faveira, pracaxi, andiroba, ocuúba e outras. Mas estão finas, porque as grossas tiraram pra vender. Naquela época derrubavam no machado, agora já tiram com motosserra, “*num instantinho, rapidinho*”, segundo o Sr. Alexandre.

Os jamacienses organizam suas práticas produtivas a partir de uma combinação entre a *tiragem* (coleta) do açaí, a pesca de camarão, a pesca de peixe e a criação de pequenos animais, como atividades principais - uma economia mista. Segundo Castro (2000), esse procedimento é recorrente entre esses segmentos sociais para se garantir a reprodução do grupo:

Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os

recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo (CASTRO, 2000, p. 169).

Embora todas sejam importantes, a principal fonte de renda e alimento é o açaí, no período da safra, ou seja, no *verão*, atividade que passo agora a tratar.

4.1 PRODUÇÃO DE AÇAÍ

Se o açaí é o produto mais importante, pelo menos no verão, há a necessidade de um mato (terreno, lote) para o desenvolvimento da atividade. Em todas as unidades domésticas pessoas coletam açaí, inclusive os não residentes, que permanecem com os matos principalmente por causa do produto. E durante a safra colocam alguém pra “*tomar conta*”, ou seja, residir no local; apenas um morador, que casou com uma mulher no local, *trabalha* (apanha açaí) no seu terreno na ilha de Arapiranga, para comercializar no verão e algumas vezes para o auto-consumo no inverno; no verão, o açaí tirado do terreno referente à parte da esposa é comercializado pela mesma.

Por isso, o mato se constitui num dos elementos essenciais para a reprodução dos grupos domésticos. Mas nem sempre um mato grande, para os padrões locais, significa maior produtividade. Isso pode ser explicado pelo fato de a maioria dos açazais não ser resultado apenas de plantações ou de um manejo mais intensivo: as árvores nasceram pela ação dos pássaros como o sabiá, o periquito, o papagaio... que exercem a função de verdadeiros semeadores, ingerindo e depois dispersando as sementes em outros locais.

A produção de açaí depende do tamanho do mato, do tratamento (manejo) que esse recebe, da composição, tamanho e densidade de outras espécies, com as quais o açazeiro concorre/compete. Embora seja uma espécie nativa, os moradores sabem que necessita de alguns cuidados, um certo cultivo, por isso chegam a plantar árvores de açaí em áreas onde não havia.

Grossmann (2004) concebe a construção e utilização dos sistemas de manejo como um processo de observação empírica das práticas adotadas pelos produtores ao longo de gerações que habitam a região, considerando as condições naturais e a relação com o mercado.

Em todos os matos jamacienses é realizado algum tipo de manejo. O mais comum consiste na eliminação das árvores velhas/altas, tortas, com baixa produtividade e de difícil acesso. Outro consiste em desbastar as touças de açaí com um número de árvores/estipes superior a quatro ou cinco - já que se trata de uma espécie de palmeira que perfilha ou, como dizem os jamacienses, “*filha muito*”. A limpeza do açazal todos os anos também é considerada de fundamental importância porque inclui a remoção das folhas secas (das árvores de açaí), a eliminação de cipós existentes entre as árvores e do mato mais baixo para facilitar o acesso/trânsito das pessoas na floresta.

Esta modalidade de manejo é realizada durante o inverno, uma vez ao ano, a cada dois anos ou de cinco em cinco anos, porque o palmito extraído se constitui numa importante fonte de renda e para não prejudicar a produção durante a safra no *verão* (aproveita-se o período da entressafra quando, geralmente, as árvores estão sem cachos) e/ou para impulsionar a próxima safra, como informa um morador:

Todos os anos eu procuro tirá as alves alta, os filhotão que tão impatando os outros e a limpeza [...] Aí tiro o palmito pra aprovitá né. Todo ano tiro uma média de 300, 400, 500 palmito. Eu tiro mais no mês de março, abril, no inverno, que é justamente pra dá impulso nelas já pro verão (Ronaldo, 45 anos).

Observe que, para os jamacienses, a extração do palmito não se constitui enquanto uma atividade “em si”, mas é uma conseqüência da necessidade do manejo. Pois há um certo consenso entre os moradores de que é melhor trabalhar com o açaí (fruto) de que com o palmito. O argumento é bastante racional: uma árvore/estipe produz em média cinco a seis cachos por safra, os quais podem ser destinados ao consumo ou à venda, “*se derrubar tira um palmito, vende, e depois?*”

A diferença entre as duas lógicas de extração do açaí, fruto e palmito, foi estudada por Mourão (2004):

Ao se analisar a estrutura e a finalidade do processo extrativista do açazeiro, praticado por esses diferentes grupos sociais, ainda que muitas vezes articulados e com intercessões em vários aspectos, a espécie metamorfoseasse quanto a sua percepção e seus significados e a relação e significado na natureza se modificam. As duas práticas extrativistas do açazeiro podem se tornar contraditórias e mesmo antagônicas, mas considerando as estatísticas de produção e consumo

de vinho de açaí e de produção e exportação de palmito, constata-se que este antagonismo vem sendo atenuado por fatores culturais, legais (legislação e fiscalização) e a intensificação das práticas de manejo da espécie (MOURÃO, 2004:182)

A preferência pela produção e consumo do açaí fruto, no Jamaci, segue a tendência mencionada pela referida autora.

Após essa modalidade de manejo, retirada das árvores mais velhas/altas e novas quando tem muitos pés na touceira, o palmito extraído é comercializado e os troncos são utilizados para construção de casas, de pontes, de chiqueiros, assoalhos anexos à residência, de mará/moirões para amarrar as embarcações... o restante da biomassa e as *copas* são absorvidas pelo solo.

Para os jamacienses, a importância ou valor econômico, social e cultural do açaí (árvore e fruto) está alicerçada em seus sentidos práticos, (cf. Bourdieu, 1980), isto é, em sua utilização como alimento e como produto para a comercialização e construções domésticas.

Mas segundo os moradores, só isso não é suficiente para que se tenha um açazal produtivo, pois esta palmeira necessita de sol, o que não é possível com a proximidade de grandes árvores de outras espécies, as quais fazem sombra ao açazeiro. Por isso é necessária a derrubada das mesmas. Após esse procedimento é possível que a produção se estenda durante o inverno. Nesse período a quantidade de açaí não é suficiente nem mesmo para a subsistência, ou como os próprios moradores afirmam: “*até para arrumar o do bebe é difícil*”.

É muito citado o mato de um morador que realizou a derrubada de alguns “*paus grandes*” para eliminar a sombra de seu açazal, pois seu terreno é apontado pelos outros moradores como exemplo de produtividade, embora seja um dos menores. Mas isso só foi possível por causa de um projeto financiado pelo poder público municipal através da Secom (Secretaria Municipal de Economia).

No Jamaci apenas o morador referido anteriormente recebeu o financiamento. Segundo esse morador, o financiamento funcionava da seguinte forma:

Eles emprestava um dinheiro e tinha que pagá depois, o meu saiu R\$ 2080,00 (dois mil e oitenta reais), pra pagá com um ano depois. Esse dinheiro podia sê pago de acordo com a possibilidade de cada um, alguns parcelaram de dez vezes, eu paguei duma vez só [...] mandei

limpá, mandei derrubá uns pau grande aqui dentro, agora eu to pra renová de novo, mandá limpá, roçá e derrubá outros pau grande, que eu não mandei derrubá tudo, porque ia destruí o açazal completo, que as árvore grande (pau grande) quando cai vai destruindo (Ronaldo, 45 anos).

Um outro morador relata como realiza o manejo em seu açazal:

Pra tirar as arves alta é 5 ou 6 anos, demora. Tira pra clariá (...) se for menó arranca e planta no lugar que num tem (...) quando cresce já vai sombriá né, a palha дума já dá na otra, aí num dá açáí. Muito cheio assim num dá açáí, pode dá no princípio mas com tempo ela vai ficando mais velha, aí já vai diminuindo os cachos, a copa vai ficando pequena, até morrê (...) quando tem muitas só num pé, quando ela dá já tá alta e não dá cacho grande. (Alexandre, 43 anos)

Comparando as duas informações, selecionadas como representando as duas extremidades, é possível ter uma idéia da variação na realização dos tipos de manejo e/ou de intervalo de tempo para a prática do mesmo. Esta variação está relacionada à tradição familiar, à capacidade de incorporar técnicas diferentes, à disponibilidade de tempo ou mão-de-obra devido à composição da unidade doméstica ou ainda de recursos financeiros. E, principalmente, ao que Bourdieu (1979), ao estudar os camponeses argelinos, chamou de *disposições econômicas e temporais*.

Mesmo se tratando de uma comunidade bem próxima da cidade de Belém, vale ressaltar a diferença em relação à situação analisada por Hiraoka (1993), em estudo realizado na região das ilhas no município de Abaetetuba, segundo o qual a técnica mais utilizada para formar um açazal consiste em dispersar as sementes ou transplantar as mudas na fase inicial do roçado. No caso do Jamaci não há nenhum lote, pelo menos por enquanto, que o proprietário tenha limpado para a realização de plantio racional, o que o referido autor chamou de “açazização”. Processo constatado também por Leitão (1997), em estudo realizado na Ilha do Capim no mesmo município. E mais recentemente Grossmann (2004) identifica e classifica quatro tipos de manejos, entre os quais, encontra-se o *manejo intensivo de baixa densidade* que consiste na seleção de sementes, controle do espaçamento e do número de estipes/touças, com a tendência de formar populações homogêneas de açáí.

Possivelmente, no caso do Jamaci esse comportamento esteja relacionado, além dos motivos já referidos, ao uso que os moradores fazem de outras espécies

da floresta, seja de frutas e sementes para a alimentação de porcos; seja de vegetais como o jupati e cipó para a confecção de matapi, guarumã para fazer rasa e paneiro e/ou as folhas para preparar poquecas com farinha de babaçu (*Orbignya martiana*) para iscar os matapis. Além das espécies de madeira com valor comercial e/ou para construções domésticas.

Essa concepção se torna mais evidente com o relato de uma moradora (Nazaré baia, 54 anos) que, ao falar da construção de currais, lembra que na época havia grande incidência da palmeira marajá na área. Essas palmeiras eram utilizadas nas construções de currais e com o fim dessa prática, as mesmas foram eliminadas para darem vez aos açazais.

A ocupação com o açaí é uma função basicamente masculina, principalmente quando o produto é destinado à comercialização. Algumas vezes as mulheres participam, *debulhando*, quando é para o “bébe”, isto é, para o consumo doméstico. Geralmente, são elas as responsáveis pela preparação do açaí para o autoconsumo, especialmente quando a técnica utilizada é a de bater os caroços com garrafa numa panela. No entanto, essa divisão sexual do trabalho não é tão rígida, pois há o reconhecimento de mulheres que desenvolvem a atividade, mas isso não é muito aceito, como fica patente na fala de um morador: “*na casa que mulher apanha açaí, é vergonha pro homem*”. Independente de quem realiza a função, o fato é que a fruta tem sido um componente básico da dieta alimentar dos jamacienses.

4.1.1 CONSUMO DOMÉSTICO

O açaí é apanhado, debulhado e colocado num recipiente impermeável no qual fica de molho. O procedimento é aquecer um pouco de água e misturar com outra porção fria, resultando uma temperatura morna. Não pode ser muito quente porque o açaí cozinha e não amolece mais; após uns 15 minutos, dependendo da temperatura da água, o açaí está *mole* e já pode ser *batido* ou *amassado*. A técnica de *amassar* é realizada no alguidar (peça de argila em forma de bacia confeccionada em olarias regionais) e coado numa peneira, que pode ser tecida artesanalmente com tala de guarumã ou feita de tela sintética/industrial (com a moldura preparada no local); a técnica de *bater* é realizada de várias formas: bater com uma garrafa numa panela e coar da mesma maneira referida

anteriormente; pode também ser batido em máquina artesanal de madeira, cano PVC ou mesmo modelo industrial adaptada para ser movida manualmente; e por fim, apenas uma máquina movida a energia elétrica (motor/gerador).

O líquido, que tem a textura controlada pela pessoa que beneficia, pode ser *fino, grosso ou papa*, dependendo também da quantidade de fruta disponível. No *inverno*, por exemplo, é pouco provável tomar *açaí grosso ou papa*. Após a preparação o *açaí* é consumido com farinha de mandioca. Alguns tomam o *açaí* com outros alimentos como peixe, carne ou camarão salgados; outros comem com alimento cozido, geralmente o caldo no prato e o *açaí* numa tigela, simultaneamente; há ainda os que tomam o *açaí* após ingerir um outro tipo de alimento, como se fosse uma espécie de sobremesa.

O *açaí* batido à tardinha, quando não é todo consumido no jantar, fica para o almoço do dia seguinte, o qual é chamado de *açaí azedo*, por isso não é muito valorizado pelos moradores. Mas no *verão*, o fruto é preparado, quase sempre, duas vezes ao dia - no almoço e no jantar.

4.1.2 COMERCIALIZAÇÃO

Os jamacienses não têm o hábito de controlar a produção de *açaí*, ou melhor, de nenhum produto, nem o destinado ao autoconsumo e nem à comercialização. Porque a lógica de organização de sua produção tem como finalidade a garantia de bens básicos que possibilitem a reprodução bio-sociocultural dos mesmos. Portanto, não há controle rígido entre o que é auto-consumido e o que é comercializado. Assim, os métodos utilizados na pesquisa não foram capazes de quantificar essa produção, o que demandaria uma sistemática de anotações diárias, por unidade doméstica, tendo em vista a variação entre os períodos e a não preocupação, por parte dos moradores/produtores, em calcular/quantificar a produção.

Um dado importante, como demonstra Jardim (2002) ao estudar a cadeia produtiva do *açaizeiro* para fruto e palmito, é que essa produção é estimulada por fatores como: “A combinação da crescente demanda urbana pelo *açaí*, a disponibilidade local do recurso e a curta distância ao maior centro consumidor (Belém)” (JARDIM, 2002, p. 299).

O açaí é apanhado pela manhã porque, segundo os moradores, as árvores estão frias e nesse horário dificilmente chove, o que faz as árvores ficarem lisas, o fruto molhado, dificultando a realização das atividades. São os próprios moradores que “*apanham* ou *tiram*” o açaí. Diferentemente da situação analisada por Leitão (1997) ao estudar os pescadores da Ilha do Capim no município de Abaetetuba, onde eram os marreteiros (os compradores) que realizavam a atividade. Talvez essa prática esteja relacionada ao fato de não se ocuparem com a agricultura, o que os forçaria empreender uma administração mais rígida do tempo. Possivelmente, se tivessem outra atividade mais importante, esta seria desenvolvida pela manhã e o açaí seria apanhado à tarde. Já que a comercialização ocorre somente na manhã do dia seguinte. Mas sendo a atividade principal do verão, não há motivos para não investir o melhor e maior tempo.

De tanto apanhar açaí, os pés de quase todos os moradores do sexo masculino são marcados por um calo na parte superior, como dizem no local: *na costa do pé*, no lugar que colocam a “*peçonha*”. A “*peçonha*” é o instrumento utilizado para apoiar os pés durante a subida e descida no açazeiro para tirar o fruto. Esse instrumento pode ser confeccionado com a folha verde de açazeiros

m... na seca quando cai, que chamam de “*bocó*”; ou com sa... trigo 50 Kg, que é considerado mais macio. Para ar... também da parte inferior dos pés que, segundo os m... ta principalmente durante a descida quando a árvore es... n morador criou/inventou uma espécie de proteção co... ha de câmara de pneu de carro, o que se vê na F...



F... e borracha para os pés, demonstração feita por

Depois de apanhado o açaí é debulhado numa saca plástica aberta ao meio (saco de embalagem de trigo 50 Kg) ou nas próprias rasas, escolhe-se os “*filhos*”, como são chamados os *caroços* pequenos que não amadurecem, o “*parol*”, *caroços* parcialmente pretos ou verdes e o “*bocudo*”, *caroços* que têm a “*boca grande*”, parte que fica colada no cacho como se fosse o cabo.

Na preparação da embalagem há uma estratégia para a apresentação do produto: coloca-se o açaí “*tuíra*” (bem maduro, de cor meio cinzenta) no fundo e na parte superior da rasa, o que comumente chamam de “*fazer a cara*”. Em seguida prepara-se a “*cabeça*”, que consiste em colocar folhas verdes que podem ser de guarumã, de aninga ou mesmo as pontas das próprias folhas de açaizeiro de acordo com a disponibilidade do ambiente. Estas servem para impedir que o açaí seque ou fique desidratado. Finalmente, fecha-se a “*boca da rasa*” com uma saca plástica de embalagem de cebola, que tem os furos maiores, proporcionando a ventilação e garantindo a qualidade do produto, como se vê na Fotografia 11, a seguir:



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 12 - Marcio Baía da Costa, embalando açaí para a comercialização

Antigamente a *cabeça* era feita com folhas e talas de guarumã ou cipó, mas, como em muitas outras circunstâncias, este material orgânico/natural vem sendo substituído por material sintético/industrializado.

Antes de o sol raiar, por volta das 04h30min, o açaí é embarcado nos *botes* e levado para Icoaraci, onde é vendido. O tempo de viagem depende do movimento da maré, se estiver *grande*, tanto de enchente quanto de vazante, vai-se pelo *furo do Jamaci*, atalho que pode ser visualizado na Imagem 1. Caso contrário, é necessário sair pela foz do igarapé Jamaci, ir bem por fora para desviar do “baixo”, isto é, para que o bote não fique preso na lama, dar a meia volta em torno da ilha para poder atravessar em direção ao continente.

Ao chegar ao trapiche de Icoaraci por volta das seis horas, ao nascer do sol, o produto é desembarcado por carregadores e levado até à *feira*, como se vê na Fotografia 12, onde se desfaz a *cabeça* da embalagem para deixar à mostra, a prováveis compradores, o açaí “*tuíra*”. Após a venda, o produto é passado para uma *saca* levada pelo comprador, para que o produtor possa levar a *rasa* de volta, aí o açaí “*tuíra*” que estava no fundo da *rasa* fica na parte superior (visível) da *saca*. Passando a impressão de que todo o açaí era “*tuíra*”.



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 13 - Comercialização do açaí na feira de Icoaraci.

Chegando bem cedo, é possível garantir a venda segura, por serem os primeiros, o que não significa garantia de melhor preço, o qual é definido mais tarde dependendo da oferta e da procura daquele dia.

Algumas vezes acontece de o produtor vender o açaí a um preço bem *barato* ou voltar com o mesmo. No último caso, este é misturado com o *tirado* (novo) logo em seguida, para ser comercializado no outro dia. Esse é chamado de açaí “*muquiado*” e é discriminado quando a operação é identificada pelo comprador, que paga um valor inferior ao do açaí bom. Pois os compradores ficam observando os que voltam com açaí, “*para não caírem no conto do muquiado*”. Então, uma estratégia utilizada pelos vendedores é mandar esse açaí por outro vendedor (pai, irmão, primo...), o qual pode vender por um preço até maior que o do dia anterior, dependendo das circunstâncias.

A variação do preço do açaí está relacionada a várias questões como: a concorrência com o açaí que vem da Ilha do Marajó; a fase da safra, ou seja, se estiver no início, no meio ou no final (no início e final a quantidade é bem menor e a procura é maior, no meio da safra ocorre o inverso); a relação com as condições ecológicas, isto é, com o movimento da maré que interfere na realização de outras atividades como a pesca de peixe e camarão, “*a maré tá ruim pra pesca*” (o período da maré lançante, então a alternativa é a venda do açaí para garantir a satisfação das necessidades básicas dessa população); a relação com a mudança na forma de administrar ou “*tariar*” o açaizal, em função de mudanças ecológicas, como informa uma moradora:

Antes era possível esperar o açaí ficar tuíra, as árvores ficavam com três cachos, um tuíra, um tuiando e outro preto (esta referência é apenas em relação ao açaí maduro), tirava o primeiro e deixava os outros. Agora não é possível fazer isso, porque começa apertar e já vai secando. (Nazaré Baía, 54 anos).

A categoria nativa “*tariando*” significa o controle da produção, uma certa racionalidade, comparável à situação dos camponeses argelinos (os Cabilas) que guardam o trigo ou a cevada em grandes jarros de barro furados em diversos níveis de altura para controlar o consumo (BOURDIEU, 1979). Como o açaí não pode ser coletado de uma só vez, o controle é realizado na árvore, não apenas para o consumo, mas, também para a comercialização. Também, pode-se dizer que este procedimento é análogo ao processo de pousio (rodízio) na agricultura. O agricultor trabalha em outras áreas enquanto a que foi recém-utilizada descansa. Assim, não se apanha açaí em todo o terreno no mesmo dia, é como se o terreno estivesse dividido em várias partes, só que estas divisões não são visíveis e nem exatas.

Há uma certa compreensão, por parte dos moradores, de que em determinados momentos o preço do açaí não é reduzido para o consumidor final. Veja um trecho da entrevista com uma moradora: “*Eles (os batedores) querem comprar barato, mas quando batem, vendem pelo mesmo preço*”.

Durante a pesquisa de campo em 2004 constatei que, no início e final da safra, a rasa foi vendida pelo valor máximo de R\$ 50,00; enquanto que no meio da safra, o preço chegou a até R\$ 10,00, uma queda bastante significativa. Acompanhei essa flutuação também durante a safra de 2005, no início, durante o

mês de julho e agosto a rasa (duas latas de vinte litros) foi vendida a R\$ 35,00 ou R\$ 40,00; no meio/apogeu da safra (meses de setembro, outubro e novembro) a rasa foi vendida até por R\$ 10,00 (preço mínimo); no final (mês de dezembro e início de janeiro) o valor máximo, das últimas rasas, foi de R\$ 70,00. Apenas um morador chegou a praticar esse valor máximo, porque segundo o mesmo, seu “*mato é grande, não tirava muito durante a safra e os papagaios não descem muito pra lá*”. Pois no período em que o preço é mais alto, há uma concorrência, no sentido do consumo, por parte dos pássaros que se alimentam de açaí na região das ilhas, principalmente o papagaio: “*o açaí vai apertando e eles vão comendo*”.

Nem sempre é possível prever a queda repentina do preço do açaí. Uma possibilidade de fugir dessa variação de preços é vender o açaí no “*porto*” (local de embarque e desembarque da casa) para marreteiros. Iniciativa que é também justificada pela economia de dinheiro da passagem, da merenda, da cerveja... Apenas dois produtores declararam a realização dessa prática, mas somente no apogeu da safra, isto é, no momento em que o preço do açaí fica mais barato.

Durante a parte mais produtiva da safra (meio) alguns jamacienses estabelecem contratos orais com compradores fixos, geralmente parentes, pessoas conhecidas ou ex-moradores do local.

4.2 PESCAS: DA ORGANIZAÇÃO, DOS INSTRUMENTOS E DOS LUGARES

O sistema jamaciense de classificação das realidades está organizado em pares, tais como: inverno e verão, quebra e lance, “*buiado*” e fundo, enchente e vazante, graúdo e miúdo, remanso e correnteza...

Assim, a designação *beira* está relacionada à questão espacial, tomando como referência à ilha de Paquetá. “Da beira, porque é aqui mesmo, *na beira*”. É uma relação de *paridade* ou de *oposição* - beira e fora. Porém, num sentido mais restrito “beira” significa *margem* e por isso, alguns classificam a pesca em três categorias: “*de fora, da beira e do igarapé*”, embora esses espaços/ambientes estejam integrados e alguns instrumentos sejam utilizados na “*beira e no igarapé; na beira e fora*”.

Entre os moradores mais idosos do Jamaci é muito recorrente a referência a um tempo de *fartura* em comparação com o tempo atual, numa relação análoga a

encontrada na análise de Nascimento (1993), onde os pescadores do Município de Maracanã-PA relacionam o tempo de antes com o tempo da fartura e o tempo atual com o tempo da fome; Essa mesma referência é relatada por Leitão (1997), ao mencionar a lembrança de muita fartura, na memória dos pescadores da Ilha do Capim no estuário amazônico; Essa relação também é analisada por Vilhena (2005), na perspectiva das estratégias de adaptabilidade humana a um contexto de escassez no estuário amazônico.

4.2.1 A PESCA NO IGARAPÉ

A *pesca no igarapé* visa apenas o autoconsumo, exceto a de camarão que atualmente é destinada principalmente para a comercialização. A pesca do igarapé era, e ainda é, realizada de diversas formas. Vejamos.

4.2.1.1 Técnicas Antigas

Tomei conhecimento de uma prática de pesca, não mais realizada atualmente, denominada de **gapuia**, a qual consistia em isolar os poços de água (partes mais fundas) do igarapé “lá pra cima”, com paus e barro. Era realizada durante o *verão* e com a maré bem baixa (baixamar/pouco antes de encher), pois nesse momento a quantidade de água no igarapé é bem reduzida. Depois de isolar o poço, com uma “*macoóca*” (barragem) pelo lado de cima (nascente) e outra pelo lado de baixo (foz), retirava-se a água de dentro com cuias, baldes ou curatá (canoa de inajazeiro) e se capturava com as mãos os peixes e camarões que estivessem lá.

Na verdade, *Gapuia*, não era considerado como uma prática de pesca, veja o trecho da entrevista com uma moradora sobre as atividades de antigamente:

O pessoal pescava aí pra fora. Aqui no igarapé não, agora que já tem esse negócio de malhadeira, num tinha, nesse tempo num tinha esse negócio de malhadeira. O que a gente fazia pra cá era Gapuia. (...) nesse tempo num tinha malhadeira, tarrafa, nada disso. Tinha mas era muito difícil né, era muito difícil do pessoal comprá, porque como diz o caso, era caro né e era muito difícil mesmo. Tinha negócio de rede de lanceá. Aqui no igarapé era muito difícil. Agora não, agora todo mundo, bem dizê tem, é linha de pescá, rede de lanciá, malhadeira, tarrafa... (Dona Ester, 84 anos).

Com a expansão do uso de rede de lancear, o aparecimento da rede malhadeira e da tarrafa, a técnica da *gapuia* ficou ultrapassada, porque os novos instrumentos são mais eficientes.

A **tapagem** é uma técnica que consiste em bloquear a entrada ou saída de peixes nos pequenos igarapés, tributários do igarapé Jamaci. Antigamente usava-se o “*pari* ou *pano*”, uma espécie de parede, tecido com tala de jupati e cipó-títica. Atualmente essa atividade é realizada com rede de náilon ou fio, numa situação análoga à descrita por Moreira e Rocha (1995), ao estudar a pesca estuarina, com a diferença de que no Jamaci esta prática não era ou é efetuada apenas no período noturno e na preamar de maré lançante, podendo também ocorrer durante o dia, quando se instala a tapagem (coloca) durante a maré seca. Trata-se de uma rede sem chumbada, a qual precisa ser presa na lama com pequenos *ganchos* de madeira, para que uma das extremidades, entalhadas com corda de plástico, não flutue. Aí acontece o inverso, ao invés de colocar na preamar, já vai despescar os peixes malhados na rede, a qual é escorada com moirões (pedaços de árvore de açazeiro) enterrados no igarapezinho/furo.

No processo mencionado por Moreira e Rocha (1995) subentende-se que tanto o *pari* quanto a rede apenas impedem a saída dos peixes que entraram durante a enchente. Quando vaza, ou na baixamar, momento que os igarapés ou furos ficam com pouquíssima água, os peixes são capturados. Mas, atualmente essa técnica é pouco utilizada e alguns já nem usam, como informa uma moradora do local: “*Agora nem adianta tapá porque não pega nada, o pessual até abandonar a tapage no igarapé*” (Nazaré Baía, 54 anos).

A **piraquera** era realizada à noite no igarapé, durante a vazante. O pescador saía numa canoa ou casco com uma “*poronga*” (uma lamparina com pavio grande e um pedaço de lata ou madeira atrás para clarear só pra frente, tipo lanterna), um terçado e ia cortando os peixes que estavam dormindo na beira do igarapé e colocando no casco.

A pesca de **caniço** era realizada de dia e de noite, na enchente ou vazante, em qualquer período ou ano. O caniço é uma vara com um pedaço de linha e um anzol “*estruvado*”. Esse anzol era iscado com minhoca ou camarão e lançado no igarapé e a pessoa ficava segurando na vara pra *ferrar* o peixe.

4.2.1.2 Técnicas Atuais

A **rede malhadeira** é colocada em partes estratégicas, atravessando o igarapé de uma margem à outra, na enchente ou na preamar.

O momento propício para realizar a técnica de **lancear** é quando a maré está bem baixa (seca), quase pra encher, uma forma de encurralar os peixes entre a rede e a margem do igarapé. Geralmente é praticada por duas pessoas que ficam na água e vão arrastando a rede.

Outra técnica utilizada é a **tarrafa**, jogada também no momento em que a maré encontra-se bem baixa, com menor espaço de defesa para os peixes, como se vê na Fotografia 13. As espécies são bem características desse ambiente: Acará, Jandiá, Tucunaré, Jacundá...



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 14 - Pescador jogando tarrafa no igarapé Jamaci

Essas técnicas são recentes e criticadas por alguns moradores, principalmente pelos mais antigos; “*cansam o igarapé*” ou “*espantam os peixes*”. Mesmo os que admitem e praticam entendem que as mesmas não devem ser intensas.

Na pesca do igarapé não é vedada a participação de mulheres, mas como acompanhante de algum membro masculino do grupo doméstico.

4.2.1.3 Matapi

Se no verão a atividade principal é o açaí, no inverno (de dezembro a junho) é a pesca, principalmente a de camarão. Segundo alguns moradores do Jamaci até o mês de maio é que aparecem os camarões *graúdos*, depois é só miúdo.

A técnica utilizada na pesca do camarão é a do matapi, instrumento confeccionado com tala de jupati (palmeira típica da região) ou garrafas plásticas

(pet), colocados no igarapé presos por um fio ou cipó a uma vara, galho ou raiz de árvores.

Os matapis geralmente são confeccionados pelos próprios pescadores, são



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 15 - Jupati, palmeira utilizada para fazer matapis e viveiros.

Então um pedaço de tronco do açazeiro é utilizado como suporte para se ter acesso ao mesmo e cortar os braços (folhas), os quais são divididos ao meio, devido ao comprimento de aproximadamente quatro metros. Depois “*distala*”, tira as talas já na largura que vai usar, coloca ao sol para secar durante três ou quatro dias. Em seguida limpa-se, raspando o excesso de bucha mole para ficar só a parte mais resistente e corta-se no tamanho do matapi.

A próxima etapa é tecer essas talas com fio de plástico. Para tomar a forma de cilindro, são preparados pequenos círculos de cipó graxama, os quais são revestidos, ou seja, fica um no meio e um em cada uma das extremidades, trançadas por um fio plástico ou cipó nas talas, cujo processo pode ser visto em parte na Fotografia 15, a seguir:



poucos os que compram ou muitas vezes compram para completar os confeccionados ou recuperados do ano anterior.

O processo de confecção do matapi também está relacionado às fases da lua. Os *braços* de jupati devem ser cortados da árvore durante a fase escura, não na clara (*luar*), pois “*noite de luar dá ponilha*”. Ponilha é uma espécie de traça que fura a tala, provocando menor durabilidade do matapi.

É difícil subir na árvore do jupati, devido ao formato (anatomia) de seu tronco, como se vê na Fotografia 14.

Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 16 - O Sr. Cosme da Costa trançando as talas de jupati com o cipó graxama

O passo seguinte é tecer a “*língua*” ou “*funil*”, com cipó titica para ficar mais duro. O cone obtido é trançado nas extremidades do cilindro, com o diâmetro mais estreito para o lado de dentro. Por essa abertura os camarões entram. Para ficar em forma de funil, as extremidades interiores das talas são apontadas.

No momento de trançar o funil/língua, numa das extremidades, este trançado é até um pouco mais da metade, ficando uma parte solta, a qual é aberta no momento da despesca, o que torna o matapi jamaciense diferente do matapi de outras partes do estuário, como os da cesta de Marapatá no município de Abaetetuba, (Moreira e Rocha, 1995), que possui uma janelinha por onde se mete a mão para retirar os camarões durante a *despesca*. No caso do Jamaci, não se pega no camarão no momento de despescar, basta levantar a parte do funil não trançada e virar o matapi dentro de um recipiente que pode ser a rasa ou balde de plástico.

Tanto a tala como o matapi novo precisam ser colocados para apanhar sol, porque a tala em contato com a água produz uma “gosma que fede muito, aí o camarão não entra”. Ou seja, trata-se de uma espécie de limo cujo odor afasta o camarão.

No matapi de plástico, o que muda é a matéria prima do cilindro, que em vez de tala, é de garrafas plásticas de refrigerante de dois litros, que são adquiridas em Icoaraci (compradas), juntadas na beirada que a maré traz ou vão sendo

armazenadas durante o ano, de acordo com o consumo local. São seis garrafas para cada matapi, as quais são costuradas ou fundidas com um ferro quente. O restante do processo é o mesmo do outro.

O tempo de durabilidade de um matapi de tala de jupati com cipó ou fio plástico, sendo este último de recente introdução e o cipó é comprado porque não há nos matos locais, é de uma *invernada*. Quando é tirado da água e colocado em lugar que não apanhe chuva pode ser reformado (trocando-se as talas apodrecidas e ajustando a amarração) e reutilizado. O matapi feito de garrafas plásticas dura mais ou menos cinco anos, que é o tempo da invenção e introdução pelos moradores no local.

Alguns resistem e preferem o matapi de tala porque não pega camarão muito miúdo, pois as frestas entre as talas permitem que saiam e o de plástico não. Além disso, não é preciso comprar talas, estas são coletadas, “*tirada no mato*”, como se diz na linguagem local. Outros preferem as garrafas porque são mais resistentes e não deixam entrar muita sujeira, como no de tala, apenas camarão. Mas geralmente usam uma parte de tala e outra de plástico.

Além do igarapé maior (Jamaci), são utilizados os pequenos igarapés que se desmembram do mesmo, nos quais só é possível *despescar* os matapis com a maré grande (cheia), a menos que se pise na lama ao invés de usar a canoa. Esta situação geralmente ocorre de manhã cedo, quando os matapis não são despescados à noite, por causa dos guaxinins (*Procyon cancrivorus*), um animal não domesticado, que segundo os moradores é parecido com um cachorro, que quebra os matapis para comer os camarões. No momento da *despescagem* também se coloca a *isca* que serve para atrair os camarões ao interior do matapi. A *isca* utilizada é o fruto moído da palmeira babaçu, uma espécie de farinha comprada em casas comerciais de Icoaraci. A essa farinha se adiciona água para aumentar o volume, acentuar o odor e adquirir consistência para ser arrumada. Essa mistura é embalada, em pequenas porções, em folhas de guarumã¹⁹, amarradas com folha murcha de açazeiro ou de miriti extraídas assim que começam a abrir, como se vê parte do processo na Fotografia 16.

¹⁹ Guarumã é uma espécie de vegetal que tem as folhas largas, cujo caule é utilizado como tala para fazer paneiro, tipiti, peneira...

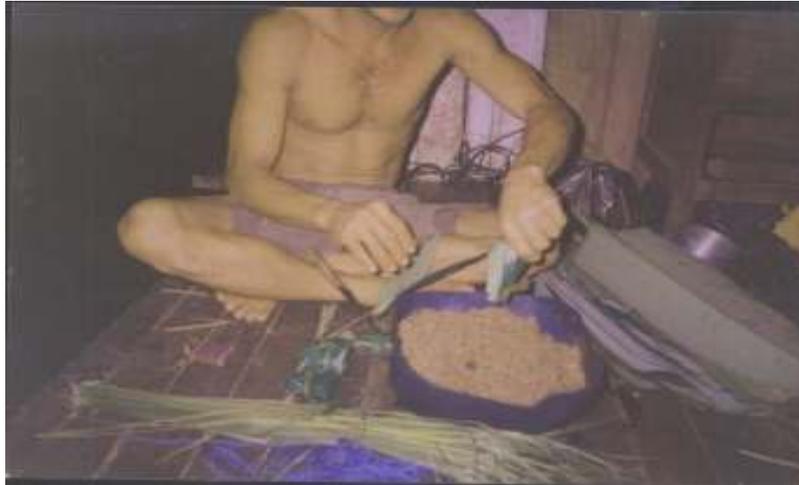


Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 17 - Pescador preparando pochecas para iscar matapis

Essas pequenas embalagens são chamadas de “*poquecas*”. Depois de prontas sofrem um pequeno corte de tesoura ou faca para permitir o acesso dos camarões atraídos pelo cheiro da isca. Geralmente, a “*despescagem*” dos matapis, em torno de 30 a 40 por unidade doméstica, ocorre uma ou duas vezes durante o dia, considerando as 24 horas que é o tempo em que a maré enche e vaza duas vezes.

No Jamaci não houve nenhum caso em que mais de um membro da mesma unidade doméstica pescasse camarão com matapi, como na situação analisada por Leitão (1997), na Ilha do Capim.

Uma outra modalidade, menos usada, é não colocar isopor permitindo que o matapi afunde até o leito do igarapé ou praia; segundo os adeptos desta técnica, “*o camarão dá mais graúdo*”. Esta pode ser realizada no igarapé, foz e/ou praia/rio. E a “*despescagem*” ocorre com a maré bem baixa, um pouco antes da enchente.

A tarrafa também se constitui numa técnica utilizada, geralmente à noite na praia. Esta é destinada a pegar só os camarões graúdos.

4.2.1.3.1 Armazenamento

Após a “*despescagem*” os camarões são colocados no “*viveiro*”, como se vê na Fotografia 17, a seguir:



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 18 - Pescador Marcio acompanhado de seu filho Otávio, colocando camarão no viveiro

O viveiro é mais ou menos parecido com o matapi, só que maior e sem aberturas nas extremidades, e sim na lateral. Este equipamento é mantido no igarapé próximo da casa para que os camarões permaneçam vivos até o momento da comercialização.

No momento da comercialização, o camarão vivo é mais valorizado, é como se fosse uma garantia ao comprador, uma evidência disso é o fato de se perder a preferência e diminuir o valor do produto se for encontrado algum camarão morto pelo meio. Por isso, ao se aproximarem do trapiche de Icoaraci, quando já está mais claro o dia, os pescadores começam a *catar* os mortos/podres. Da mesma forma, o camarão “frito” é menos preferido, porque pressupõe que estes não estavam em boas condições - vivos. As mortes são causadas pelas más condições de conservação. Por exemplo, o “viveiro” muito cheio ou quando a maré está de “*quebra*” (sem muita força; água com pouco movimento), possibilitando o aquecimento da mesma. E, como o viveiro fica na superfície, com a água aquecida e os camarões morrem.

4.2.1.3.2 O ideal do real

Embora muitos digam, “*no verão é o açai e no inverno é o camarão*”, isso não significa, necessariamente, que uma atividade substitua a outra totalmente. Em alguns casos vão se alternando enquanto atividade mais importante em cada período/estação. “*No verão é o açai*” significa dizer que este é destinado ao consumo e à comercialização; já o camarão é destinado ao consumo doméstico,

mas também é comercializado, apesar da pesca ser menos intensa nesse período, ocorrendo só de dia e com uma quantidade menor de matapis. “*No inverno é o camarão*”, para comercialização e consumo, nas marés do dia e da noite, com uma quantidade maior de matapis, enquanto o açaí atende precariamente ao consumo doméstico. Mas se alguém consegue apanhar o suficiente para encher uma rasa é preferível vender, porque o preço compensa. “*Mas tem inverno que não dá um cacho pra beber*” (Manoel Maria, 56 anos).

Na perspectiva do *ideal*, durante o verão os matapis devem ser tirados da água, porque “*se ficarem na água o tempo todo cansa o igarapé e aí não pega mais nada*”. Essa regra social funciona enquanto discurso, mas na prática há *manipulações*, conforme o depoimento da moradora mais idosa:

Antigamente pescava só no inverno, agora o camarada pesca inverno e verão, todo o tempo ele tem camarão. Quando chegava o verão todo mundo suspendia o matapi, por causa do açaí né, agora não, pode ter açaí mas o matapi tá na água sempre [...] é porque, quando é assim no verão, o camarão fica bom de vendê, porque no inverno dá muito camarão, às vezes dá tampa (grande quantidade) de camarão em Icoaraci, aí o pessoal quer comprá barato (Dona Ester, 84 anos).

A integração ao mercado acaba influenciando o calendário de atividades e a relação com o meio ambiente. Mas essa alteração não abrange a todos e nem da mesma forma. Está relacionada a uma série de fatores, como o tamanho do grupo doméstico, a existência ou não de outras atividades complementares, a tradição familiar de manejo e uso dos recursos naturais...

A pesca de camarão é orientada também por uma combinação com os ciclos da maré, que são chamados de “*lançante e quebra*”, os quais estão relacionados às fases da lua. As marés lançantes são as maiores, portanto possuem um volume maior de água e dificultam a pesca de camarão porque “*a maré corre muito e a boca do matapi fica tapada de folha, o matapi não para pro camarão entra*” (Cosme Costa, 43 anos). Nesses momentos, geralmente tiram os matapis da água e colocam para secar ao sol. Mas numa das visitas a campo, percebi que alguns moradores continuavam a pescar, mesmo nesses momentos.

Por isso cabe questionar: será que essas atitudes estão relacionadas a uma suposta consciência ecológica ou às dificuldades na realização da atividade? Ou trata-se de orientações relacionadas às tradições familiares, portanto, diferenciadas de acordo com cada grupo?

No discurso quase todos se dizem preocupados com a renovação dos recursos naturais, afirmando que soltam os camarões pequenos ou que colocam no viveiro e eles saem, mas uma observação mais atenta possibilita constatar que há *manipulações*, pois a maioria dos moradores consome e comercializa camarões e peixes pequenos, mesmo no período de reprodução.

Possivelmente esse discurso foi coerente com a prática em um passado não muito distante, no “*tempo dos antigos*” quando era possível pegar muito e graúdo. Um dos informantes relata que seu avô tinha apenas oito matapis e pegava mais ou menos 17 (dezessete) quilos por dia. Atualmente o filho desse mesmo informante diz que tem 45 (quarenta e cinco) matapis e leva 2 (dois) dias para *pegar* uma média de 6 (seis) quilos. (Alexandre, 43 anos e Ailton, 23 anos).

Em relação ao período e à intensidade da reprodução na Amazônia Oriental, Collart (1993) relata que o camarão canela (*Macrobrachium amazonicum*) apresenta uma época de reprodução sazonal bem marcada com desovas maciças nos meses de maio e junho; afirma também que essa “estratégia de reprodução é típica de camarões de rios costeiros, cujas larvas precisam das águas salobras dos estuários para seu desenvolvimento” (COLLART, 1993, p.154).

Os dados mostram que realmente há captura, consumo e comercialização de camarão no período de reprodução, mas isso deve ser relativizado pelo fato de que, embora as desovas maciças ocorram em maio e junho, durante os outros meses também ocorrem desovas. Isso significa dizer que há reprodução durante o ano todo.

Pode-se falar em crise do estoque de camarão devido ao aumento de demanda pelos centros urbanos?

A explicação local para essa escassez tem relação com a formação de um “baixo”²⁰ na foz do igarapé, o qual dificulta a entrada dos camarões e peixes, “*aí já passam direto lá pra Arapiranga*” (ilha próxima a Paquetá), que pode ser vista na Imagem 2. Uma outra explicação, mas apenas para os meses de junho e julho, é a alteração ou mistura da água doce com a salgada, como argumenta um

²⁰ Segundo Hiraoka e Rodrigues (1997), são bancos de barro recém-depositados (com ou sem vegetação), sujeito às ações diárias da maré, chamadas de baixa da beira. Mas essas porções semi-aquáticas podem estar relacionadas ao início do processo de formação de novas ilhas.

pescador, “o mês de julho não presta, só dá miudinho e pouco, todo ano é assim [...] eu acho que é a troca de água, de doce pra salgada” (Amadeu, 25 anos).

4.2.1.3.3 Comercialização

Ao estudar a ecologia e o potencial pesqueiro do camarão, Collart (1993) relata que a espécie (*Macrobrachium amazonicum*) é o único camarão nativo explorado comercialmente na Amazônia através da pesca artesanal, devido a sua abundância, sua ampla distribuição geográfica e seu importante potencial biológico.

Segundo Collart (1993), a reprodução do camarão-canela ocorre por meio de pequenos e numerosos ovos, entre 150 até mais de 2500 dependendo do tamanho do camarão, de onde saem após catorze dias larvas miúdas e planctônicas chamadas “zoea”. Antes de chegar ao estágio juvenil (com uma forma definitiva de camarão macho ou fêmea) estas larvas sofrem de 10 a 12 metamorfoses no período de um mês. E se alimentam no meio natural de microrganismos, fitoplâncton e zooplâncton muito abundantes nas águas brancas.

A comercialização ocorre em Icoaraci duas ou três vezes por semana, de acordo com o movimento da maré (quebra e lançante que orienta ou dificulta a captura dos camarões). De madrugada os crustáceos são transferidos do viveiro em que ficam armazenados, para rasas ou paneiros onde são transportados.

O preço do camarão tem relação com o movimento cíclico da maré - lançante e quebra, e com o calendário de atividades - inverno e verão. E os jamacienses são mestres no domínio desses movimentos. Já vimos que durante a maré lançante não é bom para pescar camarão, mesmo assim, alguns pescam, mas assim que começa “quebrar” todos “arriam” (colocam na água) os matapis, iscam e “despescam” de dia e de noite. No dia seguinte vão comercializar, porque sabem que vai ter pouco camarão. Também são favorecidos pela maré que não corre muito no igarapé Jamaci porque é pequeno.

Em uma das últimas visitas a campo, em janeiro de 2006, acompanhei um pouco desse processo. Era o início do inverno, o açaí mal atendia o consumo doméstico. Então quando chegamos a Icoaraci, os marreteiros nem esperaram o bote encostar direito e já foram segurando e puxando as rasas com camarão e depois acertaram os preços com cada pescador, como se vê na Fotografia 18, a seguir:



Foto: João Lopes, 2006.

Fotografia 19 - Comercialização do camarão em Icoaraci

Quando tem muito (durante as marés de quebra), as rasas são retiradas para cima do trapiche pelos pescadores e os marreteiros ficam “chorando” (pechinchando) até fecharem acordo. Acordo, porque um depende do outro; o pescador precisa vender logo porque o camarão é perecível, pode morrer e perder o valor, além disso, necessita comprar o que não produz e voltar a trabalhar; o marreteiro também precisa trabalhar, revender o produto e não pode perder o horário da venda, enquanto o camarão está fresquinho/vivo.

Os pescadores não vendem o camarão a quilo, ou seja, não pesam. Vendem no “*olho*”, no “*bolo*” como dizem. Mas fazem um cálculo aproximado do peso, para estimarem o valor, o qual varia também de acordo com o tamanho, quanto mais graúdo, mais valorizado é. Mas já conhecem o “*jogo*” (estratégia) dos marreteiros, sabem que dificilmente o marreteiro vai dar o quanto pedem. Por isso sempre pedem um preço mais alto, para tentar conseguir o almejado. “*Porque o marreteiro vai sempre jogar pra baixo*”. Teve um pescador que disse já ter vendido uma rasa com mais ou menos treze quilos por R\$ 60,00. Um preço considerado muito bom, já que o valor médio dessa quantidade é de R\$ 40,00.

Depois o marreteiro seleciona esse camarão em três categorias (pequenos, médios e grandes) e vende por litro em Icoaraci. Quanto mais graúdo, mais caro. O Quadro 3, a seguir possibilita estabelecer relações entre o ambiente físico, o tempo ecológico, a tecnologia e o destino da produção de camarões.

Em relação aos instrumentos é possível observar que há apenas duas unidades domésticas que possuem tarrafas, técnica considerada “moderna”, além disso, raramente são utilizadas. Há uma alteração na utilização da matéria prima, ou seja, em 2000 começou-se a usar as garrafas ‘pet’ para a confecção dos matapis. Mas pelo que pude perceber, não acarretam grandes mudanças na forma de produzir.

O ambiente físico se constitui em *territórios de pesca (pesqueiros)*, no sentido utilizado por Begossi (2004), são pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, defesa e uso exclusivo. Pois cada pescador tem os seus *pesqueiros*, que podem ou não ser próximos de suas casas ou matos. Em relação aos *pesqueiros* próximos da casa e nos pequenos igarapés no interior dos matos de cada pescador, há uma estabilidade maior. Já nos da foz do igarapé maior (Jamaci) e na praia, às vezes há variações de um ano para o outro.

Em relação à consonância do *tempo ecológico* com a realização da pesca, o *ideal*, entendido na concepção de Godelier (1981), era que essa atividade fosse praticada durante o *inverno* e nas marés de *quebra*, mas como se vê há os que pescam durante o *verão* e nas marés *lançantes*. Mas os que pescam no período do verão e nas marés lançantes diminuem a quantidade de matapis e a intensidade da atividade. Neste sentido, pode-se considerar que o *tempo ecológico* exerce grande influência no ritmo dessa prática.

A produção do camarão é destinada à comercialização, principalmente no *inverno*, período em que não há açaí para comercializar. Mas é mais coerente

PESCADOR	INSTRUMENTO ²¹	AMBIENTE	TALA	PLÁSTICO	TOTAL	INVERNO	VERÃO	QUEBRA	LANÇANTE	DESTINO
Adamor	Matapi	Fundo/ foz	–	36	36	X	X	X	X	Comercialização
Alexandre	Matapi	Buiado	27	13	40	X		X		Comercialização consumo
Amadeu	Matapi	Buiado/ foz	10	20	30	X	X	X	X	Comercialização
Ailton	Matapi	Buiado/ furo	22	15	37	X	X	X	X	Comercialização
Chico/Vava	Matapi / Tarrafa	Buiado	10	20	30	X		X		Comercialização
Cosme	Matapi	Buiado/ cabeceira	25	5	30	X		X		Comercialização
Carlinho	Matapi	Fundo/ Beira	23	12	35			X		Comercialização
Eno	Matapi	Buiado	20	13	33	X	X	X		Comercialização
Marcelo	Matapi/Tarrafa	Fundo/ Beira	50	10	60	X	X	X	X	Comercialização Consumo
Marcio	Matapi	Buiado	40	14	54	X	X	X		Comercialização Consumo
Nazaré	Matapi	Buiado	–	–	–					
Zequinha	Matapi	Buiado/ cabeceira	33	7	40	X	X	X	X	
Edinaldo	Matapi	Buiado	25	–	25	X		X		Comercialização

Quadro 3 – Informações sobre a pesca de camarão no Jamaci.

²¹ Todos os pescadores utilizam pequenas embarcações (canoas ou cascos) a remo.

dizer que há uma divisão contextual ou conjuntural entre o consumo doméstico e a comercialização, isto é, de acordo com a quantidade e com a necessidade.

No período do inverno há uma estratégia quanto à quantidade de matapis utilizada, que consiste em *arriar* todos quando há maior ocorrência, no dizer dos pescadores: “*quando tá dando muito camarão*” e deixar só uma parte na água, quando diminui a ocorrência. Uma lógica meio inversa à lógica do mercado, a qual pode ser explicada pelo fato de que se evita desperdiçar esforço e isca com muitos matapis, sem o devido retorno.

4.2.2 A PESCA DA BEIRA

A pescaria na beira é realizada próximo da ilha, com ou sem a utilização de canoa motorizada tanto no *verão* quanto no *inverno*, dependendo do pescador. Pois alguns não realizam a pesca de fora e os que realizam não o fazem o tempo todo, sendo possível, portanto, combinar as duas.

Dependendo da quantidade, os peixes são destinados para o autoconsumo e para a comercialização; mas, o objetivo maior é o primeiro.

A pescaria da beira pode ser realizada por apenas uma pessoa, segundo um pescador que vivencia tanto a pesca “*de fora*” como a “*da beira*”:

A pesca da beira é considerada mais fácil, por que fica perto da casa, não tem que tá pegando isca, não tem que pegá chuva de noite. Na beira, a pessoa tá na casa, se tiver chovendo a pessoa vai se quisé. Só que essa pescaria dá menos e o peixe é mais miúdo (Amadeu, 25 anos).

4.2.2.1 Curral

Antigamente os currais eram feitos com tala de marajazeiro (espécie de palmeira), faziam mutirão de até 8 dias para limpar as talas e teciam com cipó titica partido ao meio.

Atualmente havia apenas um morador que tinha um curral, mas *coberto* ou cercado com rede de plástico e náilon, na verdade era um *cacuri*, menor que o curral. Este *cacuri* foi construído na beira da praia, próximo à foz do igarapé Jamaci, e encontrava-se caído parcialmente, no início do inverno de 2006.

4.2.2.2 Pesca de rede e espinhel

A rede é confeccionada pelos próprios moradores que compram o “*pano*” e montam a rede (*corda, bóia, chumbada*). Com um comprimento médio de 100 metros, e malha 25, 30 ou 40. Com ela pode-se pescar na beira e também no

igarapé. Na beira pode-se pescar “*de bubuia*” (à deriva) ou de forma fixa com pedra e bóia ou ainda de camboa, como é mencionado por Loureiro (1985), com a diferença de que, no caso do Jamaci, o peixe sai do “*meio do mato*” (*mangal*), e o pescador não precisa ficar na água e sim no casco. No Jamaci essa pesca é realizada à noite, durante a vazante das marés lançantes na beira do *mangal* (manguezal). Quando a maré enche, inunda o manguezal e os peixes vão se alimentar de sarará (pequeno crustáceo decápode, um tipo de caranguejo bem pequeno) que fica nas raízes das árvores, de fruta de siriúba, de fruta de aninga... No momento em que a maré começa a vazar/sair do *baixo* ou *mangal*, como dizem os pescadores locais, os peixes saem também, aí a rede é colocada de forma a cercar uma determinada direção do manguezal e os peixes que vão na direção da rede ficam presos.

O “*baixo* ou *mangal*” é uma parte da ilha de formação mais recente, ou *várzea baixa* segundo Hiraoka e Rodrigues (1997). Como se fosse anexada entre a foz do igarapé Jamaci e o furo do Jamaci, como é possível visualizar na Imagem 1. Segundo o Sr. Alexandre, de 43 anos, esse *mangal* tem aproximadamente 33 anos.

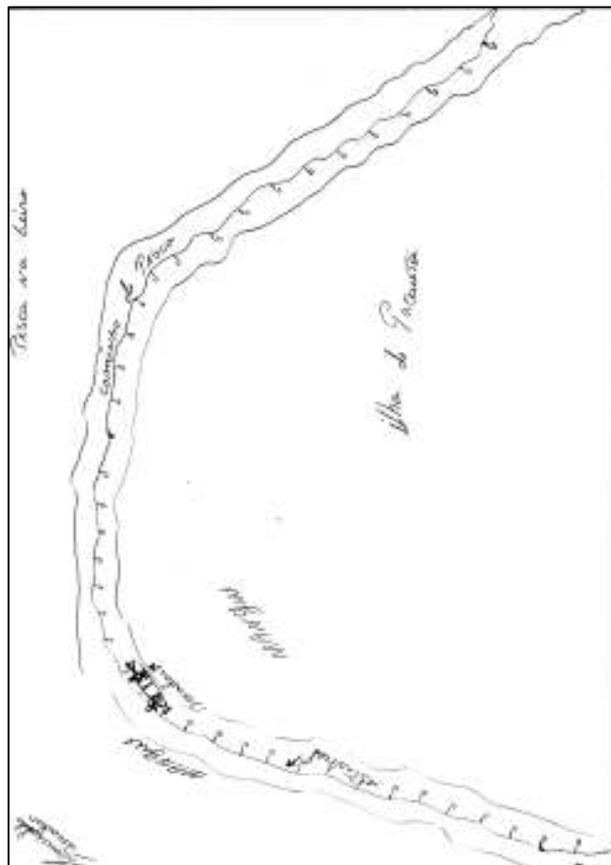
O espinhel é confeccionado por cada um dos pescadores. Geralmente o espinhel é de 100 ou 125 anzóis²² de nº 10 ou 13 para o igarapé e mangal; de nº 5, 6 e 7 pra *beira* (da boca/foz do igarapé pra fora). Tanto no igarapé quanto na beira o procedimento é o mesmo, sendo que na beira há possibilidade de pegar mais e graúdo. Neste caso o pescador pode estar sozinho ou acompanhado da esposa, de uma filha ou um filho menores. A isca pode ser camarão ou amuré (do tipo pequeno), depois de iscar pode jogar na enchente ou na vazante e puxar nas paradas baixamar e preamar.

4.2.2.3 Pesca de espinhel no meio do mangal

A pesca no meio do *mangal* exige uma preparação anterior; é realizada principalmente no período do verão, somente à noite e durante a enchente das marés lançantes. Esse *biotopo* possui uma vegetação relativamente densa, por isso, necessita de uma preparação anterior. Assim, durante o dia e com a maré seca são feitas as “*estradas ou caminhos*”, que são roçados para limpar, cujo

²² O número do anzol corresponde ao tamanho, quanto maior o número menor é o tamanho.

comprimento depende do tamanho do espinhel, geralmente uma média de 100 braças²³ de comprimento e com a largura que possibilite a passagem do pescador, como se vê no Desenho 3, a seguir.



Desenho 2 – Representação da pesca no meio do mangal

Na hora que a enchente da noite começa a penetrar no *mangal*, o pescador já vai se preparando para entrar e jogar o espinhel. A isca pode ser camarão ou sarará. Com uns 15 a 20 minutos já vai puxando e iscando novamente, no máximo duas vezes, como informa o pescador Carlinhos, de 28 anos, “*porque a maré entra e sai muito rápido e se o cara marcar, fica preso no mangal*”.

O peixe mais comum nesse tipo de pesca é o bacu, mas geralmente pegam também o jandiá, o anujá, o bagrinho (bagre pequeno) e a piabinha - que são

²³ Braça é uma unidade de medida de um sistema arbitrário, que depende do tamanho de quem mede. Mas varia em torno de um metro e cinquenta centímetros. A pessoa fica de braços abertos e a braça corresponde ao intervalo entre as extremidades das mãos.

armazenados em viveiros de tala de jupati iguais aos de camarão ou numa caixa de plástico que ficam na água próximo das casas, junto com os viveiros de camarão, até o momento da comercialização, quando são retirados e levados para Icoaraci, como se vê na Fotografia 19, a seguir:



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 20 - Pescador arrumando os bacús e os camarões para a comercialização

O Quadro 4, a seguir possibilita fazer algumas considerações sobre a *pesca da beira* e do *Igarapé*, pois as embarcações são praticamente as mesmas usadas na pesca de camarão, com exceção das motorizadas. Mas o espinhel utilizado no meio do *mangal* e no *igarapé* não é o mesmo usado na beira, isto é, da praia para fora.

O processo de confecção e utilização dos instrumentos já foi descrito, portanto, vamos nos deter às relações entre o ambiente, o tempo e o destino da produção, especialmente a respeito da pesca do bacu.

Na pesca da beira a *territorialidade* está relacionada apenas aos locais de pesca no meio do mangal, sendo que pode haver permissão entre alguns pescadores (por relação de amizade ou parentesco) para utilizarem a “*estrada* ou *caminho*” uns dos outros, mas cada um tem o seu. Na verdade os pontos de pesca na beira e no *Igarapé* são territórios coletivos, de uso dos jamacienses.

PESCADOR	INSTRUMENTO²⁴	AMBIENTE	INVERNO	VERÃO	DESTINO
Adamor	Casquinho/rede/espinhel	Beira/ mangal	X	X	Comercialização/Consumo
Alexandre	Canoa à remo/ espinhel	Mangal/Igarapé		X	Consumo
Amadeu	Casquinho/ espinhel	Mangal	X	X	Comercialização/Consumo
Ailton	Casquinho/ rede/ espinhel	Mangal/ Beira/Igarapé	X	X	Comercialização/Consumo
Chico	Casco/espinhel	Mangal		X	Comercialização/Consumo
Cosme	Casquinho/ rede	Igarapé	X		Consumo
Carlinho	Casco/ espinhel/ rede	Mangal/ Beira		X	Comercialização/Consumo
Eno	Casco/ espinhel/ rede	Beira			Comercialização/Consumo
Marcelo	Casco/ espinhel/ rede	Beira	X	X	Comercialização/Consumo
Nazaré	Casco/ espinhel/ rede	Beira/igarapé	X	X	Consumo
Zequinha	Casco/ espinhel/ rede/tarrafa	Mangal/ igarapé	X	X	Consumo
Mauro	Bote motorizado/ espinhel	Beira		X	Consumo
Edinaldo	Casquinho/ rede	Beira		X	Consumo
Dário	Casquinho/ espinhel	Mangal/ igarapé	X	X	Consumo

Fonte: Francinaldo Baia, 2005

Quadro 3 – Perfil da pesca do igarapé e “da beira” no Jamaci.

²⁴ Geralmente os pescadores de fora que possuem espinhel, pescam na beira com um ou dois seios.

A pesca do bacu é muito influenciada pelo *tempo ecológico*, pois esta espécie só ocorre ou *dá* no mangal durante o *verão* (e no início do inverno) quando a água fica salobra e, a pesca é realizada somente à noite e nas “*marés lançantes*”.

Para a maioria dos pescadores o principal destino da pescaria é a comercialização, mas “*quando dá muito*”, como informa o pescador Ailton, de 23 anos, os marreteiros só querem pagar de R\$ 10,00 a R\$ 12,00 reais em 60 ou 70 bacus graúdos, resultado da pescaria de uma noite. E quando “*dá pouco*” em média 20 ou 30 e miúdos, os pescadores conseguem vender por R\$ 15,00. No primeiro caso podem ocorrer várias situações: alguns preferem não pescar; outros pescam e armazenam no viveiro para consumo ou comercialização posteriores; outros pescam para o consumo imediato, “*fresco*” ou “*seco*”. A técnica da secagem do pescado consiste em tirar o couro, salgar e colocar ao sol para secar. Aí vão consumindo aos poucos.

Conversei com um morador, o Sr. Eno (mais conhecido por Rasquete) de 33 anos, natural da ilha de Arapiranga, que não realiza essa modalidade de pesca porque considera o bacu um peixe “*desclassificado*”.

4.2.3 A PESCA DE FORA

A “*pesca de fora*” é realizada, principalmente, no *inverno*. O termo *fora* caracteriza a maior distância e o maior tempo que se leva de casa até o local da pesca.

Essa pescaria é considerada “*um pouco arriscada por causa do vento*”. Um outro tipo de risco que foi relatado por um ex-morador do Jamaci (hoje residente na ilha de Cotijuba) é a ação dos *piratas* ou *ratos d’água*²⁵. Segundo, ele essa “*pesca é muito arriscada, por causa de alagamento e por causa dos ratos d’água. Eles caparam meu primo, jogaram na água pra robarem o barco, ele e o outro (pescador) morreram afogados. Depois acharam os corpos*” (Paulino Machado, 50 anos).

Um outro pescador complementa:

²⁵ Para maiores informações sobre este assunto, ver SILVA, Maria José. Parceria e Pirataria: uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

A pesca de fora é mais arriscada né, por causa que a gente se aventura mais. Vamos dizer assim; tu sai pra fora né, aí o mar tá calmo, chega lá ele fica brabo, aí às vezes a canoa é pequena né. Quando não, dá um tempo, aí maresia, muita maresia, aí o cara se vê enrascado.(Francinaldo Baia, 37 anos).

Para a realização dessa pescaria é necessário um bote ou canoa motorizada, que não tenha tábua podre, para poder resistir às ondas (maresia). Se o motor/máquina estiver apresentando algum indício de problema de manutenção precisa ser resolvido antes da viagem. Tem que preparar a *conservadeira* com gelo para acondicionar o peixe; no caso do Jamaci usam-se caixa termoisolante, utilizadas também por distribuidoras de bebidas para colocá-las no gelo. E por fim, antes de partir tem que arrumar a “*despesa*” e a infraestrutura, como descreve um dos pescadores envolvidos nesse tipo de pescaria:

Tem que embarcá a despesa que é, café, açúcar, sal, farinha, bolacha, comida e assim vai. É como se fosse uma casa, tem que tê tudo, carvão pra fazê o fogo, panela, tudo isso mesmo. O que a gente usa numa casa a gente usa num barco, porque a gente passa quatro dia, uma semana, às vezes até mais. (Carlinhos, 28 anos).

Essa modalidade de pesca é mais dispendiosa, necessita de um investimento maior, pois implica a aquisição de óleo diesel e lubrificante para o motor, bateria de carro e lâmpada (fonte de energia), o rancho (farinha, açúcar, café, comida...), gelo e sal para armazenar o peixe até à volta e muita disposição para enfrentar sol, chuva, vento, frio, sono e eventuais acidentes, além da possibilidade de retornar sem peixe algum, sem “*arrumar*” nada. Apesar de um dos pescadores afirmar que “*meno (ao menos) pra comer a gente pega*” (Cosme Costa, 42 anos). Outro complementa: “*a pescaria de fora é uma aventura, às vezes só pega da bóia (para o consumo dos pescadores e família)*” (Dário, 45 anos).

Algumas vezes este investimento é feito pelo patrão, como relata um outro pescador: “*a gente tem patrão certo em Icoaraci, quando a gente não tem dinheiro, ele arranja pra comprá o óleo, às vez pro gelo, pra fazer o rancho*” (Joventino, 56 anos).

Os instrumentos ou apetrechos da “*pesca de fora*”, conforme se vê no Quadro 5, podem ser a linha ou espinhel com anzol médio nº 5, 6 e 7 de ferro

PESCADOR	EMBARCAÇÃO	INSTRUMENTO	TAMANHO	INVERNO	VERÃO	DESTINO ²⁶
Adamor	–	Rede plástica	250 braças	X		Comercialização
Ailton	–	Espinhel	2 seios	X		Comercialização
Amadeu	Canoa	Espinhel/Tenda	3 seios/2 seios			Comercialização
Carlinho*	–	–	–	X	X	Comercialização
Francinaldo	Canoa ²⁷	–	–	X	X	Comercialização
Cosme	Bote	Espinhel//Rede	6 seios/300 braças	X		Comercialização
Dário	–	–	–	X		Comercialização
Edinaldo	Herança	Rede(plástico e náilon)	400 braças			Comercialização
Marcelo	–	–	–	X		Comercialização
Marcio	Comerciante					
Joventino/Mauro	Bote	Espinhel	6 seios	X	X	Comercialização
Vavá	Herança	–	–	X	X	Comercialização

Quadro 5 – Perfil da pesca “de fora” no Jamaci, 2005

²⁶ O peixe também é destinado ao consumo de forma direta ou indireta, quando vendem para comprar outros tipos de alimento.

* Durante o período do verão este pescador vai trabalhar em barco de pesca industrial.

²⁷ A canoa é herança dos três irmãos.

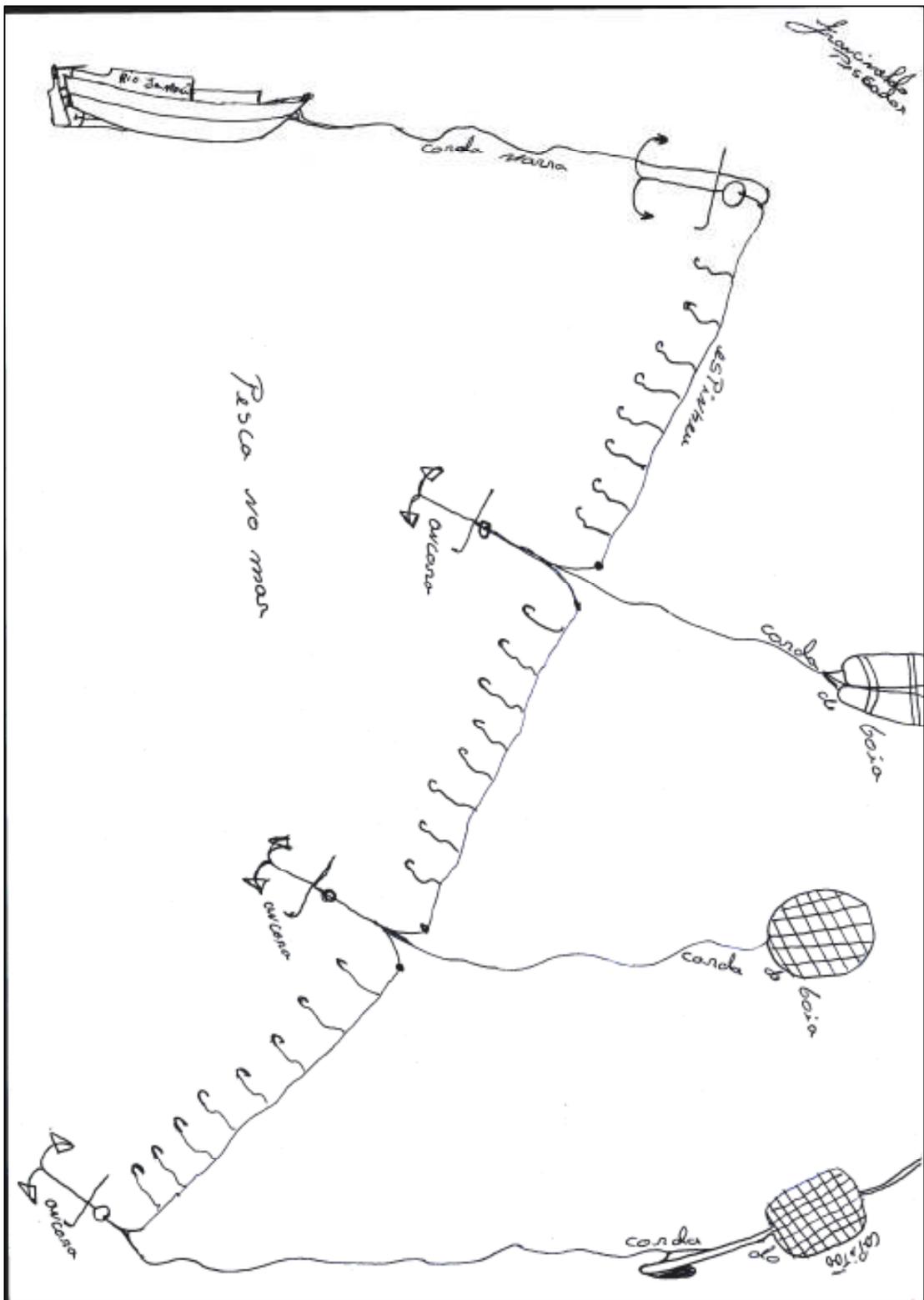
para pegar peixes pequenos e médios, o qual é mais utilizado pelos jamacienses. Esse Quadro 5 possibilita a contabilização e distribuição desses instrumentos entre os pescadores jamacienses.

4.2.3.1 A pesca de espinhel “tenda”

O espinhel ou linha com *tenda* (anzol grande de aço) é usado para pegar peixes grandes, como a Piraíba. O espinhel com esse último tipo de anzol (*tenda*) deve ser confeccionado com um espaçamento maior entre os mesmos, são quatro braços.

4.2.3.2 A pesca de espinhel

O espinhel, geralmente, é confeccionado pelos próprios pescadores, que compram a linha (de cor preta), anzol e ferro para *montar*. A linha ou corda precisa ser esticada para não “*encanelar*” (enrolar/emaranhar). “*Amarra uma ponta na popa do bote e outra numa árvore e liga o motor do bote para puxar*”. Para “*estruvar*” os anzóis (nº 5, 6 e 7), procede-se da seguinte forma: como a linha ou corda é tecida com quatro *pernas* de fio, corta-se a mesma em pequenos pedaços de aproximadamente 50cm, desfia, obtendo-se 4 peças, em cada uma dessas é amarrado um anzol bem no meio e enroladas, em forma de trança, as duas pernas obtidas posteriormente; esses anzóis “*estruvados*” são amarrados na linha/corda numa distância de uma braça e meia. Os ferros, confeccionados em forma de âncora, são anexados/amarrados à linha somente na hora da pescaria. O espinhel é dividido em *seios*, e a cada 1 ou 2 corresponde um ferro (âncora) e uma bóia (feita de isopor). Sendo que a primeira bóia é maior e perfurada por uma vara com bandeira, a qual é chamada *capitão*. A vara com a bandeira serve para identificar o fim do espinhel, ou seja, a outra extremidade em relação à embarcação. Geralmente o último ferro é maior, porque é nele que a embarcação fica ancorada, como se vê no Desenho 3.



Fonte: Francinaldo Baia, 2005

Desenho 3 - Representação da pesca "de fora" utilizando espindel

No início do ano de 2006, o material para confeccionar um *seio* completo (anzol, linha e ferro) custava mais ou menos R\$ 100,00. Algumas vezes esse dinheiro é fornecido pelo *patrão*, em caso de extravio ou perda parcial ou total do espinhel. O *patrão* é o mesmo comerciante ou *marreteiro* com quem os moradores de uma das unidades de produção comercializa. Mas, nesse caso não há uma relação de dependência cativa, devido aos custos desses instrumentos não serem altos e por causa da concorrência, além disso, essa relação se restringe à comercialização em Icoaraci. Ou seja, quando comercializam em outros lugares como Vigia, Mosqueiro, Cotijuba, não há nenhuma obrigação para com o *marreteiro*.

4.2.3.2.1 Processo de trabalho

Ao contrário do que geralmente se pensa, que a atividade pesqueira se resume à captura em si, Breton e Estrada (1989), ao estudarem o desenvolvimento da pesca no México, esclarecem que:

Pero ésta, aun siendo la parte central de la actividad, no representa sin embargo más que una etapa de una serie de operaciones de trabajo más numerosas y de las cuales algunas, en términos de tiempo-trabajo, ocasionan un fuerte gasto de energía. El tiempo dedicado a la construcción o al calafateo de las embarcaciones, al remiendo de las redes, a la compra de factores de producción tales como la sal, el hielo o la gasolina, las horas requeridas para llegar a los lugares de producción y las invertidas en diversas etapas de la transformación del producto son otras tantas dimensiones de la pesca en cuanto proceso de trabajo que, aunque casi no aparecen en las estadísticas oficiales, deben tomarse en consideración cuando se hace un análisis económico (BRETON E ESTRADA, 1989, p. 61).

Depois de arrumar o barco com os instrumentos de pesca e a *despesa*, é necessário *pegar a isca*, que pode ser amuré ou arapaia. O primeiro é um peixe comprido que vive em buracos em algumas praias e baixo de lama (*bancos de barro ou baixa da beira*), na praia sem (água) “*pega com o braço, mete a mão no buraco, no fundo a gente pisa, pisa aí ele sai e engata (malha) na rede, aquela rede fina de lanciá*” (Pescador, 45 anos). No fundo o amuré também fica em buracos, as pisadas pressionam os orifícios e eles saem e prendem-se na rede. A captura do amuré só é viável no momento em que a maré está bem *baixa de vazante*.

Tirar a isca é uma atividade que acompanha o ciclo, quase rotineiro, da pescaria - iscar, linhar e pegar isca. Mesmo os que possuem um depósito de

madeira, que fica na água tipo um viveiro, e vai a reboque no barco amarrado numa corda, precisam tirar isca, pelo menos um dia sim outro não. Essa atividade é realizada num período de tempo que varia de acordo com o grau de dificuldade em conseguir, pelo menos, para uma linhada.

Todo dia tira isca, mas onde tem muita isca não, tu tira avortado logo que dê pra pescar dois dias. Aí um dia tu já não tira, já vem no outro dia (...) quando tem isca, dá duas linhadas, na enchente e na vazante, tendo a isca né, se não, pesca só numa maré e na outra tem que ir pra beira tirá isca né? Aí na outra (maré) sai pra pesca (Francinaldo Baia, 37 anos).

Tirar isca é “*difícil*”, por isso não dá pra investir na intensidade, mesmo tendo onde armazenar. Talvez esteja presente a concepção de ciclo... São aproximadamente duzentos amurés para iscar duas linhadas de cinco seios, ou seja, setecentos e cinqüenta vezes dois anzóis.

A outra isca é a arapaia, uma espécie de sardinha, pescada com uma rede de 100 metros de comprimento e, mais ou menos, um metro de altura, que “*marisca pela flor d’água*”. O momento melhor para sua captura é à noite no início da vazante, como informa um pescador:

Quando tá dando muito só uma redada a gente pega 200, 300. Elas gosto de ficá nos lugares que tem pedra, onde ficam comendo peixes bem miudinho, aí os pescadores vão e colocam a rede no buiado, (ou seja, em cima d’água). Ai a pessoa já não sai, fica com o bote parado naquele remanso (...) quando não, tem que sair pra fora mesmo, pra correnteza, pra redar (jogar a rede) na correnteza pra elas malharem (Dário, 45 anos).

Se for na correnteza, não tem problema de ser de dia, só se o sol estiver muito quente, por que eles vão “*pro fundo*”²⁸, aí é só das 17 horas em diante que vão procurá-las.

Há uma relação entre a isca e o tipo de água, ou seja, o local e o período, como explicita um outro pescador: “*Agora tem um tempo, no início do inverno que o peixe tá comendo só amuré, aí a gente tem que tá nas baixamar, na beira*”. Neste caso, a beira a que o pescador se refere está relacionada aos locais em que há ocorrência do amuré e, não a *beira* referente à oposição dos tipos de pesca.

²⁸ Ir pro fundo é o oposto de ficar na flor d’água, pois nos momentos de maior incidência da energia solar aquecendo a superfície, esta espécie afunda para se livrar do calor.

O peixe de água doce prefere o amuré. Segundo Loureiro (1985), durante o *inverno*, com maior incidência das chuvas, aumenta a vazão do rio Amazonas, empurrando a água salgada para fora; no *verão*, com a estiagem, diminui a pressão havendo uma retração da água doce. Nesse período a água do estuário fica salobra, é por isso que há ocorrência de peixes típicos da água salgada, os quais preferem a arapaia.

Nesta modalidade de pesca (espinhel) tem que haver uma constante sincronia com o movimento da maré, que estamos chamando de *tempo ecológico*, já que o momento de *puxar a linha* ou *arribar* é bastante específico, nas paradas da maré, preamar ou baixamar, como relata um pescador que utiliza essa técnica:

Pode *linhar* (jogar a linha) no começo da enchente e no começo da vazante, meia maré, quer dizer, meia maré de enchente, meia maré de vazante ai todas as paradas a gente puxa. Por exemplo, se a gente puxá na parada da baixamar, ai vai linhá enchente, ai a água enche, quando tá parando pra vazar, ai tem que puxá. Aí se quiser linhá faz o mesmo sistema, puxa, isca, e linha. Aí já vai linhá o resto antes da maré 2 horas, 3 horas, aí quando ela pará tem que puxá de novo. Aí nisso, vai acabando a isca que geralmente dá só pra duas linhada, o que a gente leva, aí tem que vim pra beira pra tirá isca de novo. (Carlinhos, 28 anos)

Jogar a linha (linhar), pode-se jogar praticamente em qualquer momento, na *meia maré*, (na metade da enchente ou vazante), mas puxar não, tem os momentos específicos, nas paradas, ou seja, na preamar e na baixamar. Porque geralmente tem muito vento e fora o momento das paradas a maré corre muito, aumentando o risco para os pescadores. Além disso, o peixe ferrado (engatado no anzol) consegue escapar, porque a força da maré faz com que o anzol quebre ou rasgue a boca do peixe. No dizer de Francinaldo, pescador de 37 anos: “*Com a maré parada o peixe faz menos força, vem só tariano, mais manso*”.

O momento de linhar também depende da disponibilidade da isca, nem sempre conseguem tirar a isca de acordo com o momento que pretendem linhar. E às vezes o “*peixe só dá na ponta da água*”, isto é, quando a maré já está parando para encher ou vazar.

Há também um outro elemento, não mais *ecológico* e sim *estrutural* no sentido utilizado por Evans-Pritchard (1978): trata-se de uma divisão do tempo entre os *redeiros* (pescadores de rede) e os *escoradores* (pescadores de espinhel, porque ficam ancorados esperando o momento de puxar a linha), sendo que a primeira categoria pesca durante o dia e a segunda pesca durante a noite.

Sem dúvida, pescar durante o dia é muito melhor, mas numa escala de valores, se analisarmos a estrutura desse setor, a pesca de rede é considerada mais moderna e mais produtiva e possivelmente essa divisão desigual dos tempos se deva a isso. Por outro lado, a rede de arraste leva também as linhas dos escoradores, constituindo-se em prejuízo para estes, se pescarem de dia.

4.2.3.2.2 Tripulantes e Funções

A equipe ou tripulação de pesca, geralmente, é formada por três pescadores/parceiros: “*proeiro, empatador e piloto*”. O *proeiro* tem como função jogar e puxar a linha no momento adequado; o *empatador* fica no meio e é quem isca e empata/arruma a linha em pequenos círculos para não emaranhar; o *piloto* fica na popa, pilotando e cuidando do motor que precisa estar ligado por causa do vento, principalmente na hora de puxar.

Mas não há uma especialização das tarefas, geralmente há uma espécie de rodízio, como menciona um dos pescadores envolvidos nessa prática, apesar de ter perdido a visão do lado esquerdo, devido a um “cisco” que caiu no olho e iniciou um processo inflamatório:

Eu faço umas quantas função, eu piloto, corto isca, isco linha, eu empato. A única coisa que eu não faço é jogar linha e puxar na proa, por causa do meu olho, porque de primeiro eu jogava. Às vezes de dia quando tá macio (sem maresia) eu jogo dois, três seios de linha, mas de noite eu não jogo, não jogo e nem puxo na proa. (Francinaldo, 37 anos)

E pelo menos uma tarefa/função é coletiva, é a captura da isca, como relata um outro pescador: “*Na hora de pegá a isca, é todo mundo*” (Joventino, 56 anos).

À noite depois que a linha é jogada, dois vão descansar, ou como dizem, *tirar um cochilo* e um fica acordado; na hora de puxar, chama os dois e juntos puxam a linha, depois iscam e jogam novamente, aí o que ficou acordado vai descansar e um dos que estava descansando fica acordado. Ou seja, ocorre um rodízio na realização da tarefa de esperar o momento de puxar a linha e de vigiar o barco de possíveis acidentes como, por exemplo, serem batidos por uma outra embarcação, principalmente balsas.

4.2.3.3 Território, pontos de pesca e sazonalidade

Nem sempre a literatura é clara sobre a discussão em torno das definições de *pontos de pesca*²⁹, *território* e *pesqueiro*, às vezes tem-se a impressão de um lugar meio oculto, inacessível para outros pescadores. Assim, diante de alguns dados, fico me perguntando se esta perspectiva é válida para o estuário, já que muitos desses lugares são compartilhados. Quando perguntei sobre os locais de pesca, obtive a seguinte resposta:

A gente não tem um ponto, a gente pesca na Croa Seca, Gaivota, na beira no Fundão que a gente chama. Ai a gente vai experimentando, ai onde dá melho é lá que a gente fica pescando. Experimenta na vazante se não dá, experimenta na enchente, geralmente experimenta duas vezes num ponto, na vazante e na enchente, não deu nada a gente vai procurar outro. Linha vazante não dá, linha enchente se dá a gente já vai ficar pescando na enchente naquele lugar. Quando falha a gente vai procurando assim, assim que é o esquema. (Carlinhos, 28 anos).

No caso dos pescadores jamacienses não há um local específico de cada tripulação ou mestre. Situação diferente à mencionada por Maldonado (1993), ao estudar os pescadores da costa paraibana. Muitas vezes há até pesca simultânea de vários barcos no mesmo ponto, como relata um outro pescador:

Quando o peixe tá dando, cada um, por exemplo, o senhor ancora seu barco aqui, o outro pega uma distância onde ele vê que a linha dele não vá batê na sua, ai linha pela frente, por trás, às vezes fica muito barco em fileira assim naquele período (perímetro) que tá dando, todo mundo pega quando tá dando. (...) Quando a gente vê um monte de barco assim, a gente já vai pescar lá, por que a gente sabe que tá dando alguma coisa lá, que o pessoal tá tudo naquele lugar, já é uma indicação boa (Joventino, 56 anos)

Neste caso, não se trata de um território de pesca, relacionado a uma tripulação específica, mas sim de um território envolvendo diversas comunidades de pescadores artesanais em conflito com a pesca industrial, como explicita Begossi (2004), ao estudar as áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal no litoral da Mata Atlântica e na Amazônia:

[...]podem ser consideradas ÁREAS DE PESCA o espaço aquático usado na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade. PONTOS DE PESCA, os locais específicos, ou microáreas onde é realizada a pescaria. PESQUEIROS, como pontos de pesca onde há

²⁹ Infelizmente não foi possível fazer o mapeamento dos pontos de pesca, o que exigiria a realização de várias viagens em vários períodos do ano acompanhando os pescadores “de fora”.

alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito, sendo então um território em seu sentido ecológico (BEGOSSÍ, 2004, p. 225 - 226).

No entanto, para definir cada uma dessas categorias, não se pode considerar apenas critérios ecológicos. Furtado (2002), ao estudar os traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica, menciona que: “[...]pesqueiro ou ponto de pesca estão presentes como referência dos saberes tradicionais, e como construções socioculturais mais que determinações ambientais” (FURTADO 2002, p. 8).

Assim, consideraremos estes locais como conseqüências tanto socioculturais como ecológicas, tendo em vista que estes pontos de pesca ou pesqueiros têm relação também com o movimento ou fases da maré/lua. Mesmo no *inverno*, com uma certa estabilidade do perímetro de água doce, há variação dos locais nos momentos de quebra e lançante, como é possível constatar pelas informações de um outro pescador que vivencia essa situação:

Isso depende das marés, essas marés que passaram agora de lance, o peixe dá mais no raso porque no fundo a maré corre muito, os secos são pra fora, na beira é fundo onde a gente trabalha lá (fundão) é fundo. Mais pra beira mais fundo, na beirinha do mato mesmo, saiu de cima da paia é fundo, agora pra fora é que são os seco. E nessas marés de lance, quando corre muito a gente procura pescar mais em cima dos cecos que é onde a maré corre menos e o peixe sempre vai para cima do seco. Agora quando ela *quebra* não, a gente vai procurar pescar pro mais fundo, que nos seco às vezes falha (Cosme Costa, 42 anos).

Como esses pescadores não dispõem de tecnologia para localizar os cardumes, vão experimentando nos vários pontos de pesca e/ou pesqueiros, como relata um outro pescador:

A gente sai pega isca e vai, por exemplo, lá em cima da gaivota, é um baixo assim grande que tem, ai se não tivé dando a gente já vai pra outro pesqueiro, porque tudo por aí tem os pesqueiro viu, os pontos dos peixe comere sabe, de comidia de peixe. Por exemplo, lá nessa Gaivota é um baixo que fica no fundo, aí lá é uma comidia de peixe grande mesmo, aí tem outra lá pra banda de Soure e da Vigia (Moroçoca) que é comidia de amuré, é lama lá, é muito amuré no meio da lama, ai o peixe só chega lá pra come o amure. Aí ele fica lá naquele período lá (perímetro), lá assim, uma região grande assim, ai todo mundo, todo pescadô pesca lá. Aí quando, o peixe falha lá, o peixe se afasta né, aí o pessoal vai pra outro lugar onde seja também comidia. (Francinaldo, 37 anos).

Outro aspecto que interfere nesse processo, segundo Begossi (2004), é a distância desses pontos de pesca, os quais exigem grande investimento dos

pescadores, por isso são pouco visitados e, conseqüentemente, não se constituem em territórios mais restritos. Este parece ser o caso dos pontos de pesca localizados na área de pesca ao longo da Baía do Marajó (estuário), como é possível observar na Imagem 3.

Durante a pesquisa de campo, consegui identificar nas falas dos pescadores vários pesqueiros como: Gaivota, Croa Seca, Camapu, Moroçoca, Fazendas, Areia Grande, Areinha...

Há ainda um outro elemento que dificulta ou impossibilita exercer um controle real sobre esses pontos, refiro-me à mobilidade e a diversidade dos recursos (várias espécies de peixe) devido aos efeitos da salinização da água. O grau de salinização provoca possíveis avanços e recuos de cardumes ora rio acima, ora rio abaixo, acompanhado a movimentação da água salgada, da água salobra ou da água doce, de acordo com a preferência de cada espécie.

Este fenômeno, segundo Leitão (1997), imprime um circuito de locais de pesca, ao qual chamou de *circuito sazonal da pesca*, que no caso dos pescadores jamacienses vai, por um lado, da Ilha de Cotijuba até Soure na Ilha do Marajó e, por outro, até o Município de São Caetano de Odivelas, como informa um experiente pescador do local, de 44 anos:

No verão o peixe vem subindo, mas fica dando peixe por lá, porque ta mais pra lá né, lá pra baixo pra banda de Soure, Quiririm, ai a maré vem salgando e o peixe vem vindo embora também. (...) Quando o peixe vem subindo, a gente vem vindo embora também, porque fica mais fácil, fica mais perto, ai agora na força do inverno mesmo tem vez que ele vai embora que a gente encontra pra banda do Quiririm (confronte Vigia, abaixo de soure, quase na ponta fina, no Marajó) [...] Às vezes o peixe vem mais pelo lado de lá, mas as vezes vem pelo lado daqui também, o lado daqui é abeirando Colares, São Caetano de Odivelas, aqui Mosqueiro, é nesse período (perímetro) aí que a gente trabalha mais, aqui na costa de Cotijuba. (Dário, 44 anos).

As referências terrestres mencionadas pelo pescador podem ser visualizadas na Imagem 3. Mas, é importante observar no relato do pescador, que seus movimentos espaciais não estão, necessariamente, relacionados a migração de espécies, haja visto que o peixe continue ocorrendo (*dando* na linguagem dos pescadores) nos mesmos lugares. O fato é que quanto mais pra *beira* ou *cima* a

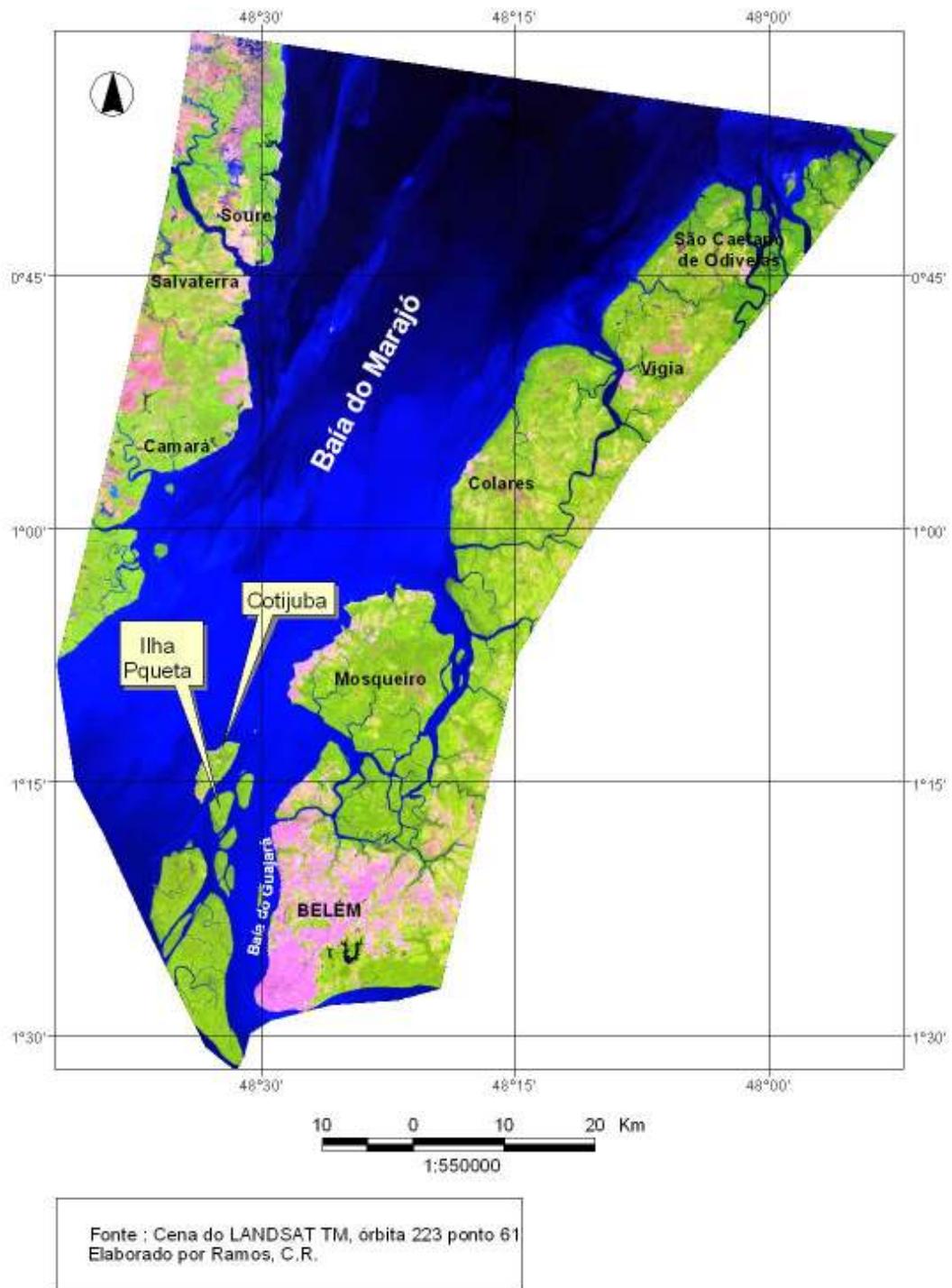


Imagem 3 – Área de pesca freqüentada pelos pescadores “de fora”

pescaria se torna menos arriscada, menos difícil e menos dispendiosa, como complementa um outro pescador:

[...] Quando é aqui perto a gente vai e vem embora todo dia, porque já fica perto da casa, em vez da gente ir pra longe. Quando o peixe chega pra cá, ele já chega comendo arapaia, já é o peixe do salgado, aí a gente já não tem dificuldade de pegar a isca (o amuré), por exemplo, se a gente sair daqui seis horas, umas oito horas agente já tá com a isca, porque arapaia dá muito. (Carlinhos, 28 anos).

Num certo sentido, pode-se dizer que a utilização dos pontos de pesca está relacionada a uma avaliação do grau de dificuldades enfrentadas para a realização da atividade. No início do ano de 2006, quando já estavam pescando *lá pra baixo*, já era inverno para os mesmos, conversei com dois pescadores que, no dia seguinte, iam pescar próximo de Cotijuba, no ponto de pesca Areinha, local que pescam no *verão*. No verão essa pesca perdura até o momento em que a produção do açaí oferece condições de comercialização, alguns param de realizar essa pescaria, outro continuam, mas visando basicamente o autoconsumo.

A existência do *circuito sazonal da pesca* também está relacionada à capacidade da embarcação para enfrentar as condições ecológicas, como relata um outro experiente pescador:

O peixe vai baixando a gente vai atrás dele, agora ele vem subindo, a gente vem acompanhando. Pra lá tem muito vento, no inverno chove aí diminui o vento, aí a gente vai pra lá. Alguns que tem canoa boa e grande continuam por lá, a gente vai contra maré e vento, se a madeira não tiver boa alaga (Joventino, 56 anos).

O pescador quando diz *agora* está se referindo ao mês de junho, início do *verão*. E quando fala em *embarcação boa* está se referindo à resistência da madeira e das condições de calafetagem (sem frestas).

Enfim, a construção ou utilização dos pontos de pesca e/ou pesqueiros (território) e a existência de um possível *circuito sazonal* não estão relacionadas apenas a uma determinação ecológica, como a formação dos sedimentos, que os pescadores jamacienses chamam de *secos ou baixo*, mas também, a uma série de questões, como: a trajetória de migração dos cardumes ou espécies, devido a salinização; fatores socioculturais como a combinação com outras atividades (produção de açaí, pesca de camarão...); a tecnologia utilizada; as condições das

embarcações que remetem a uma limitação sócio-econômica, mas também cultural no sentido de uma lógica em que a produção visa atender as necessidades básicas à reprodução e não à acumulação.

4.2.3.4 Pesca de rede

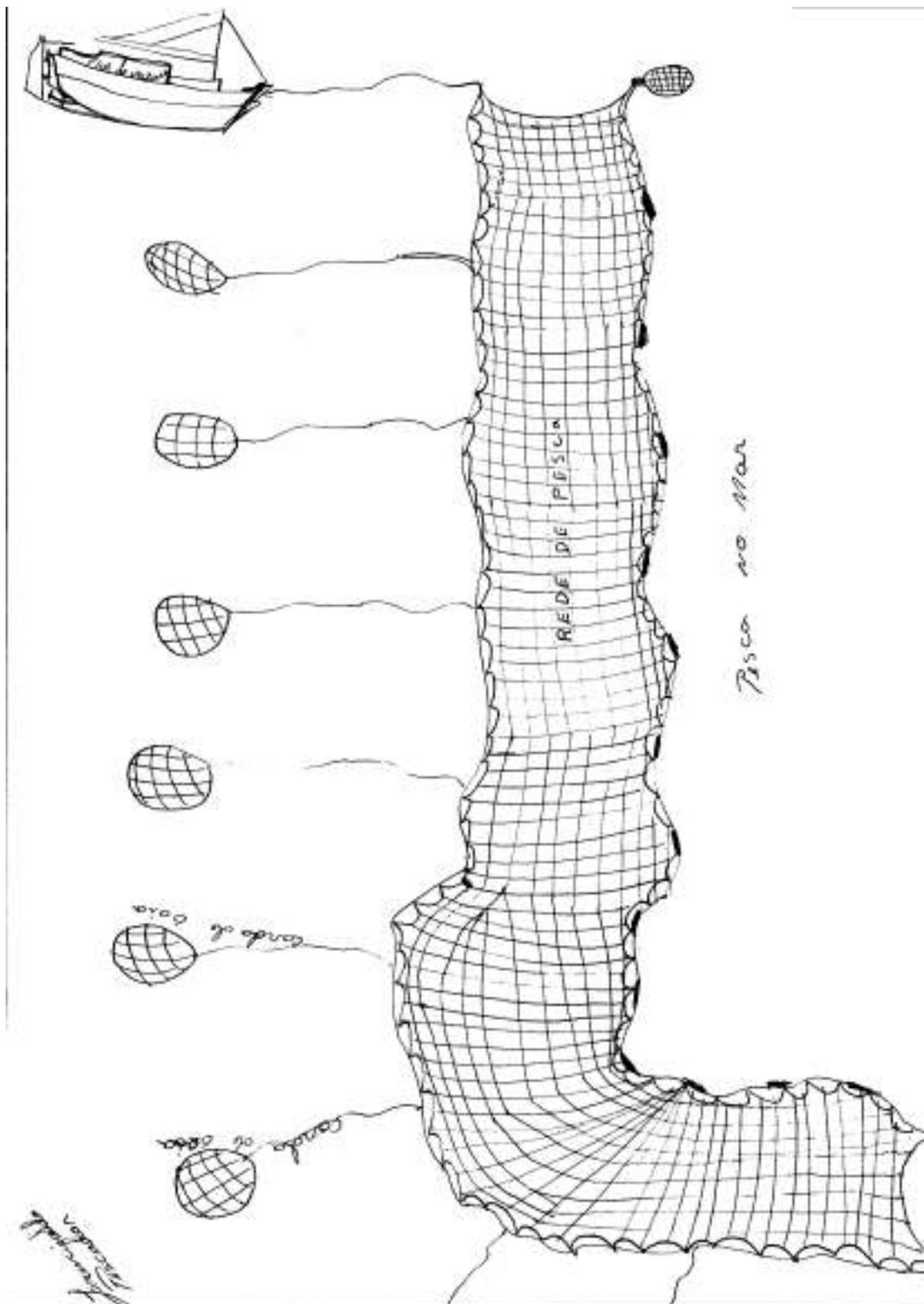
A pesca de rede (de fora) é pouco realizada pelos moradores do Jamaci. Este fato se deve a certas dificuldades na confecção, manuseio, manutenção e custos. Há uma tradição na pesca com espinhel, com a qual estão habituados. Uns dizem que a pesca de rede sai mais caro, outros dizem que a rede ocupa muito espaço na embarcação, pois é muito volumosa, diferente do espinhel que você divide os seios, arruma os anzóis no barrote/empatador, arruma a linha em pequenos círculos de forma a otimizar o espaço.

Três irmãos, descendentes da família A, que têm prática em trabalhar com rede. Eles compram o pano³⁰, *entram* as cordas, colocam chumbada e bóia nessas cordas ou arrumam como se fossem anexadas, somente nos momentos da pescaria, como se vê no Desenho 4.

O material da rede mais comum é o nylon, mas há também no local uma rede de fio, de um dos três pescadores mencionados. O tamanho, no sentido de comprimento, pode variar, mas existe uma metragem mínima, senão é perda de tempo e material, como esclarece um experiente pescador, que atualmente não pesca com esse instrumento: *“Pra pescá pra fora tem que sê no mínimo 600 a 700 metros, porque com uma rede pequena, o que você vai fazer lá fora? Tem que sê uma rede bem longa pra podê pescá, né?”* (Dário, 45 anos).

Na família C há um descendente que também trabalha com essa técnica. No Jamaci, ocorre uma espécie de parceria, análoga à situação analisada por Loureiro (1985) no município de Vigia-PA, onde relata a existência de pescadores ou *parceiros* que *emendam* ou juntam as redes para pescar. O referido pescador jamaciense possui 250 metros de rede, tamanho considerado

³⁰ Um pano de rede tem geralmente cem metros de comprimento e três metros de altura. Mas, segundo os pescadores, esse comprimento diminui quando se prepara a rede propriamente dita, ao *entram* as cordas, uma na extremidade superior, onde são amarradas as cordas de bóia, e a outra na extremidade inferior com a chumbada.



Fonte: Francinaldo Baia, 2005

Desenho 4 - Representação da pesca “de fora” utilizando a rede

pequeno/insuficiente para a *pesca de fora*, e para pescar ele pode *entremear*, como dizem localmente, ou seja, emendar a rede com outra (s), de outro (s) pescador (s). Ou então, só empresta sem participar da pescaria e recebe uma parte da produção.

4.2.3.5 Acondicionamento da pesca de fora

O bote ou canoa deve estar equipado com uma caixa *conservadeira* com capacidade para uns 200 a 300 quilos de peixe, na qual estão armazenados os sacos plásticos com gelo. Depois de pegar os primeiros peixes, tira-se o bucho (vísceras), coloca-se uma camada de aproximadamente 5cm de gelo no fundo da conservadeira, com um pouco de sal para o gelo não se desfazer muito rápido, aí vai colocando peixe até atingir uma camada de mais ou menos 30cm, depois coloca-se outra camada de gelo e sal e assim vai.

Essa caixa/*conservadeira* às vezes se torna pequena no caso de uma boa pescaria, porque tem que comportar o peixe e o gelo que ainda não foi utilizado, como explicita um pescador praticante dessa atividade:

Quando a gente pega bem peixe, quando enche assim o prosdócimo e a gente vê que não vai cabê, por que bota o peixe e tem que botá o gelo né, dentro do prósdócimo, aí a gente vem pra beira, vende a metade ou então vende tudo e sai de novo, porque não adianta ficar lá só pra estragar, é assim que é o sistema (Carlinhos, 28 anos).

4.2.3.6 Comercialização da pesca de fora

A comercialização do produto da pesca de fora está relacionada ao local do circuito onde a atividade está sendo realizada, uma situação análoga à analisada por Leitão (1997), ao analisar a atividade pesqueira na Ilha do Capim. Veja partes da entrevista realizada com o pescador, Francinaldo 37 anos, envolvido nessa atividade:

A gente traz o peixe no gelo, aí tira aqui em Icoaraci, tira no Mosqueiro, aí tira na Vigia quando a gente tá pescando pra lá que fica mais perto né, que as vezes a gente pega 4,5 dias, aí o peixe tá com pouca congelação, aí a gente tem que correr pra onde seja mais perto. Se a gente tiver pra parte de lá, aí a gente corre pra lá pra Vigia, aí se tiver aqui perto do Cajueiro, no Mosqueiro, a gente tira no Mosqueiro, se a gente tiver aqui, ó como a gente temo trabalhando agora pra cá, a gente corre pra cá pra Icoaraci [...]

Com recursos limitados para a conservação e devido ao fato de ser um produto perecível, o pescador precisa vender o pescado o mais rápido possível

nos pontos de comercialização mais próximos dos locais que estão realizando a atividade.

Quando perguntei para quem vocês vendem esse peixe, se já tem um comprador certo, o pescador respondeu:

Já, já tem o marreteiro, que a gente chama de atravessadô, é o que ganha mais que o pescadô [...] Por exemplo, agora nesse período que a dourada tá, nós temo vendendo a quatro e cinqüenta a dourada graúda e três reais a dourada miúda (de 3kg pra baixo passa por miúda) quer dizer, de R\$ 4,50 já é dourada de 4kg pra frente, que eles pagam mais caro. A gente tira o peixe pra ele, ai ele pesa e depois vem prestar conta com a gente. Ai aquele peixe, ele não pega no peixe, ele entrega pros talhistas lá dentro do mercado (mercado municipal de Icoaraci), ai os talhistas que vão fazer a parte deles pra lá, aí quando for de tarde ele vem pra prestar conta com os talhistas [...].

Em que hora ele paga vocês?

[...] Ele paga assim que desembarca, depois ele se acerta já pra lá (Francinaldo, 37 anos).

Esta é uma das situações, mas há o caso de uma equipe (barco de espinhel ou rede) que tem um *patrão* que *avia* as despesas para a viagem ou mesmo dinheiro para comprar material necessário à confecção do espinhel. Aí, vão trabalhar pra pagar essas dívidas, se a primeira pescaria for boa (se pescarem bastante peixe) pagam logo, se não, pagam durante a segunda e a terceira, no máximo. Neste caso, não se trata de formas de aviamento em que se constroem laços de dependência por causa de dívidas, como se encontra na literatura sobre sistema de aviamento na Amazônia, Wagley (1977); Weinstein (1993); ou mesmo formas mais brandas, como a estudada por Soares (2000), na vila de Apeú Salvador, no município de Viseu, na qual são enfatizadas as relações de reciprocidade. Pois no caso jamaciense trata-se de uma relação bastante esporádica, geralmente no início da realização desta atividade.

O caso dos pescadores jamacienses também é diferente da situação criticada por Breton e Estrada (1989), ao analisarem o desenvolvimento da pesca no México:

En la literatura antropológica hay buenos ejemplos de grupos de pescadores aparentemente independientes porque controlan su proceso de trabajo inmediato, pero que en realidad constituyen una mano de obra cautiva, fuertemente endeudada desde antes que dé principio la estación

de la pesca, y que debe entregar sus productos al mismo individuo sin ningún poder de negociación (BRETON e ESTRADA, 1989, p. 73).

Ao dizer que os jamacienses não são dependentes de um patrão ou do mercado, também não devo, todavia, concebê-los como independentes. É mais apropriado falar em autonomia relativa, tendo em vista a relação com o marreteiro - que é uma pessoa fixa, no caso de a comercialização ser realizada em Icoaraci, com o qual se estabelece uma espécie de contrato oral (não escrito), por facilitar a comercialização, segundo a concepção bastante ilustrativa de um dos pescadores:

Esses marreteiros são conhecidos só, freguês, freguês antigo já, conhecido já de muito tempo (...). só pra chegar e tirá, ninguém se preocupa assim de tê muito (peixe) ou tê pouco não, chega, descarrega e pronto, lava o barco já contando de pegá o dinheiro. (Francinaldo, 38 anos).

A relação com o marreteiro evita a preocupação com a possibilidade de não encontrar comprador para o produto, ou seja, de chegar a Icoaraci e ainda ter que procurar comprador, correndo o risco de perder a produção devido ao fato de ser bastante perecível. Mas isso não significa entregar toda produção a qualquer preço, como muitas vezes ocorre em locais distantes dos centros consumidores. Vendem por um preço razoável, como eles próprios dizem, *é o preço da praça*.

No início de Janeiro de 2006, numa das últimas visitas da pesquisa de campo, os pescadores estavam vendendo a dourada graúda (de 4kg em diante) por R\$ 4,50 o quilo e a miúda (de 3kg para baixo) por R\$ 3,50. O quadro, a seguir, ajuda a visualizar os resultados de uma boa pescaria de espinhel realizada por uma equipe de três pescadores (tripulação) jamacienses e os preços pagos pelo marreteiro por espécie, tamanho e/ou peso respectivos, conforme se vê no Quadro 6:

ESPÉCIE	TAMANHO	PESO(Kg)	PREÇO (Kg)
Dourada	Graúda	180	R\$ 4,50
Dourada	Miúda	50	R\$ 3,00
Bagre	Graúdo	40	R\$ 1,50
Piramutaba/piaba	Graúda/miúda	30	R\$ 2,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Quadro 6 - Resultado de uma boa pescaria jamaciense realizada em 2006.

Há ainda uma situação específica dos peixes que não são vendidos por peso. Do conteúdo de uma caixa térmica (isopor), com aproximadamente 40 quilos de bandeirado e cangatá, considerados pelos pescadores como “*peixe miúdo*”, que vieram em separado. Geralmente se faz o “*bolo* ou *bolada*”, ou seja, pede-se um preço incluindo todo esse peixe. Nesse mesmo período (janeiro de 2006) o preço do quilo da dourada graúda no Mercado Municipal de Icoaraci estava custando R\$ 6,00. Só para se ter uma idéia da relação entre o preço pago pelo marreteiro ao pescador e o preço para o consumidor final.

4.2.3.7 Conhecimento e hierarquia

No caso do Jamaci a denominação “*bote*” é utilizada no sentido de diferenciar da “*canoa*”, a qual possui a frente mais larga; enquanto o bote tem a frente afilada. Diferentemente de Maldonado (1993), que se refere ao *bote* como instituição, no sentido de espaço de relações sociais.

A formação das tripulações dos botes e canoas jamacienses não segue o mesmo rigor dos *botes* paraibanos, no sentido do cuidado com a estabilidade das tripulações (Maldonado, 1993), possivelmente por se tratar de ambientes diferentes. Entre os pescadores de Jamaci, há uma certa mobilidade nessa composição. Possivelmente este comportamento está relacionado ao fato de que os *pesqueiros* são coletivos, ou seja, não há necessidade de guardar *segredo*. Assim, como é comum pescadores jamacienses participarem de tripulações de *botes/canoas* de outras ilhas, como da Ilha Nova, Cotijuba e Jutuba. Esta

participação está relacionada a uma rede de relações de parentesco existentes nessas ilhas.

Na literatura sobre pesca é notório o destaque dado à figura do *mestre* e/ou *encarregado*. Chama-se mestre ao pescador mais experiente, ao qual cabem várias atribuições. Segundo Maldonado (1993), que estudou essa prática entre os pescadores paraibanos,

Ao mestre cabe organizar a pescaria, desde as condições do instrumental cuja avaliação é responsabilidade sua, até a decisão de onde e quando pescar. Espera-se dele também que localize os cardumes e seja capaz de articular a presença com a chegada de seu bote no ponto certo, de modo a manter pelo tempo mais longo possível aquele território, aquele “pesqueiro” (Maldonado, 1993, p. 74).

Mas, durante a pesquisa de campo no Jamaci, percebi que não era tão marcante essa diferenciação. Com todos que conversei, tanto os mais jovens, entre vinte e trinta anos, como os mais velhos, acima de trinta anos, demonstraram em suas falas ter pleno conhecimento da atividade, de todo o processo, dos pontos de pesca, do circuito sazonal, da mudança do *tipo* de isca, das *referências* ou “*marcos*” terrestres... Então fiquei questionando a existência dessa categoria, relacionada a uma construção simbólica que atribui aos *mestres* capacidades extraordinárias, mas não é privilégio de nenhuma categoria social específica, no entanto aparecem enquanto tal na retórica e nas práticas sociais pesqueiras (Maldonado, 1993).

Esse aspecto simbólico de diferenciação tende a diminuir, no momento em que os pescadores se reconhecem como detentores dos mesmos conhecimentos práticos. Da mesma maneira a hierarquização é relativizada, como relata o pescador Carlinhos, de 28 anos, que participa tanto da pesca *artesanal* (durante o inverno) como da pesca *industrial*, durante parte do período do *verão*, possivelmente pelo fato de não ter açaiçal para tirar açáí:

Nesses botes que a gente vai daqui, não tem mestre, a gente pede opinião pra um, aí o que a gente acha que é melhor, os três concorda aí isso a gente faz. Não é igual a esses barcos (pesca industrial) que a gente tá vendo que não dá, por exemplo, muito barquinho redando aqui, a gente tava vendo que não dava pra arriá a rede, mas ele (o mestre) mandava a gente arriá a rede, passava uns dez minuto era rede pra todo lado, não tinha como passá, quando a gente não puxava batia na rede dos cara, por isso que dava confusão (Carlinhos, 28 anos).

Quando o pescador diz “*nesses botes que a gente vai daqui*”, está se referindo às pequenas embarcações jamacienses. Trata-se de uma pescaria pequena (200 a 300 quilos no máximo) em que a produção e os riscos são compartilhados entre a tripulação. É diferente de outros “*barcos*” com capacidade maior ou das “*barcas*” de pesca *industrial*. Neste caso, trata-se da pesca de grande produção, com capacidade para cinco toneladas em diante visando lucros elevados, das quais alguns pescadores participam na condição de contratados. Nesse tipo de pesca é imprescindível a presença, não necessariamente do *mestre*, mas do *encarregado*, enquanto gerente, administrador da produção e responsável pelos meios de produção. Não mais revestido de aspecto simbólico, e sim orientado por uma racionalidade econômica amplamente submetida aos interesses do mercado.

4.2.3.8 Repartição entre os pescadores “*de fora*”

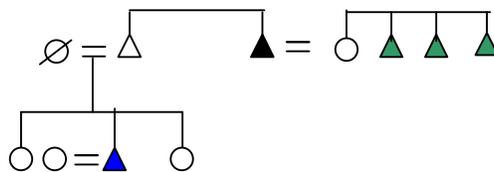
A diferença entre a lógica da pesca comercial de larga escala (acima de cinco toneladas) e a lógica da pequena pesca realizada por vários ribeirinhos influencia diretamente na repartição.

No Jamaci, nem todos os que pescam para fora possuem embarcação, que é o instrumento mais importante. No entanto, a divisão é mais ou menos equitativa. Há várias situações em relação aos dois botes e às duas canoas que pescam “*pra fora*”: um dos botes pertence a um pai, representado pelo triângulo preto, e ao filho, representado pelo triângulo azul, que geralmente vão pescar; o terceiro integrante é o genro, representado pelo triângulo verde. Um vizinho, que mora sozinho tomando conta de um terreno e aparece isoladamente no esquema, é o quarto possível integrante da tripulação. Há ainda um outro vizinho que aparece com mulher e filhos no esquema destacado com a cor vermelha, que pode ser recrutado em alguns casos. Os dois últimos possíveis integrantes não têm vínculo de parentesco com os proprietários. Cada tripulação é formada por três pescadores, neste caso os dois primeiros são praticamente fixos e entre os três últimos ocorre uma espécie de rodízio, quando um não pode ir o outro vai. Pois em determinados momentos preferem se dedicar à pesca de matapi ou à outra atividade. Esse é o *bote* que mais sai para pescar, porque seus proprietários não pescam de matapi e, dificilmente, pescam na beira. A repartição é feita em

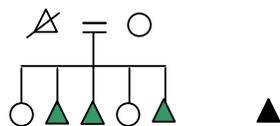
três partes iguais, após descontar as despesas, mesmo a embarcação e o espinhel sendo do pai e do filho.



O proprietário do outro bote, representado abaixo pelo triângulo preto, geralmente não vai pescar porque quando perde sono fica com intensa dor de cabeça. Mas disponibiliza o bote e o espinhel para os cunhados, representados pelos triângulos verdes e para o sobrinho representado pelo triângulo azul, que pescam com outros. Quando o proprietário vai pescar fica com 40% do faturamento, 30% referente à parte dele e 10% do *bote*, após descontar as despesas, e os outros dois ficam com 30% cada. Quando o proprietário não vai pescar, a divisão é feita em quatro partes iguais, após descontar as despesas.

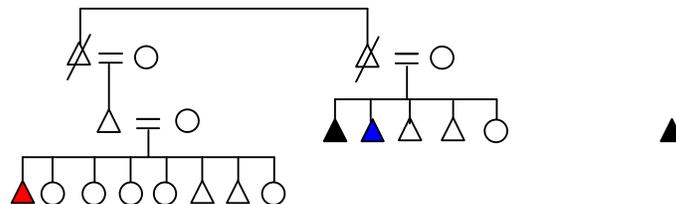


Uma das canoas é propriedade (herança) dos três irmãos (cunhados do proprietário anterior), representados pelos triângulos verdes, dos quais um só pesca de rede, os outros dois pescam de rede e/ou espinhel. Algumas vezes vão só dois destes ou então dois e outro parceiro representado isoladamente no esquema, podendo ou não ter vínculo de parentesco com os proprietários. Em ambos os casos o procedimento na divisão é o mesmo: descontadas as despesas, divide-se o faturamento em partes iguais.



A outra canoa é propriedade de um pescador solteiro, representado no esquema abaixo pelo triângulo preto, que geralmente pesca com o irmão,

representado pelo triângulo azul, e o sobrinho/primo, representado pelo triângulo vermelho. Algumas vezes vão só dois destes, outras vezes vão dois e mais outro parceiro, representado isoladamente no esquema, que pode ou não ter vínculo de parentesco com os demais. Esta é uma situação similar à do segundo bote, no sentido da ida ou não do proprietário. Sendo que no caso de irem só o irmão e o sobrinho, o faturamento é dividido em três partes iguais: entre estes dois e o proprietário. Algumas vezes o irmão do proprietário *intera* (emenda) sua rede com a rede do outro parceiro e vão pescar. No caso do espinhel, geralmente é emendado (do proprietário e dos parceiros).



A organização social da pesca jamaciense é muito diferente da lógica organizacional da situação analisada por Loureiro (1995), na qual a produção é, primeiramente, dividida em duas partes iguais, entre o dono dos meios de produção e os donos da força de trabalho, sendo que o desconto das despesas antecede esse momento. Além disso, a propriedade do instrumento (espinhel ou rede), no caso do Jamaci, não influencia na repartição, possivelmente porque se trata de uma pequena produção permeada pelas relações de parentesco e pela reciprocidade em relação aos que não são parentes, mas compartilham os valores locais no sentido da não exploração do trabalho alheio.

Em relação a esse aspecto também se diferencia da lógica organizacional da ilha do Capim (Abaetetuba) analisada por Leitão (1997), na qual:

Os donos das redes recebem o pagamento diretamente proporcional ao que foi capturado com sua rede. Cada um sabe exatamente onde começam e onde acabam seus panos, e identificam sua produção seja marcando o seu pescado com um corte na cabeça, na cauda ou retirando um olho, seja pesando o pescado antes de acondicioná-lo na caixa de gelo (Leitão 1997, p. 122).

Outro aspecto interessante está relacionado à reforma e/ou manutenção da embarcação e dos apetrechos de pesca, que é responsabilidade de cada

proprietário, diferente da lógica vigiense (Loureiro 1995), na qual são os pescadores que realizam essa tarefa, sem receber remuneração por parte dos proprietários.

O que há de similitude entre a organização social da pesca na Ilha do Capim, estudada por Leitão (1997), e na jamaciense são as relações de parentesco entre os membros da tripulação. Há até mesmo o caso de membros que participam de várias tripulações. Isso se deve ao fato de que, nem sempre ou raramente, saem nos mesmos dias ou períodos. Por ocasião de uma das últimas visitas ao campo (no início de fevereiro de 2006), um bote e uma canoa estavam em reforma e a outra canoa, que tinha acabado de ser *jogada*, empurrada para a água, também estava em manutenção. Algumas vezes fica só o bote dos proprietários (pai e filho) que não pescam camarão.

4.3 CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

A prática de criar pequenos animais, como galinha, pato e porco, é muito comum e importante para os moradores de Várzea, porque complementam o sistema de reprodução, tanto na dieta, quanto na renda dessas famílias.

4.3.1 GALINHAS

A criação desta ave é realizada pela maioria das unidades domésticas. Esses animais vivem soltos ao redor das casas e se alimentam basicamente de restos de comida, ração e milho. A pequena quantidade está relacionada ao fato de que não cultivam o milho e não produzem a ração, cuja aquisição ou compra oneram muito essa prática. Além das dificuldades durante o *inverno*, período em que a água invade os terreiros/quintais e, como diz a Sra. Nazaré Baía, de 56 anos, “*com a água a galinha é muito milindrosa*”. Os cuidados com esses animais geralmente são de responsabilidade das mulheres. O destino é o consumo doméstico, e só muito raramente são comercializados.

4.3.2 PATOS

Há um ressentimento em relação à criação de patos, revelando a repercussão bastante negativa de um projeto financiado pela SECOM (Secretaria Municipal de Economia) através do departamento rural, devido à adequação do pato ao ambiente local, à assistência técnica e principalmente à dificuldade no

momento da comercialização, como relata o Sr. Ronaldo Costa, um dos moradores mais envolvidos nesse projeto:

Eles procuraram a gente aqui no primeiro mandato do Edmilson né (prefeito Edmilson Rodrigues do Partido dos Trabalhadores, de 1997 a 2000), no segundo ano de mandato, já com o projeto pronto [...] quem quisesse aceitar o projeto, tanto faz manejo de açai, como de pato né, criação. Aí daqui seis aceitaram o do pato, aí veio. Deu uma boa produção, só não tivemos sorte por causa do mercado que não teve ou era dificultoso pra nós. Não tinha um mercado aberto, pra gente criá e repassá direto pro mercado né? Aí por causa disso teve umas perda aí. Eu pelo meno perdi bastante pato [...] com o tempo dava uma cólera neles, aí eles morria, nos meu mesmo deu e acabou, morreu tudinho (Ronaldo Costa, 45 anos).

Esses projetos, muitas vezes, são pensados e elaborados sem a participação dos possíveis beneficiários e sem uma visão mais ampla de todo o processo da cadeia produtiva e da perspectivas dos moradores locais, sua lógica de organização e outros aspectos que este tipo de política envolve. Esses patos eram criados presos em pequenas construções de madeira, os chamados *pateiros* e eram alimentados com ração.

Atualmente, 90% das unidades domésticas ainda criam patos, porém uma quantidade menor, em média sete por unidade doméstica, e vivem soltos. Seu ambiente preferido é a água, mariscam no igarapé e às vezes vão para longe da casa, para a “*foz do igarapé e costa da ilha*” e nem sempre voltam.

Os patos, assim como as galinhas, também se alimentam com resto de comida e milho. É muito comum a reclamação de desaparecimento de pato, e alguns até manifestam a intenção de parar a criação. Na época desse projeto a responsabilidade pelos cuidados com os animais, que eram criados presos, era basicamente dos homens e atualmente é das mulheres. A produção atual é destinada ao autoconsumo e, principalmente, à comercialização, que ocorre com mais intensidade quando se aproxima a data de realização do Círio de Nazaré, no mês de Outubro, momento em que há uma grande procura, devido ao consumo de uma comida típico regional, o *pato no tucupi*, tradicional prato da culinária paraense. Nesse período, no ano de 2005, o “*patarrão*” (pato macho adulto) foi vendido pelo valor de até R\$ 30,00 em Icoaraci.

4.3.3 PORCOS

Essa atividade é bastante antiga entre os ribeirinhos e muito importante na geração de renda. Hiraoka e Rodrigues (1997), que estudaram essa prática entre os ribeirinhos do estuário amazônico relatam que:

A data de introdução é incerta, mas os suínos foram introduzidos provavelmente durante o período colonial juntamente com as aves domésticas. Os porcos da várzea, localmente chamados de “pé-duro” são animais mestiços, resultado do cruzamento de várias raças. Em comparação as raças especializadas, o pé-duro é um animal pequeno de menos de 60 kg, mas extremamente bem adaptado ao ambiente aquático da mata da várzea. A pequena carcaça e as pernas fortes possibilitam esses angulados a perambular livremente nas terras barrentas e pantanosas, e andar através da densa rede de igarapés (HIRAOKA e RODRIGUES, 1997, p.87).

Esta prática já foi muito mais ampla de que é atualmente entre os moradores do Jamaci. A Sra. Nazaré Baía, de 56 anos, que nasceu e continua morando no local, conta que já chegaram a criar lote de quarenta porcos e que com a renda dessa atividade foi possível comprar duas embarcações.

Um outro morador, o Sr. Alexandre, conta que antes:

Todo mundo criava porco, eu tinha um lote de trinta e cinco, aí sumiu uma bácura, eu pesquisei tudo e fui na delegacia lá em Cutijuba, arrumei uma testemunha, aí os cara foro chamado e dissero qui ia paga, mas não pagaro. Depois acabei, vendi tudinho”. (Alexandre, 44 anos).

O desaparecimento de porcos é uma situação comum entre os jamacienses. Porque os porcos, assim como os patos, são criados soltos e a área de forrageio desses animais é muito grande. E, diferentemente dos donos, eles não reconhecem as fronteiras entre as propriedades, como relata um outro morador: “*Eles [os porcos] iam pro mato dos outros que tinha taperebá, murumuru, ucucurí, ingá... e eles matavo, aí nós paramo de criá*” (Marcio, 26 anos).

Segundo Hiraoka e Rodrigues (1997), os porcos também se alimentam da semente de seringa, do jenipapo do miriti, da fruta do jupati e de outras árvores que oferecem frutas e sementes durante distintos períodos do ano.

Quando os animais são adquiridos por meio de compra, são colocados no chiqueiro, por um tempo, para se acostumarem com o dono e com o local, pois do contrário, “*vão embora e não vorto mas*”. Porém, depois são soltos. Em algumas unidades domésticas a dieta dos suínos é complementada por farelo e ração,

uma estratégia para atrair os porcos de volta. Muito comum também é dar aos porcos a *lavagem* do caroço e a borra do açai depois de beneficiar o produto para o autoconsumo, mecanismos usados para que os porcos voltem do mato, numa situação análoga à estudada por Hiraoka e Rodrigues (1997).

É interessante o aspecto de mudança ética nas relações de vizinhança, numa breve comparação entre o *tempo dos antigos* e atualmente.

O Sr. Alexandre, morador local, contou-me a história de um lote de porco que “*arribô*” (foi embora), por causa da cheia durante o inverno. No outro ano seu avô foi comprar uma canoa lá para a costa (outro lado da ilha) e conversando por lá o proprietário da residência comentou que haviam *varado* (aparecido) uns porcos por lá. Quando o avô viu os animais, identificou-os como seus. Já fazia mais de ano, e a porca que fugiu *buchuda* (coberta/grávida) já *tinha netos*. Então fizeram um chiqueiro de açazeiro, prenderam os porcos e dividiram a produção.

Aí eu perguntei e hoje?

Agora, se o porco sai de manhã pro *mato*, si não vorta de tarde, pode contá que já mataro, o pessoal mata. O cara compra ração, compra farelo, faz chiqueiro, faz tudo mais num adianta (Alexandre, 43 anos).

Atualmente os jamacienses criam poucos porcos. Apenas um morador possui mais de dez cabeças. Mas a média entre os criadores é de cinco animais por unidade doméstica; das dezessete unidades domésticas, onze realizam a criação.

Há várias denominações para esses animais que são classificados como: *porcas*: fêmeas que já estão reproduzindo; “*bácuras*”: são as fêmeas que ainda não estão reproduzindo; “*barrão ou barrascos*”: são os machos “*inteiros*”, ou seja, não castrados utilizados para a reprodução; e *capados*: são os machos castrados. O “*barrasco catinga*” é muito mal cheiroso e não engorda porque anda muito atrás de porca para cruzar, por isso se mantém apenas um, e por algum tempo, por unidade doméstica. É preferível capar³¹ (castrar) porque capado cresce mais e engorda, aumentando a possibilidade de renda. Segundo o morador Eno (mais conhecido por Rasquete), de 33 anos, atualmente o maior criador local, o porco deve ser capado (castrado) quando é pequeno e depois de capado, se chegar a

um ano, pesa uns 60 quilos. Uma estratégia utilizada por alguns criadores, como informa o morador Ailton, de 23 anos, que também desenvolve a atividade, é prender de dia em chiqueiros, principalmente as *porcas* que andam mais, e soltar à noite; os *capados* e as *bácuras* geralmente ficam soltos durante o dia, porque sem as porcas não vão para longe da casa, ou seja, ficam dentro dos limites do território jamaciense. Pois o problema de desaparecimento desses animais não é no interior da comunidade, mas sim quando ultrapassam esses limites.

A comercialização desses animais pode se dar de duas formas: vivo, ou como dizem localmente, “*em pé*”, geralmente em Icoaraci, ou em outro local, da ilha e de outras ilhas (no início de 2006 um morador local vendeu um casal, um barrão e uma bácura, de aproximadamente treze quilos cada por R\$ 50,00, para o atual companheiro de sua sogra que mora na ilha Arapiranga); ou morto, cuja venda por quilos acontece no próprio local e em Cotijuba. No início de 2006, o quilo da carne desse animal era vendido por R\$ 6,00.

Não há dúvida de que essa atividade se constitui em importante fonte de renda para os jamacienses, mas há de se considerar os resultados do estudo de Hiraoka e Rodrigues (1997), segundo os quais essa atividade deixa muito a desejar em termos ecológicos.

4.4 A CAÇA

A caçada foi uma atividade muito realizada pelos moradores. Atualmente não se organizam para essa atividade, mas ocorre ainda sempre que aparece ou encontram certos animais existentes na ilha, quando estão realizando outras atividades como: tirando açaí, andando atrás de porco, extraindo folha de guarumã para fazer poqueca, cortando braço de jupati para fazer matapi, etc.

É relativamente comum nesses momentos, a captura de mucura, possivelmente pela maior capacidade de se reproduzir e pelo fato de ser um animal de hábitos noturnos. Durante o dia “*fica besta*”, podendo ser capturada à mão nas copas das árvores ou em buracos nos troncos das mesmas. Como deixam a calda de fora, são capturadas com facilidade e colocadas de cabeça para baixo, estratégia que impede a mesma de se movimentar durante a descida

³¹ Capar (castrar) consiste em cortar um lado da bolsa escrotal, retirar os testículos do animal e

até o chão. Quando tem mais de uma pessoa, o animal é jogado de cima e a pessoa que se encontra em baixo agarra e amarra.

A preguiça é “*achada*” (encontrada) nas árvores e, dependendo do local onde se encontra, pode ser derrubada com uma vara que tenha “*forquilha*” (bifurcação), no caso de difícil acesso, ou ser capturada à mão, caso esteja acessível.

A mucura é preparada, como alimento, de duas maneiras: uns “*discoiram*” (tiram o coró), e outros “*pelam*” (tiram o pêlo) com água quente. Depois consomem, cozida, assada, guisada e/ou moqueada. A preguiça também pode ser, “*discoirada*” ou “*pelada*”, e depois cozida para ser consumida.

O tatu é encontrado pelos cachorros em buracos; depois de localizados, os homens cavam e matam com pau ou terçado/facão, dificilmente usam espingarda. Uma moradora diz que os filhos e genro têm visto “*rasto de paca*”, mas não têm sorte de matar. O tatu é tratado e cozido para ser consumido.

O pato do mato é caçado com espingarda durante o dia, nas margens do igarapé Jamaci, por ocasião ou não da pesca de matapi. É preparado e consumido da mesma forma que o pato doméstico. Apenas três moradores possuem espingarda.

O jacaré coroa geralmente se abriga nos troncos ocos (furados) de árvores que viram ou são derrubados, e quando encontrados são mortos a pauladas ou a terçadas. Para ser consumido é tratado e cozido ou guisado.

5 DANÇA NOS TEMPOS: REPRODUÇÃO SOCIAL ENTRE REFERÊNCIAS ESPAÇO-TEMPORAIS DIFERENTES

Muitos trabalhos que procuraram analisar a situação de pequenos agrupamentos foram realizados a partir de orientações evolucionistas, funcionalistas ou estruturalistas, conforme advertem Balandier (1969) e Clastres (1990), fortemente marcadas pela perspectiva de um movimento de fora pra dentro, de tendência homogeneizante, sem espaço para o diferente, para a diversidade, para o hibridismo.

O exercício que fiz com o presente trabalho pretendeu ir em sentido contrário, procurando superar a idéia que concebe a situação do segmento social estudado como simples efeito ou reflexo da penetração do capitalismo no meio rural/ribeirinho, para analisar em que medida essa interação entre a lógica temporal/econômica dos ribeirinhos e a lógica temporal/econômica capitalista pode ou não acarretar grandes mudanças na forma de viver de comunidades que vivem nas franjas da ordem dominante.

Destarte, pressuponho que não se pode pensar as práticas, os valores e a consciência temporal do mundo moderno/capitalista como algo partilhado por todos de forma padronizada, como categoria universal, independente das condições econômicas e sociais específicas nas quais são tecidas as redes de sociabilidade que sustentam a existência de diferentes coletivos. Há uma enorme complexidade nessa trama de relação e interações, como explicita Bourdieu (1979), ao estabelecer uma crítica à antropologia cultural:

A antropologia cultural também não escapa à abstração, quando considera um simples efeito do “contato cultural” nas transformações das sociedades pré-capitalistas aquilo que ela descreve como “mudança cultural” ou “aculturação”. Ela tende a ignorar que a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores não é o resultado de uma simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao mesmo tempo consequência e condição das transformações econômicas; tal transformação só se realiza pela mediação da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico (BOURDIEU, 1979, p. 1-2).

A idéia nuclear contida na citação acima é suficientemente forte para mostrar que não há uma autonomia absoluta de qualquer campo, seja econômico, cultural, religioso... Há, de fato, uma interdependência entre esses diversos campos.

Desse modo, as práticas econômicas dos moradores do Jamaci devem ser analisadas e compreendidas considerando-se também categorias que compõem sua consciência temporal. Neste caso, as referências temporal e espacial estão relacionadas, em grande parte, a um contexto específico. Este estado ou contexto retrata uma situação recorrente na Amazônia ribeirinha, com pequenas diferenças como, por exemplo, na organização social da produção: no Jamaci a atividade principal durante o *inverno* é a pesca de camarão e a pesca (*de fora*) de peixe, realizadas especialmente pelos homens; na pesca do camarão, a quantidade de matapis pertence à unidade doméstica e não uma determinada quantidade a cada integrante da mesma; no *verão* essa atividade é praticamente interrompida dando vez à coleta do açaí, cujo processo é realizado pelos próprios moradores.

Na Ilha do Capim, estudada por Leitão (1997), a pesca (de fora ou comercial) é contínua; a pesca de camarão é realizada também por mulheres, em algumas unidades domésticas durante o ano todo e há vários casos em que mais de um integrante da mesma unidade doméstica possui seus próprios instrumentos (matapis) para pescar camarão; a coleta do açaí é realizada por marreteiros (comerciantes intermediários).

Sem ignorar a influência da interação com agentes externos, como a televisão, a escola, o mercado e outros aspectos, como menciona Leff:

A dominação do capital sobre as formações sociais não-capitalistas é exercida não só através do intercâmbio mercantil, mas implica também um complexo de práticas de sujeição mediante os aparelhos ideológicos do Estado: integração numa língua e numa religião nacionais, nos partidos políticos e num sistema educativo oficiais, nas normas jurídicas do Estado e na restrição ao acesso e gestão dos recursos naturais sancionada e legitimada pelas regras da ordem econômica internacional (LEFF, 2002:46).

Relativamente à situação da comunidade pesquisada neste trabalho, ao invés de falarmos apenas em práticas de sujeição, podemos falar também em práticas de rejeição, de reinterpretção, de transgressão, de (re)criação, de (re)invenção, pois trata-se de uma comunidade instalada (que habita) às margens de um igarapé na área insular do município de Belém. E, apesar da proximidade da cidade, guarda uma certa distância no modo de organizar as suas práticas. Possivelmente porque a penetração do espírito capitalista e a imposição de práticas de sujeição sejam menos profundas e as atitudes correlativas menos

largamente propagadas. Mas também porque os moradores continuam proprietários de seus meios de produção e com acesso aos recursos naturais que garantem sua reprodução bio-sociocultural. Essas condições que permitem estabelecer uma certa autonomia, ainda que relativa, frente às exigências da ordem dominante.

Numa perspectiva histórica, Moreira Neto (1988), relata que os *tapuios*³² procuravam manter mecanismos de rejeição e de oposição à sociedade regional, preferindo sua vida *primitiva, selvagem e independente* em relação às vantagens do contato civilizador. Há considerações de que os *tapuios* procuraram defender sua identidade, como grupo social, construindo uma vida autônoma à margem da sociedade colonial.

Atualmente os caboclos ribeirinhos e, mais especificamente, os jamacienses, continuam a se reproduzir nas franjas dos processos econômicos dominantes. Maués e Mota-Maués (1999), ao analisarem o processo de integração de uma comunidade rural (insular) de pequenos produtores à economia capitalista, relatam que estes desenvolvem uma estratégia que combina o auto-consumo e a comercialização, a qual, por um lado, obriga o produtor a participar de uma economia de mercado, e por outro, não permite que permaneça inteiramente a mercê desse mercado, conferindo um certo grau de autonomia ao seu sistema produtivo.

Um aspecto relevante que possibilita essa estratégia é a existência de uma economia mista, ou seja, da combinação de várias atividades, principalmente a coleta do açaí, a pesca de camarão, a pesca de peixe e a criação de pequenos animais. O rendimento de parte do produto que é comercializado não é destinado à acumulação de capital, mas sim à compra dos bens que necessitam para a reprodução, que não são produzidos no local, como a farinha de mandioca, açúcar, sal, pão, arroz, feijão, óleo diesel/ querosene para as lamparinas (energia) e motores de embarcação, assim como para a confecção e manutenção de instrumentos de pesca e das próprias embarcações e para a compra de roupas, calçados e outros.

³² Moreira Neto (1988) chama de tapuio índios marcados pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica. O tapuio é uma categoria intermediária entre o índio tribal e o caboclo, que procura se conservar à margem da sociedade dominante.

Os jamacienses são os proprietários de seus meios de trabalho e não estão sujeitos a uma submissão por dívida, nem ao controle de intermediários, situação favorecida pela proximidade de um grande centro, onde podem comprar e vender seus produtos, a cidade de Belém.

Os jamacienses possuem uma lógica diferente da lógica que orienta o mercado capitalista e, por isso, a maioria deles não aceitou as propostas de financiamento, tanto para pesca quanto para o manejo do açaí (para este apenas um morador aceitou). A prática de financiamento força-os a interagir com a racionalidade, com o cálculo e, conseqüentemente, com uma alteração na consciência temporal.

Em relação ao aspecto religioso, a autonomia é ainda maior, devido à variedade de opções. Galvão (1955), ao estudar a religiosidade amazônica, relata a adaptação do catolicismo na região que, nas festas de santo, juntou o sagrado e o profano.

No Jamaci, estas festas de santos foram aos poucos deixando de existir e não há controle sobre esse aspecto. Há apenas uma igreja evangélica da Assembléia de Deus, mas com pequenas influências no comportamento e com raras atividades.

Nem um jamaciense é filiado a qualquer partido político, muitos nem sequer possuem título eleitoral, a Associação de Pescadores das Ilhas de Belém (ASPIB) é pouco atuante, quase não realiza nenhuma atividade. Neste caso, a atividade política é praticamente inexistente.

O sistema educacional oficial é uma reivindicação bastante antiga (como já foi mostrado no primeiro capítulo) que, por nunca ter sido atendida, tem como conseqüência o fato de apenas uma moradora ter concluído o Ensino Médio. Embora reconheçam a importância da educação enquanto meio de se alcançar um futuro melhor ou diferente, não há mecanismo concreto para a garantia da mesma.

Quanto à produção, por se tratar de uma produção pequena, não há rigidez no controle de acesso e gestão aos recursos naturais. Possivelmente, pelo caráter de mobilidade das espécies (peixe e camarão).

A terra é concebida como um valor de uso, embora mais recentemente comece a ser comercializada/vendida, trocada ou só explorada, o que ocorre sem

a aprovação de moradores que permanecem no local, como ilustra a fala do morador sobre a posse da terra, que nunca é demais repetir:

É aquela coisa, precisou, ocupou é dono; saiu! (perdeu o direito), só que o pessoal daqui são tão parado, que muitos sai e deixam; voltam e mandam derrubá aí nada eles fazem (Ronaldo da Costa, 45 anos).

Mas, vale notar a tentativa de torná-la uma propriedade, o que provavelmente influenciará na concepção que eles têm atualmente sobre a terra. Trata-se da iniciativa do poder público de regularizar a situação fundiária, por reivindicação de alguns moradores de várzea/ ilhas em conflito fundiário e mais integrados à lógica do mercado, os quais necessitam dessa legalização (título de posse) para concorrerem a financiamentos. Como demonstra a expectativa do mesmo morador:

Agora com a demarcação vai ser diferente, porque cada um vai ter o comprovante que é o proprietário, por enquanto ninguém é dono de nada, ele assume aquela parte que ele trabalha e pronto, mas não pode dizer que ele é o dono (Ronaldo da Costa, 45 anos).

Mas, pelo que se pôde perceber, a maioria dos jamacienses não está interessada na demarcação das terras, porque cada morador sabe os limites de seus *matos* e não há conflito quanto à posse. Além disso, são poucos os que pretendem concorrer a financiamentos. Essa atitude em relação ao crédito/financiamento pode ser compreendida com auxílio de Bourdieu (1979), ao analisar a sociedade argelina, quando diz que o crédito possui uma lógica estranha à economia pré-capitalista, pela referência a um futuro abstrato, definição por um contrato escrito, pela impessoalidade das relações entre os contratantes e garantia de pagamento por todo um sistema de sanções.

Essas relações parecem aos Jamacienses meio esquisitas, porque a escrita, a formalidade, a impessoalidade não fazem parte do universo social da maioria deles. Mas isso não significa dizer, como na situação interpretada por Bourdieu (1979), que haja uma restrição sistemática no campo das aspirações de forma a excluir metodicamente as situações insólitas que exigiriam a criação de novos esquemas. Pois há iniciativas nesse sentido, vale ressaltar o caso de uma unidade doméstica que começa a se diferenciar das outras: dois membros da mesma possuem uma renda proveniente de outras atividades.

O chefe da unidade doméstica referida acima é o barqueiro da escola e sua filha, a Agente de Saúde. Estas atividades implicam relações mais amplas fora da comunidade e maior contato com a consciência temporal da sociedade envolvente, isto é, com o *tempo mecânico ou do relógio*: o barqueiro deve estar atento aos horários de início e término das aulas; a Agente de Saúde está submetida tanto ao controle do horário como de um processo de formação profissional baseada em conhecimento científico. Pois foi exatamente o chefe dessa unidade doméstica, o único que aceitou concorrer ao financiamento do manejo de açaí, também é favorável à demarcação e legalização fundiária, além disso, manifestou a intenção de solicitar financiamento para comprar e equipar um barco para mandar pescar. Uma atitude bem diferente da média dos jamacienses, demonstrando que “a lógica das transformações das práticas toma formas diferentes segundo as situações econômicas e sociais nas quais elas se realizam” (BOURDIEU, 1979, p.2).

O maior ou menor grau de interação com o mundo “moderno” tem, também, reflexos na forma de organização do espaço doméstico, como se vê na Fotografia 20, o interior da casa da referida unidade doméstica, a mesma que possui gerador de energia, máquina de bater açaí elétrica.



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 21 - Parte do interior da casa do Sr. Ronaldo da Costa

A casa apresenta divisão em compartimentos e, como se observa na estante localizada na sala, objetos que demonstram um certo prestígio local (televisão,

aparelho DVD e um pequeno aparelho de som). Comparando com parte do interior da casa de uma outra unidade doméstica, na Fotografia 21, em que o grau de interação com o mundo “moderno” é menor, percebe-se uma acentuada diferença.



Foto: João Lopes, 2005.

Fotografia 22 - Parte do interior da casa do Sr. Cosme da Costa

Pois esta outra casa é de cômodo único, onde ficam juntos: o material de pesca (“*de fora*”, rede e espinhel); o material para a confecção de matapis (talas de jupati ao fundo e em baixo) e o paneiro de transportar os camarões para a comercialização logo à frente com fundo branco; material da coleta de açaí, as rasas ao lado direito da imagem, as roupas das pessoas estendidas em cordas, uma galinha e uma pata em seus ninhos (os dois últimos elementos não aparecem nitidamente na ilustração).

Todas as unidades domésticas jamacienses necessitam estabelecer relações comerciais com o exterior, a fim de garantir sua reprodução bio-sociocultural. Mas o tempo da comercialização é diferente do tempo da produção: pois a realização de atividades, como coletar açaí, pescar camarão, peixe (na beira e fora), ocorrem em consonância com o tempo ecológico, ao passo que comercialização tem um horário fixo estabelecido pelo tempo mecânico. E há indícios de que essas relações estão influenciando as práticas locais como, por exemplo, a pesca do camarão no *verão*, como já se mencionou anteriormente e agora repete-se:

Antigamente pescava só no inverno, agora o camarada pesca inverno e verão, todo o tempo ele tem camarão. Quando chegava o verão todo mundo suspendia o matapi, por causa do açaí né, agora não, pode ter açaí, mas o matapi tá na água sempre [...] é porque, quando é assim no verão, o camarão fica bom de vendê, porque no inverno dá muito camarão, às vezes dá tampa (grande quantidade) de camarão em Icoaraci, aí o pessoal quer comprá barato (Dona Ester, 84 anos).

Mas é importante enfatizar que a idéia de dança, contida no título desse capítulo, está relacionada ao fato de que os jamacienses também manipulam esses elementos buscando auto-favorecimento. Há dois exemplos, relacionados à comercialização do açaí, que são bastante ilustrativos: 1) os moradores sabem que os compradores (maquineiros ou batedores) consideram o melhor açaí aquele “*tuíra*”, como chamam os trabalhadores do ramo (de cor cinzenta), e para atender essa exigência os jamacienses utilizam a estratégia de colocar o açaí nessa condição no fundo e na parte superior da rasa, como se vê parcialmente na Fotografia 22; 2) como os jamacienses sabem que a quantidade do açaí no final da safra diminui bastante, como estratégia utilizam rasas menores que as usadas nos outros períodos da safra.



Foto: Lopes, 2005.

Fotografia 23 - Moradores selecionando o açaí tuiira para a embalagem da comercialização.

Outra iniciativa de manipulação é a realização de manejos de açaizais visando o aumento da produção. Mas, em ambos os casos essas mudanças são

cautelosas. No primeiro caso, os que pescam camarão durante o verão, pescam com uma quantidade de matapis menor e com menos intensidade que no inverno, realizando a pesca só na maré do dia, isto é, não iscam e nem despescam à noite. No segundo caso, apenas um morador realizou um tipo de manejo mais racional /intensivo por causa do financiamento que recebeu, dada sua *condição econômica e social*.

A condição econômica e social pode funcionar como um freio ou desencorajamento para os demais. Porque, se por um lado, aumenta a produção, por outro lado, é preciso pagar o empréstimo. Esse pagamento se torna inviável, por conta das despesas domésticas, ou seja, os bens básicos para a reprodução que durante o *verão* passa a ser custeada pela renda obtida com a venda do açaí. Além disso, o preço do açaí baixa nesse período, principalmente no auge da safra, devido à quantidade ofertada, e o valor do financiamento a ser pago não está condicionado ao preço do produto. Então não há garantia de pagamento se não houver outras fontes de renda.

Uma outra estratégia é que, embora as famílias se dividam em termos de residência/casa, as *despesas* (consumo) são realizadas em conjunto, como ilustra a fala de uma moradora: “*A gente mora separado, mas a despesa é tudo junto*” (Nazaré, 56 anos).

A noção de *dança* exprime um movimento estratégico, no sentido de aproximação e utilização de elementos relacionados à consciência temporal “moderna” ou do mercado quando é conveniente e de distanciamento ou rejeição desses elementos quando a situação é desfavorável.

Pode-se considerar que de acordo com o grau de integração à lógica da economia capitalista e ao tempo do relógio, varia o grau de tensão com as “normas tradicionais” que orientam o período de realização de cada atividade, isto é, *entre as disposições econômicas e temporais*, como sugere Bourdieu:

Deste modo, a necessidade econômica pode impor aos mais desfavorecidos condutas nas quais pode-se ver o cumprimento assim como a transgressão da tradição. Essas condutas não tomam sentido verdadeiramente nem em relação à lógica tradicional nem em relação àquela da economia capitalista. Na realidade, tal como uma *gestalt* ambígua, cada conduta pode formar o objeto de uma dupla leitura pois ela traz em si própria a referência às duas lógicas impostas pela necessidade (BOURDIEU, 1979, p.76).

Em que pesem as mudanças e os reajustes causados pela tensão entre as duas lógicas temporais e econômicas, é possível observar uma organização coerente do tempo com um sistema de relações e expectativas concretas. Em outras palavras, permanecem vivos os pontos de referências que orientam os quadros temporais e espaciais, nos quais se desenrola a existência, garantida pela reprodução das práticas que permanecem sem muitas perturbações em suas essências.

As técnicas mais “modernas” algumas vezes são parcialmente incorporadas, sofrem adaptações ou (re)criações, outra vez são rejeitadas.

Essa situação torna-se possível também pelo fato de haver um fluxo de saída de moradores. É como se houvesse uma certa convenção local: *nossa lógica é essa, nosso ritmo é esse! Quem não aceita deve procurar outros lugares.*

A saída de moradores funciona como um mecanismo de controle da densidade demográfica. Porque caso todos os nascidos no Jamaci permanecessem lá, não seria possível a reprodução como ocorre atualmente. Provavelmente, o ambiente não suportaria a pressão sobre os recursos naturais. Mas, é importante frisar que a sustentabilidade é um produto multicausal, como assinalam Lima e Pozzobon:

A pressão de uso que um grupo social impõe ao meio ambiente é determinada por uma combinação de fatores de ordem territorial e geográfica (densidade populacional e condições de transporte e comunicação), econômica (orientação econômica, incluindo as tecnologias de exploração dos recursos naturais, e dependência em relação ao mercado) e cultural (cultura ecológica e demandas sociais) (LIMA E POZZOBON, 2001, p.206).

Portanto, não se pode dizer que a questão demográfica é determinante, pois aí estaríamos contradizendo a perspectiva desta reflexão que é o questionamento de análises simplistas, reducionistas e/ou deterministas.

São vários os motivos, como veremos a seguir, pelos quais as pessoas saem do Jamaci em direção a outros locais. Dentre os quais destacamos a Ilha de Cotijuba, onde entrevistamos algumas delas. Veja o que dizem:

Eu nasci e me criei no Jamaci, antes (quando era novo) tinha fartura de peixe, açafá, camarão e agora não tem mais, antes tinha mais gente e tinha mais fartura. Ali não presta mais, já foi bom lá, agora não tem mais nada [...] nada se pode fazer, só Deus, a menos que seja uma técnica de plantio [...] vi muita gente se acabar lá, porque não tinha motor, antes era

só no remo. Vi muita mulher grávida morrer durante o parto, acidente, queda de açazeiro, doenças. Que futuro tem ali? Nada. Apanhador de açai, que profissão é essa? Lá não tinha como dar um futuro pro meu filho, agora tou trabalhando para dar um futuro melhor pra ele. Chegou pra cá, tem muita coisa pra trabalhar, ganhar dinheiro, ir para Icoaraci/Belém a hora que quiser, 90% melhor por tudo: posto médico, aqui tem colégio (escola) dia e noite para os filhos estudarem, tem rua. Lá saiu de casa tá na lama, só no verão que melhora um pouco por causa do açai. Daqui com mais alguns anos não vai ficar ninguém lá, só tão os galinhos (os mais novos) a maior parte já tão comprando terreno aqui (Cotijuba), muita gente já se mudou pra Icoaraci, Outeiro. Lá só mora as pessoas que não tem condições de sair. Um terreno aqui (Cotijuba) é R\$ 700,00 reais, como vão arrumar (esse dinheiro), se o que arrumam só dá pra comer e mal? (Paulinho Machado, 58 anos e ex-morador do Jamaci).

Vamos tentar compreender o sentido/significado desse discurso. Este senhor passou boa parte da vida realizando atividades diferentes dos demais moradores: nas décadas de 70 e 80 trabalhou durante 10 anos em uma companhia de pesca industrial; ao sair da mesma comprou um barco para pescar.

Em 1997 e 1998 trabalhou como barqueiro, prestando serviço à Escola Bosque; em 2002 vendeu o terreno do Jamaci e comprou um lote urbano na Ilha de Cotijuba, onde reside atualmente com a esposa e um filho. Seu depoimento exalta o modo de vida atual e julga inferior o modo de vida dos jamacienses. Mas, analisando a condição em que vive atualmente, apesar de dizer que melhorou 90% em tudo, pode-se considerar que não é tão diferente da anterior: o lote que comprou em Cotijuba é relativamente longe do local onde estão certos 'atrativos' urbanos (trapiche, unidade de saúde, escolas...); o acesso ao local onde reside se faz por um caminho, que no momento da pesquisa encontrava-se praticamente intrafegável pela quantidade de mato; a casa que construiu, onde aprendeu a atividade de carpinteiro na qual atua como "bico", é de madeira, com assoalho alto tipo palafita, mesmo estilo das casas do Jamaci; como a casa que comprou fica longe da beira da água onde deixava o barco, teve que vendê-lo porque tentaram roubar, o que tornou inviável até mesmo a atividade da pescaria, além disso, diferentemente de como acontece no Jamaci, em Cotijuba, pelo menos na parte em que reside, o peixe, o camarão e o açai são adquiridos com dinheiro.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de voltar para o Jamaci, afirmou categoricamente que não voltaria e repetiu todos os aspectos que o mesmo destacou como negativos nesse igarapé. Mas, a saída do Jamaci pode também,

estar relacionada à (des)integração das relações sociais de parentesco, pois seu pai faleceu em 2000 e sua esposa não era e nem tinha parentes no local.

Em 2003, os integrantes de uma outra unidade doméstica mudaram-se para Cotijuba. Inicialmente alugaram uma casinha, depois fizeram um empréstimo no banco do povo³³ e compraram um terreno com uma casa na rua principal, próximo ao trapiche. A moradia em Cotijuba é encarada como:

Um esforço para os filhos estudarem, às vezes vinham sem almoçar, apanhavam chuva, demoravam voltar. É muita vontade pra estudar, porque é muito sacrifício [...] Aqui ficou mais perto de tudo, a ilha cresce com futuro: já tem escola, posto médico, telefone, energia. O desenvolvimento vai chegando e a gente vai trabalhando. [...] lá é sossegado, é calmo, mais o trabalho é mais pesado, tem que trabalhar se não passa fome. Aqui é barulhento, final de semana é barra pesada. No Jamaci é bom, tenho vontade de preservar (Neldmar Martins, 45 anos).

Questionado sobre a possibilidade de retornar para a antiga morada, um integrante dessa unidade doméstica respondeu que:

Assim que os filhos se formarem, porque lá é calmo, é lugar pra velho, pra envelhecer. Mas quando for vou levar um gerador de energia. (Neldmar Martins, 45 anos).

No Jamaci viviam do açaí, da pesca de camarão e peixe, já tinham um barco e, detalhe importante, na época da borracha, era ele quem negociava toda a produção da mesma no local e vendia para um primo, que vendia para um outro parente, o qual finalmente repassava para a Pirelli. Uma média de duas toneladas por semana. Provavelmente a atividade proporcionou um contato com a calculabilidade e uma lógica temporal diferenciada. Talvez a idéia de *desenvolvimento, crescimento, futuro* seja resultante desse período.

Atualmente o casal trabalha com um pequeno comércio, com uma máquina de beneficiar açaí (coletado no terreno do Jamaci), o marido pesca no barco e representa na ilha a Igreja do Evangelho Quadrangular. Quando o marido sai é a esposa que assume o comércio e o açaí, além das atividades domésticas, como ocorria no Jamaci quando era ela quem cuidava dos matapis quando ele viajava.

³³ Banco do Povo: uma instituição de microcrédito da Secom (Secretaria Municipal de Economia - Belém), que teve início em 1998, na Adm. Do Prefeito Edmilson Rodrigues, com o objetivo de combater a pobreza e o desemprego no município de Belém.

Uma das pessoas integrantes de outra unidade doméstica, que se mudaram para Cotijuba no início de 2004, revela os motivos:

Por causa da filha que estudava aqui (em Cotijuba), saía cedo e não tinha hora pra voltar, lá não tem trabalho, o ganho é pouco, não tem escola, não tem água boa pra beber [...] Aqui tem escola, tem médico, não tem que remar, tem barco pra Icoaraci a hora que quiser. Lá até que é bom de morá, mas é muito atrasado. Quem mora lá não tem futuro, nem com os filhos (Ducilene Martins, ex-moradora do Jamaci).

Estas pessoas não venderam o terreno localizado no Jamaci, apenas desmanchou a casa para reformar a outra que foi comprada na ilha de Cotijuba, onde trabalham com um pequeno comércio, uma máquina de beneficiar açaí, e a mulher revende produtos da Avon, Racco e bijuterias. Além disso, cuida da mãe que é aposentada e deve contribuir com a renda familiar.

Na época da safra, o açaí beneficiado é originário do terreno que deixaram no Jamaci. Questionados sobre a possibilidade de retornar para o Jamaci, a resposta foi: “*nem pensar*”.

Observei que quando moravam no Jamaci, além das atividades do marido com açaí, peixe e camarão, a mulher já revendia produtos da Avon e Bijuterias. Uma atividade diferente que envolve diretamente uma outra racionalidade, a calculabilidade. Sua clientela era pequena e precisava aumentar para expandir os rendimentos, por isso também o local se tornou inviável para morar e desenvolver esta atividade.

Os integrantes da quarta unidade doméstica migraram para Cotijuba no início de 2005, por que:

[...]O meio de vida é muito cruel, muita dificuldade para estudar. Aqui a gente passa alguma dificuldade, trabalha só com essa mercadoriazinha e não tem emprego. É um esforço para as filhas estudarem, saiam cedo, sem almoçar, às vezes sem comer; chegavam de noite, por baixo de temporal. A gente qué a melhoria dos filhos, tem que trabalhar, batalhar pra ajudar eles.

Na comparação entre os dois lugares ele (o marido) continua e diz:

Eu gostava muito de lá, era sossegado, não tinha zoada, carapanã, calor, dava pra dormir. Agora tá muito ruim por causa de ladrão (Dinalvo Martins, 38 anos).

E a mulher se pronuncia dizendo:

Melhor é aqui por causa do ensino, tem posto de saúde bem aqui, água encanada. Aqui é mais fácil, mais tranquilo, é melhor pra viver. (Rosa Dias, 35 anos).

Questionados sobre a possibilidade de retorno para o Jamaci, o marido responde: “estamos fazendo um teste aqui, vendo se consegue comprar uma casa, por que essa é alugada”. Embora a mulher não tenha se pronunciado neste momento, na declaração anterior manifestara a sua preferência em permanecer na ilha de Cotijuba, onde mora sua família (pais e irmãos).

Observe a grande diferença entre esse e o primeiro caso. Pois este reconhece as dificuldades enfrentadas em Cotijuba: casa alugada, falta de emprego e vivendo de um pequeno comércio e uma máquina de beneficiar açaí, proveniente da parte do terreno herdado, porque do terreno que adquiriu por compra, derrubou os açazeiros para tirar palmito e plantar novas mudas para aumentar a produtividade. Já está informado de que na Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) custa um real cada muda: trata-se de um projeto bem diferente, um plantio racional que visa aumentar a produtividade.

Nessas três últimas unidades domésticas mencionadas as pessoas são descendentes da família D. É possível observar uma certa seqüência na saída das mesmas do Jamaci para Cotijuba. No novo local não moram muito próximo um dos outros, o que pode ser explicado pela natureza das atividades que realizam - comércio e venda de açaí - devido à concorrência. Mas procuram se ajudar, na medida do possível como, por exemplo, o que possui o barco vai comprar carvão na ilha de Arapiranga para ele, para o irmão e para a irmã venderem.

Seja por considerarem a crueldade do meio de vida e o futuro dos filhos, que aparece como esforço principalmente em relação à educação, seja por emitirem apreciações/juízos sobre os modos de vida nos diferentes locais, o fato é que essas pessoas que saem do Jamaci para outro lugar mais “*adiantado*” ou “*desenvolvido*” se desconectam dos quadros de referência temporal e espacial anteriores. Mudança que tende a se intensificar com a implantação de energia elétrica já em funcionamento na ilha de Cotijuba.

Analisando a comparação feita pelos migrantes sobre os dois lugares, é possível perceber um certo menosprezo pelo Jamaci, por causa do meio de vida,

da falta de escola, de posto médico, de transporte, de desenvolvimento; “*quem mora lá não tem futuro*”; “*só mora lá quem não tem condições de sair*”, etc. Mas, não se pode ignorar alguns aspectos positivos como: lá é calmo, não tem barulho, não tem carapanã, ladrão, dá para dormir tranqüilo, etc. Há uma certa tensão e/ou contradição entre os dois ritmos temporais, isto é, mesmo os que resolveram sair do Jamaci não deixam de reconhecer que, em alguns aspectos, lá é melhor do que em Cotijuba.

E passando a analisar de dentro da comunidade, isto é, do ponto de vista dos que permanecem no local, esse sentimento é ainda maior. É possível perceber que há uma insistência em defender/proteger um conjunto de normas e valores econômicos, culturais e sociais que os jamacienses associam a sua permanência no local, ao acesso e gestão de recursos naturais existentes.

Com a posse da terra, dos equipamentos de trabalho e mão-de-obra familiar, os jamacienses apanham/coletam o açaí, extraem palmito, pescam peixe e camarão, criam pequenos animais para seu próprio consumo e para comercialização. A organização gira em torno do parentesco, onde o modelo patriarcal ainda estabelece o comportamento familiar e a divisão de trabalho. Além de uma forte e estreita relação com a natureza - tempo ecológico (natural).

A permanência ou não do estilo de vida jamaciense está relacionada a uma situação mais ampla que é: como conviver com o mercado, com o mundo “moderno”, com o tempo mecânico que tentam destruir ou homogeneizar esse conjunto de valores e normas?

É verdade que não se pode ignorar a influência das políticas de Estado (poder público) e da iniciativa privada (capital) implementando, por exemplo, o projeto de desenvolvimento da pesca (pesca industrial), incentivando um modelo de pesca predatório (Loureiro, 1985). A essas forças que perturbam seu ritmo de vida, os Jamacienses são obrigados a se adaptar.

A convivência dos jamacienses com o mundo “moderno” é facilitada pela proximidade geográfica com a ilha de Cotijuba, Outeiro (Caratateua), Icoaraci e Belém, como se vê na Imagem 2, aonde vão constantemente comercializar seus produtos, usar os serviços de saúde, freqüentar escolas, se divertir, visitar parentes, etc. Além disso, estão conectados a esses outros universos por meio de seus rádios e televisores que funcionam com baterias de automóveis.

Essa convivência possibilita uma situação paradoxal, a qual exige uma análise complexa. Dizer que a permanência do tempo ecológico como referência temporal é apenas sobrevivência de traços sócio-culturais sob o risco de desaparecimento é insuficiente. Analisando de dentro pra fora é possível perceber uma complexa teia de relações em que o tempo ecológico consegue marcar ou estruturar boa parte da organização social deste segmento, o que lhe confere uma certa especificidade.

Se por um lado ela funcionava como “atrativo ideológico”, como um convite a abandonar o local e o que ele proporciona - ritmo temporal diferenciado, por outro lado, funciona como exemplo do que eles não querem, ou seja, ao entrarem em contato com a realidade em que vivem seus ex-vizinhos e/ou parentes, se quebra a ilusão, a magia (ideologia) que permeia a vida moderna, urbana ou semi-urbana.

Alguns avaliam que é melhor deixar o local definitivamente, vender os terrenos para tentar se integrar na outra lógica, procurando se estabelecer com um emprego fixo, que é difícil por causa da formação/qualificação, ou no subemprego, os chamados “bicos”. Outros avaliam que é melhor sair, mas permanecer com os terrenos, como uma estratégia que auxilia a sobrevivência no outro local, onde vão tentar a vida desenvolvendo a atividade de pequeno comerciante e vendedor de açaí beneficiado, o qual é extraído do terreno não vendido, que também é tido como uma garantia, caso a vida no novo local não dê certo. Outros que são contratados pelo poder público, como é o caso do barqueiro da Escola Bosque e da Agente de Saúde, ou por empresas de pesca industrial e comercial, para atuarem como pescadores, em determinados períodos do ano. Outros preferem reforçar o ritmo temporal e a vida no local, com relativa autonomia em relação, principalmente, aos aspectos negativos da urbanização, da modernização, do mercado, do tempo mecânico ou linear.

Estes últimos, especialmente, comparam os estilos de vida e percebem as desvantagens da vida urbana ou semi-urbana. E a grande preocupação é com a sobrevivência/subsistência, como eles próprios relatam:

“Aqui é mais fácil pra pegá peixe, camarão, lá é só comprado” (Cosme da Costa, 42 anos).

“Aqui não precisa pagá energia, só o óleo ou querosene pra lamparina, não precisa pagá água”. (Alexandre, 43 anos).

“A gente chegou, nasceu, se criou aqui, cada um no seu mato. Na cidade a gente vai ter que comprá açai” (Manoel Maria, 56 anos).

“As crianças vão se soltá, aqui dentro a gente tem a possibilidade de segurá mais” (Esmelinda, 39 anos).

“Na cidade é barulhento, tem ladrão, imagine se a gente pode vivê assim numa casa sem porta e janela, pode deixá aí que ninguém mexe. A segurança que a gente tem aqui é essa” (Ronaldo da Costa, 45 anos).

Tomando como base a vivência/experiência dessas pessoas nos dois mundos/tempos e a comparação que estabelecem entre estes, sou levado a perceber que a sua situação é bastante diferente da situação analisada por Bourdieu (1979), na qual:

A ordem tradicional não é viável senão a condição de ser aproveitada, não como a melhor possível, mas como a única possível, a condição de que sejam ignorados todos os ‘possíveis laterais’ que encerram em si a pior ameaça unicamente pelo fato de que eles fariam aparecer a ordem tradicional, tida por imutável e necessária, como um possível entre outros, isto é, como arbitrário. Trata-se da sobrevivência do tradicionalismo. Trata-se da sobrevivência do tradicionalismo que é ignorado como tal, isto é, como escolha que se ignora (BOURDIEU, 1979, p. 49).

Nesse sentido, faz-se necessário superar a idéia que concebe a sociedade tradicional como sem história, parada no tempo, ou regida por um tempo cíclico. Este tipo de interpretação pode estar relacionado à orientação metodológica, ou seja, a capacidade de percepção do observador, como esclarece o antropólogo inglês Edmund Leach (1974), argumentando que em nosso modo convencional de pensar, todo intervalo de tempo é marcado pela *repetição*. E adverte que quando descrevemos tais seqüências como ‘cíclicas’, introduzimos inocentemente uma notação geométrica que pode muito bem estar ausente de uma maneira total do pensamento da população em questão.

Assim, pode-se recorrer à antropologia política, que segundo Balandier (1969):

[...] renova o velho debate relativo à relação das sociedades tradicionais (ou arcaicas) com a história. [...] Já não se pode fazer de conta que o tempo histórico das sociedades tradicionais se acha próximo do marco zero: um tempo da simples repetição (BALANDIER, 1969, p. 175).

No caso do Jamaci, esse aspecto *cíclico* não está ausente, mas coexiste com outra forma que podemos considerar como *continuidade*, como ilustra o depoimento de uma moradora:

Antigamente as coisa era mais difícil pra gente, como diz o pessoal, era muito cruel pra gente (...) começava desda farinha, a cumida as vezes tinha avoltado, mas a farinha num tinha e pra gente comprá um quilo de farinha a gente andava muito (Dona Ester, 84 anos).

Ao comparar o tempo de antigamente com o tempo atual, a moradora explicita uma certa noção de historicidade. Mas, isso não significa, em hipótese alguma, que esta inserção seja entendida numa perspectiva linear ou evolucionista. Trata-se, ao contrário, de uma outra proposição, como sugerem Forline e Furtado (2002), ao refletirem sobre as populações tradicionais na Amazônia:

Talvez para resolver essa questão, seria interessante propor-se um caminho que privilegiasse as realidades sociais e culturais e suas respectivas complexidades, isto é, trabalhar com a noção de casos-limites ou situações polares da fronteira tradicionalismo/modernidade, que parece permear em diferentes níveis distintos grupos humanos (FORLINE e FURTADO, 2002, p. 212).

A idéia aqui é enfatizar a coexistência temporal, numa perspectiva dinâmica, como explicitam os autores aqui referidos:

Na realidade, em diferentes planos da vida material e social dos povos, o tradicionalismo e a modernidade se mesclam ou assumem *status* diferentes num mesmo grupo social. Há, evidentemente, casos em que um *status* predomina ou mesmo supera o outro. Cabe ao investigador uma etnografia fina da sociedade com a qual ele trabalha, para avaliar o *status* de tradicionalismo e de modernidade [...] O importante é reconhecer o *status* do grupo social ou das populações ditas “tradicionais” no interior desse espaço (Amazônia), onde se identificam as duas situações **polares-pares**; é reconhecer o **ser** do grupo (indígena, caboclo, migrante, quilombola, urbano); é atribuir-lhe o valor intrínseco de seus processos sociais, as lógicas internas, a razão prática de sua existência material e social; é recortar como um *bricoleur*, os

contornos socioculturais das unidades sociais com as quais entramos em contato (FORLINE e FURTADO, 2002, p. 212-213).

A noção *polares-pares* não deve ser entendida num sentido simplista e dicotômico, mas sim num sentido complexo, no qual possamos pensar em uma realidade tridimensional:



Esquema 3 – Representação da Relação entre os tempos “tradicional” e “moderno”

A relação entre as noções de fartura e escassez, recorrente em outros trabalhos como: Leitão (1997); Nascimento (1993); e Vilhena (2005), pode ser considerada como um indicativo de percepção, por parte desses pescadores, da *irreversibilidade* do tempo, referida por Prigogine (1996). Segundo o qual:

A questão do tempo está na encruzilhada do problema da existência e do conhecimento [...] a irreversibilidade não pode mais ser identificada com uma mera aparência que desapareceria se tivéssemos acesso a um conhecimento perfeito (PRIGOGINE, 1996, p.9-11).

Assim, pode-se pensar, tomando por base Morin (2003), na existência de um tempo que se divide em dois: o tempo seqüencial (irreversível) e o tempo circular. Estes dois tempos se envolvem, se entrelaçam, se interrompem, se fundem, se opõem e se complementam. O primeiro é irreversível e desintegrador, o segundo é repetitivo, age em prol da regeneração, da reintegração. Portanto, são distintos e antagônicos. Desse modo, pode-se relacionar a noção de tempo ao formato de uma espiral, superando assim a perspectiva simplista e excludente que só consegue conceber a existência de um ou de outro tempo e de forma linear e seqüencial. Esse *duplo tempo* comporta a diversidade e une os diferentes tempos

complementares, concorrentes e antagônicos que constituem juntos o *tempo da vida*:

O tempo da vida é, com efeito, o tempo dos nascimentos, o tempo dos desenvolvimentos, o tempo dos declínios e das mortes e o tempo dos ciclos (desde o ciclo ecológico do dia e da noite, que comanda os ciclos do carbono e do oxigênio, até o ciclo das estações, que comanda os ciclos das reproduções, passando pelo ciclo ininterrupto do metabolismo e do circuito homeostático do organismo) (MORIN, 2003, p. 267).

Tanto os moradores que permaneceram, como alguns dos que saíram, parecem conscientes das mazelas sociais da vida “moderna”. Como, o desemprego, violência e insegurança social de modo mais geral. Por isso, procuram reforçar os valores locais como garantia de se reproduzirem. Mas isso não significa que sejam totalmente contrários ou indiferentes ao que a vida moderna, urbana, pode proporcionar. Desde que não afete a *segurança* que o atual estilo de vida lhes proporciona.

A experiência jamaciense, de forma análoga à realidade dos ribeirinhos amazonenses estudados por Lewis-Maybury, (1997):

[...] convida-nos a refletir sobre uma combinação entre o melhor da *modernidade*: a) educação adequada, b) acesso à assistência médica, c) *empowermet* como cidadão; e o melhor das sociedades *tradicionais*: a) atenção às necessidades básicas de todos os membros (inclusive a dos menos sucedidos: doentes, desempregados...; e as crianças e os velhos), b) satisfação humana derivada de valores além dos materiais e, especialmente, (c) uma atitude conservacionista para com a natureza (LEWIS-MAYBURY, 1997, p. 56).

Em nenhum momento pretendi negar a presença da lógica econômica e da consciência temporal dominantes, assim como não busquei passar a idéia de uma outra tradição cultural pura ou isolada. O que tentei mostrar é que, fundamentalmente, trata-se de uma (re)invenção criadora, muito diferente de uma certa perspectiva evolucionista segundo a qual esse segmento social recebe as imposições de forma mecânica e passiva.

5.1 COMPLEXIDADE E SUSTENTABILIDADE

A possibilidade da permanência do estilo de vida ribeirinho não deve ser descartada, tendo em vista que atualmente as atenções dos gestores das políticas ambientais internacionais se voltam para práticas concretas

apresentadas como experiências de desenvolvimento sustentável. Trata-se de várias práticas sociais de diversos grupos amazônicos que, por muito tempo, foram vistos como atrasados, antimodernos, primitivos, contrários ao desenvolvimento, à ciência e à civilização. Hoje são reconhecidos, e tornam-se modelos de sustentabilidade e de equilíbrio no contexto ambiental.

Isso pode significar, por um lado, o reconhecimento da existência de vários tempos:

O que constitui a própria originalidade no século XX, a constituição de um espaço-tempo planetário complexo em que as sociedades tomadas num mesmo tempo vivem tempos distintos: tempo arcaico, tempo rural, tempo industrial, tempo pós-industrial etc. Tudo isso deve levar-nos a romper com a idéia segundo a qual, daqui para a frente, devemos alinhar todas as sociedades no tempo mais rápido, o tempo cronometrado, o tempo ocidental. Isto deve levar-nos, antes, a viver a complementaridade dos distintos tempos, a conter a invasão do tempo cronometrado, a desacelerar o tempo ocidental (MORIN e KERN, 2003:148).

Por outro lado, levanta dúvidas sobre os reais interesses envolvidos nesse processo: será que a crise ambiental planetária pode ser resolvida com a preservação da biodiversidade de algumas áreas da Amazônia ou dos países do Terceiro Mundo? Ou será que está se desviando o foco de atenção dos problemas de poluição e do consumismo dos países desenvolvidos (Norte)?

Segundo Marcionila Fernandes (2003), as atuais políticas internacionais não respondem aos problemas ecológicos reais, mas procuram manter a hegemonia da lógica de organização capitalista, a partir do controle dos recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta, pois essas políticas são muito mais determinadas pelas relações de poder do que pelos problemas de limites e escassez de recursos naturais que as sociedades (principalmente do Terceiro Mundo) podem enfrentar.

A Amazônia é uma região muito complexa, por uma série de fatores como: grande extensão territorial; vários ecossistemas; diversidade étnica e cultural; vários atores; várias concepções e interesses diferentes e até contraditórios. Portanto, jamais deve ser estudada a partir de uma perspectiva simplificadora. É necessário, como sugerem Lima e Pozzobon (2001), superar as clássicas dicotomias sociológicas entre branco x índio, camponês x latifundiário, mercado x consumo e outras, para explicar a heterogeneidade na relação com o meio ambiente. Sempre considerando a questão histórica, isto é, sem perder de vista

que o comportamento de um determinado segmento social, em relação ao ambiente, é definido pela conjugação particular de suas características sociais em um dado momento e lugar. Não há dúvidas de que a implementação de uma proposta de desenvolvimento para a Região é uma tarefa muito difícil.

Desse modo, não se deve pensar uma única atividade para toda a Amazônia, nem tampouco conceber a relação entre as várias atividades como concorrentes, mas sim, como complementares como mostra Paulo Freire Vieira:

A evolução da pesquisa sócio-ambiental no Brasil está exigindo, finalmente um tipo especial de análise integrada de sistemas regionais que possam subsidiar a criação de estratégias consistentes de ecodesenvolvimento [...] A gestão da complexidade constitui, entretanto, o principal obstáculo a ser enfrentado pelos analistas e planejadores de novas estratégias socialmente justas, economicamente viáveis, ecologicamente prudentes e politicamente emancipadoras de desenvolvimento regional (VIEIRA, 1992: 17).

Trabalhar na perspectiva das especificidades e potencialidades locais é, talvez, uma possibilidade de alcançarmos a sustentabilidade, sem ignorar as relações entre as várias escalas: local, regional, nacional e global. A noção de sustentabilidade está sendo entendida aqui, também, numa perspectiva mais ampla, segundo a qual pode-se considerar que uma sociedade seja sustentável “à medida que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionem” (DIEGUES, 2000, p.91).

5.2 POR UMA NOVA RACIONALIDADE SOCIAL

As conseqüências da lógica capitalista são: a crise ambiental, a acumulação, as desigualdades, a exclusão... Além do mais, são preocupantes os efeitos ideológicos do capitalismo, que funcionam como anestésico em relação aos cientistas sociais. Segundo Fernandes (2003), é possível identificar, no caso do *Desenvolvimento Sustentável*, uma articulação de símbolos, significados e conceitos que mobiliza uma aceitação mundial, uma espécie de consenso, sem que haja uma reflexão mais sistemática e crítica. Como se os problemas ambientais afetassem a todos de maneira igual.

Um passo importante a ser dado é a superação de qualquer determinismo ou fatalismo, encarando a realidade como construção sócio-cultural/ambiental. É

possível perceber na história da humanidade, como menciona Edgar Morin, dois aspectos aparentemente contraditórios nas efervescências de cultura:

Por um lado, as certezas absolutas, oficiais, sacralizadas. Por outro lado, as progressões corrosivas e as subversões da dúvida. [...] Por um lado, os mitos mais firmes do que rochas. Por outro lado, a existência e o desenvolvimento, inclusive nas culturas mais fechadas, de conhecimentos empíricos/objetivos. [...] Por um lado, os dogmas e cegueiras que excluem todo e qualquer exame crítico e toda reflexão. Por outro lado, o surgimento da construção que termina por arruinar as doutrinas aparentemente invulneráveis... (MORIN, 2002:32).

Dessa forma, se faz necessário empreender uma nova abordagem epistemológica capaz de articular o ecológico e o social numa perspectiva crítica não comprometida com a reprodução do capital. Neste sentido, é de fundamental importância a categoria *racionalidade ambiental* de Enrique Leff (2004), que integra princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos, assim como as ações orientadas para a gestão democrática e sustentável do desenvolvimento.

As contradições entre a racionalidade capitalista e a racionalidade ambiental envolvem o confronto de interesses opostos e a articulação de sonhos comuns de diversos atores sociais. Assim, outro passo é perceber a impossibilidade de pensar a construção de alternativa isolada, apenas local, sem se confrontar com a lógica capitalista globalizada. E aqui talvez o maior desafio seja, exatamente, o de articular a construção de uma nova *racionalidade social* (LEFF, 2004) ou um movimento *contra-hegemônico* (SOUSA SANTOS, 2002), devido à grande diversidade e pluralidade de identidades e atores sociais envolvidos nesse processo.

Desse modo, a desconstrução da racionalidade capitalista e a realização do conceito de racionalidade ambiental são uma utopia, com o propósito de construir uma *racionalidade social* alternativa que supere as desigualdades sociais, reconheça a diversidade cultural e respeite os tempos e ritmos ecológicos e sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência sócio-ambiental jamaciense em suas especialidades problematiza as análises evolucionistas (futuro comum); as análises funcionalistas (relações sociais iguais a sistemas orgânicos) e as estruturalistas (estruturas fixas, sem história), pois as mudanças ocorridas nas formas de organização social, na relação com o meio ambiente físico, na incorporação de outras técnicas, no destino da produção, na atualização do universo simbólico, na relação com o mercado, na interação com o tempo “moderno” são (dinâmicas de interação e mutação) inerentes a toda organização social, abordada uma perspectiva histórica.

Um indicativo da especificidade da lógica de vida dos jamacienses é o fato de não controlarem a produção e os rendimentos. Essa mesma situação foi encontrada por Simonian (2004), no estudo sobre a ilha Trambioca (Barcarena), onde os moradores não realizam controle contábil sobre a produção e a renda - prática bastante distinta daquela vivenciada nos empreendimentos tipicamente capitalistas. Portanto, não se pode afirmar que a interação com o mercado signifique, necessariamente, uma intencionalidade de acumulação de riquezas. Tampouco, significa que esse segmento social, a partir do contato com o mercado, passe a ser regido totalmente por uma consciência temporal “moderna”, pois se trata, primordialmente, de uma estratégia de reprodução, tendo em vista que há muito tempo realizam intercâmbios e o mercado é apenas mais um dos elementos dessa interação, com a diferença de ser intermediado pela moeda.

A especificidade do estilo de vida ribeirinho e de sua produção se deve a um conjunto de diversos fatores, tais como: não distinção rígida entre a produção para o auto-consumo e para a comercialização; diversidade de práticas produtivas (não especialização ou monoculturas); variação/oscilação na produção devido à influência dos ritmos ecológicos; mobilidade dos recursos, no caso do peixe e camarão; utilização de técnicas “artesanais”; e, sobretudo, valores culturais e suas simbologias.

Os valores culturais, as simbologias, as condições naturais que variam de acordo com os ritmos ecológicos, os equipamentos técnicos, assim como as relações de parentesco e as diferenças de sexo e idade, influenciam na

organização sócio ambiental e orientam, regulando de certa forma, a realização das práticas produtivas. Desse modo, pode-se dizer que percepção do tempo individual e sócio-histórico encontra-se intimamente relacionada com o tempo da natureza.

Nesse sentido, é premente superar a simplificação, a dicotomização e toda forma de determinismo, para que possamos perceber as relações sociais em toda a sua fundamental complexidade, o que significa levar em conta que as conexões entre as noções de tempo ecológico (“tradicional”) e tempo mecânico (“moderno”) são – simultaneamente – complementares, concorrentes, antagonistas e incertas.

Essa abordagem pode possibilitar a desconstrução da racionalidade técnica/instrumental que não considera os limites da natureza, abrindo espaço para a construção de um saber ambiental e de uma racionalidade sócio-ambiental alternativa. Mas essa construção, da qual depende o estilo de vida ribeirinho, não pode ser pensada de maneira dissociada da correlação de forças, na forma de conceber a relação entre sociedade e natureza, a qual interfere diretamente na formulação e concretização das políticas ambientais, sociais, econômicas e culturais em escala local, regional, nacional e global.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BAREL, Yves. **La Reproducion Sociale**. Paris: Anthropos, 1973.

BEGOSSI, Alpina. Áreas, Pontos de Pesca, Pesqueiro e Território na Pesca Artesanal. In _____ **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, NEPAM, UNICAMP, NUPANB, USP, FAPESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. Les usages sociaux de la parenté. In: **Le Sens pratique**. Paris: Minuit, 1981. (271-331)

BRETON, Yvan e ESTRADA, Eduardo. **Ciências Sociais y desarrollo de las pesquerías**: Modelos y métodos aplicados al caso de México. México: Instituto Nacional de Antropología e História, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria duas cidades, 1964.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia. In: **Cadernos NAEA**, Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Volume 2, número 1, junho de 1999.

_____. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, USP, 2000.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. 5 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1990.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLLART, Olga Odinetz. Ecologia e Potencial Pesqueiro do Camarão-Canela, (*Macrobrachim Amazonicum*), na Bacia Amazônica. In. FERREIRA, E. SANTOS, G. LEÃO.; OLIVEIRA, L. (Eds) **Bases Científicas para Estratégia de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, vol.2, 1993.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In: Maria José Jackson (org.). **Sociologia na**

Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém, Pa: Universidade Federal do Pará, 2001.

COSTA, Eliza Lozano. Tempo, Tempos. In: CUNHA, Manuela Carneiro da & ALMEIDA, Mauro W. B. **Enciclopédia da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da & ALMEIDA, Mauro W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: Capobianco, João Paulo Ribeiro et all. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira:** avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CUNHA, Lucia Helena. Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Imagem das Águas**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, USP, 2000

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cronologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares:** simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 3ª Edição, 2001.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, USP, 2000.

DURHAM, Eunice. Os Problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. São Paulo: **Revista de Antropologia**, vol. 25, Departamento de C. Sociais (Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas - Universidade de São Paulo, 1982.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** Formação do Estado e Civilização, vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva/Estudo, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec, 1989.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: _____. GUERRA, Lemuel (Org.) **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 Edição, São Paulo: Kairós, 1983.

FURTADO, Lourdes. **Pescadores do Rio Amazonas**: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____. Comunidades Tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'Incao, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda. **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. (p.67-74).

_____. Pesqueiros reais e pontos de pesca: traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, vol. 18 (1). Belém, 2002.

FORLINE, Louis & FURTADO, Lourdes. Novas reflexões para o estudo das Populações Tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Série Antropologia, vol. 18(2), 2002.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens**: Um estudo da vida religiosa de Ita - Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GODELIER, Maurice. A Parte ideal do real. In. CARVALHO, Edgar. (org). **Godelier- Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

GONÇALVES, Marco Antonio. (Organização, Edição e Introdução) **Diários de Campo de Eduardo Galvão**: Tenetehara, Kaioá e Índios do Xingú. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Museu do Índio – FUNAI, 1996.

GROSSMANN, Mônica. et all. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açais no estuário amazônico e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M; MOURÃO, L. & GROSSMANN, M. **Açaí**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 2004.

HERSKOVITS, Melville. A Tecnologia e a Utilização dos Recursos Naturais. In. **Antropologia Cultural - Man and his works**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In. FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELO, A. (org.). **Povos das Águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: M.P.E.G, 1993.

_____ & RODRIGUES, Débora. Porcos, palmeiras e ribeirinhos na várzea do estuário amazônico. In. FURTADO, Lourdes. (org) **Amazônia**: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

JARDIM, Mário. A cadeia produtiva do açaizeiro para fruto e palmito: implicações ecológicas e socioeconômicas no estado do Pará. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, vol. 18 (2). Belém, 2002.

LEACH, Edmund. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2002.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. São Paulo: Vozes, 3ª edição, 2004.

LEITÃO, Wilma. **O Pescador Mesmo**: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Família, Casamento, Parentesco. In: **O Olhar Distanciado**. Perspectiva do homem/Edições 70. Lisboa, 1983.

LIMA, Déborah. A Construção Histórica do termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In. **Cadernos NAEA**, Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Volume 2, número 2, dezembro de 1999.

_____. & POZZOBON, Jorge. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In. VIEIRA, I.; SILVA, J. M.; OREN, D. & D'INCAO, M. A. (orgs) **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

LOPES, João L. et alli. **Atravessando o Rio**: na tentativa de construir uma nova pedagogia ribeirinha. Belém, Escola Bosque, 2000.

LOUREIRO, Violeta R. **Os parceiros do mar**: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1985.

MALDONADO, Simone. **Mestres e Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: Tema, objeto e método desta pesquisa. In: **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1978.

_____. **A Vida Sexual dos Selvagens**. 2 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1983.

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas Atividades Femininas nas Estratégias de Reprodução Social de Famílias de Pescadores. In: JACKSON, Maria José (org.).

Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém, Pa: Universidade Federal do Pará, 2001a. (197-216).

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política - vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1975. (cap. 1, p. 41-93).

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma Outra “Invenção” da Amazônia:** Religiões, Histórias, Identidades. Belém: Cejup, 1999.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, Lourdes. (org) **Amazônia:** desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

MEGGERS, B. **Amazônia:** a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MOREIRA, Edma do Socorro. **Tradição em Tempos de Modernidade:** reprodução social numa comunidade varzeira do Rio Xingu/PA. 2002. 122f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará. Departamento de Sociologia, Belém, 2002.

_____. & ROCHA, Rossilan da. Pesa estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, vol. 11 (1). Belém, 1995.

MOREIRA NETO, Carlos. **Índios da Amazônia:** de Maioria a Minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

MORIN, Edgar. Método 2: **A Vida da Vida**. Porto Alegre: Sulina, 2ª Edição, 2001.

MORIN, Edgar. Método 1: **A Natureza da Natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2ª Edição, 2003.

_____ & KERN, Anne. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina, 2003.

MOURÃO, Leila. Açazeiro: açaí e palmito no estuário amazônico. In: JARDIM, M; MOURÃO, L. & GROSSMANN, M. **Açaí:** possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

NASCIMENTO, Ivete. **Homens e peixes:** o tempo da pesca artesanal. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém - 1999**. Belém, PMB, 1999.

PORRO, Antonio. **O Povo das Águas**: ensaios de étno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: Edusp, 1995.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**: Tempo, Caos e as Leis da Natureza. São Paulo: Unesp, 1996.

ROJAS, Carlos Antonio. **Tempo, Duração e Civilização**: percursos braudelianos. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.89).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Processos de Globalização. In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição, 1996.

SANTOS, Antonio Maria de Sousa. **Aritapera**: uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1982.

SILVA, Lana Macedo da. **Lazer, turismo e Agricultura entre Populações Tradicionais da Ilha de Cotijuba**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

SILVA, Maria José da. **Parceria e Pirataria**: uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

SIMONIAN, Lúcia (org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes**: experiências na Trambioca-Barcarena PA. Belém: NAEA/UFGPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004.

SOARES, Izabel. **Aviamento e reciprocidade**: um estudo da vila de pescadores Apeú Salvador, Viseu. Belém: Universidade Federal do Pará (Dissertação de mestrado) 2000.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Aventura Sociológica na Contemporaneidade. In. ADORNO, Sérgio (Org.) **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sociedade Brasileira de Sociologia, 1995.

THOMPSON E. P. **Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial**. Barcelona: Editora Crítica, 1984.

VIEIRA, Paulo Freire. A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990). In. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, nº 33, 1º semestre de 1992.

VILHENA, Josiel. **Relação Sociedade/Natureza**: adaptabilidade humana frente à escassez de pescado em uma área do estuário amazônico. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

WAGLEY, Charles. **O Estudo das Comunidades Amazônicas**. In. Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. New York: Columbia University, 1967.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

APÊNDICES